Por Uma Metafísica da História

Maike Cabral

A forma do acontecer

A história, epopeia da humanidade, é delineada pelos homens em seus efêmeros percursos existenciais; relatada por outros em seus comentários eruditos; e impulsionada pelo eterno, transcendendo os limites de qualquer período temporal. Tendo em conta a impossibilidade de conceber a história desprovida do arrebatar do eterno e do intuito do homem, é imprescindível desviar-se daqueles que almejam transformá-la em uma divindade criada pela astúcia humana, quando, na realidade, ela é um artifício engendrado por Deus para que o próprio ser humano possa compreender (e exercer!) a senda de sua realização intrínseca, que se sobrepõe à esfera meramente terrena.

Alguns ousam proferir que a história, em sua magnanimidade, será capaz de eximir os transgressores de seus nefastos atos, dissipar suas culpas e depurar seus erros, porém tal asseveração não passa de um ardil retórico e egofânico de péssima qualidade. O perigo iminente, que se envolve nessas opiniões de tal estirpe, é que além de exibirem um brilho e perfume quase poéticos - que atraem incautos navegantes rumo ao abismo de um oceano agitado -, reside no fato de se tornarem excessivamente populares e desprovidas de consciência crítica.

O escopo almejado nesta humilde incursão ensaística é efetuar um empenho reverente diametralmente oposto à tendência expressa nas linhas precedentes: não considerar a história como uma entidade messiânica e redentora em si mesma, mas, ao contrário, reconhecê-la como aquilo que de fato é: uma manifestação simbólica da vivência dos diversos períodos e movimentos interiorizados pelo Eterno na alma imutável e perene do ser humano.

Indubitavelmente, é na esfera íntima da psique humana que se realiza e amalgama essa síntese simbólica denominada *história*, fundindo-se intrinsecamente ao próprio substrato de sua concepção, com vistas a uma consonância com a vida da autêntica entidade messiânica e redentora que a governa, conduz e determina seu propósito, bem como todo e qualquer veredito relativo aos atos, culpas e equívocos pessoais que se desenrolam em seu âmbito. Dessarte, a história se configura como um sulco profundo, uma incisão no âmago do ser humano, que não lhe pertence inteiramente, pois extrai seu significado pleno de uma esfera que se estende para além da mera existência espaço-temporal.

É precisamente por essa razão que nos vemos compelidos a considerar, por

exemplo, a noção de "história da humanidade" como algo nebuloso e de marcante relevância, uma concepção que só pode ser abordada seriamente ao se levar em consideração a possibilidade de uma continuidade de natureza supratemporal - não meramente biológica e natural, como as escolas historiográficas convencionais propõem. Sob essa perspectiva, podemos atribuir ao elemento fundamental de continuidade histórica o caráter de uma ruptura na trama do tempo, o fulcro por meio do qual a eternidade uniu suas múltiplas movimentações em um único ser humano, em uma expressão universal que abrange tanto o sentido como o propósito, tanto no âmbito individual como no coletivo, tanto em seu fluxo quanto além dele.

Dentre todas as possíveis construções historiográficas, destaca-se aquela que genuinamente ostenta relevância suprema: a história pessoal, cuja existência se entrelaça à ação intencional da alma. É nesse reino que vivenciamos, em um único fragmento temporal, a imensidão abrangente da eternidade projetada ao longo do tempo. A história da alma, assim, revela-se como o elo que entrelaça o eterno e o temporal, em uma espécie de transfiguração consciente progressivamente aprimorada e transparente, apta a unificar, de forma aproximada, a relação entre a ação individual e as formas de continuidade que prevalecem na temporalidade.

Curiosamente, podemos afirmar que o desfecho da história reside em seu ápice; o ápice da história encontra-se em seu princípio; o princípio da história habita o desenlace. Quem permeia todos os domínios? Aquele desprovido de início, meio e fim, o Ser supremo que nos impulsiona e conduz a história, que redige o enredo em uma ordem transcendente ao tempo, atribuindo-nos a responsabilidade participativa e voluntária, de certo modo, na criação de nossos próprios roteiros, de acordo com as circunstâncias singulares. E quando o termo "fim" for outorgado à história, nossos atos, e não nossas circunstâncias, servirão de matéria para o julgamento. Entretanto, não há ato sem seu contexto circunstancial.

O julgamento representa a morte da história, e o inverno da história pessoal é a fase na qual a alma, acuada pelo clamor de circunstâncias exaustivas, consome suas forças na esperança de encontrar um fulgor eterno no qual renascerá. Existe, portanto, um tempo gélido em que a aparência de morte oculta uma vitalidade íntegra, e é na sucessão de eventos no fluxo temporal que os seres humanos trilham seus caminhos, em suas narrativas destinadas ao eterno.

A *História Formal* é um instrumento simbólico imprescindível para que o

indivíduo humano possa atingir seu propósito mais profundo: inserir-se voluntariamente na benevolente ordem da *História Sintética*, a representação simbólica da história real que emerge na obra formal de origem humana. Por sua origem etimológica, o termo "história" remete à investigação ou ao inquérito. Todavia, em nossa abordagem sintética da história, buscamos ampliar essa concepção, atribuindo-lhe a simples designação de *a forma do acontecer*. Considerando a forma como algo intrínseco a uma matéria disposta, o tempo e o movimento, nesta definição, se convertem no substrato por meio do qual forjaremos uma imagem interna, intrinsecamente discursiva - precisamente o que denominamos de "história".

Quando engendramos a narrativa de uma história, mergulhamos intrinsecamente na tessitura do acontecer, revelando meticulosamente o modus operandi pelo qual os elementos primordiais se amalgamaram na real conjuntura do evento. Nesse intento, fomentamos, de maneira quase que inextricável, uma representação icônica, uma imagética que tangencia, de modo aproximado, a experiência concreta vivenciada ou transmitida por terceiros acerca dos fatos subjacentes. No entanto, urge elucidar a natureza do que designamos como fato, no escopo aqui proposto.

Um fato, em nossa perspectiva, desvela-se como uma delimitação meticulosa na vastidão do tecido intrincado de caracteres e dados naturais, ao qual direcionamos nosso olhar, seja ele interno, no âmbito da memória sensível, ou externo, no âmbito da percepção autêntica. O fato em si jamais se encontra dissociado das infinitas interconexões que se entrelaçam no panorama do universo visível. Contudo, é precisamente quando ele se converte em uma entidade aparentemente insignificante, neste processo de separação e fragmentação, que nos é facultado o poder de moldá-lo e reconfigurá-lo em nossa tessitura do pensamento histórico.

Em vista do *rasgo no tecido do tempo*, ao considerarmos o rompimento inegável na trama temporal, revela-se que o ônus de nossa história repousa sobre o sacrifício implacável do sangue inocente. Cada indivíduo subsiste imerso em uma narrativa intrínseca, tecida com elementos concretos, para além da mera articulação verbal. Essa narrativa, transcendendo todas as tentativas humanas de uma descrição exaustiva e precisa, é, em sua essência, a própria *Palavra Eterna* em ação, como se fosse um pensamento que ganha vida. No entanto, entre todas as ocorrências entrelaçadas no fluxo temporal desde a eternidade, há uma que se revela como o cerne, o desfecho decisivo e irremediável: o derramamento do *sangue inocente*, situado no epicentro da trama da

história universal.

Indubitavelmente, ao longo de todas as eras e em suas múltiplas configurações, alguma parcela desse vertimento foi retratada como um fragmento, um símbolo ou, quiçá, uma paródia luminescente nos domínios mitológicos. No entanto, apenas um foi e apenas um será esse derramamento primordial na engrenagem global da história, em face do qual todas as demais manifestações se convertem em meras alusões esmaecidas, reflexos pálidos de sua grandeza intrínseca: o sacrifício do Homem-Deus.

Como seres desprovidos de existência intrínseca, se não fosse por uma benevolente efusão plasmática destinada a nosso favor, toda narrativa individual carrega consigo um ônus inalienável, tanto no tocante ao sacrifício teândrico quanto às suas efêmeras figuras que se desdobram ao longo dos tempos imemoriais. Esse preço, longe de ser mero adendo entre tantos outros, deve ser valorizado como essência vital, pois dele provém nosso nascimento, nossa morte e nosso renascimento. É mediante nossas ações no âmbito de nossa própria história que configuramos o destino desse fluido vital que nos perpassa.

Surge, então, o questionamento inevitável: quantas existências um indivíduo pode percorrer sem adentrar nos domínios de sua própria narrativa? A resposta é uma só: apenas uma. Pois, assim como a vida é singular, a história que a acompanha também o é. Embora seja composta por um mosaico infindável de *formas do acontecer*, isto é, por sucessivas sequências particulares perceptíveis à apreensão humana, jamais podemos afirmar que essa única vida - ou história - seja meramente a soma de todas elas. Isso se deve ao fato de que, individualmente, essas partes não possuem a qualidade de segmentos autônomos, mas sim de fases distintas da mesma substância que, ao ser vivenciada, pode conferir-lhes a forma real da qual antes estavam destituídas - ao menos no âmbito humano do processo histórico.

Nesse sentido, proclamar as "múltiplas vidas de um homem" torna-se meramente uma expressão poética que alude aos diferentes momentos vividos, imortalizados na única história que efetivamente existe. E é precisamente essa história singular que ele deve revisitar, dotada de uma certa urgência. Que jamais se confunda a história pessoal com a era histórica em que se encontra, mas sim com o fato inescapável de que em breve estará imerso na morte, alheio a qualquer período. Seria ele um mero indivíduo acomodado ao

seu tempo, ou um visionário cego à frente de sua época? Seria ele um homem obsoleto, ou um audaz desbravador do porvir? Diante de nós se delineiam as opções de uma faceta desgastada do pretérito inerte, ou a resplandecente moldura de um perfil perspicaz do vindouro cândido. Tais escolhas, por mais óbvias e decisivas que sejam, revelam-se insípidas, pois o intervalo efêmero em que nos encontramos ligados ao tempo não passa de uma amplidão do eterno instante em que seremos imutavelmente enraizados desde a corrente do acontecer até a realização suprema da vida.

Na era atual, o ser humano se vê diante do dilema de optar entre ser uma peça encaixada num intricado quebra-cabeça contemporâneo ou um mero quadro esquálido de um mundo árido e desolado do passado. Essa ansiada "historicidade" exige um enredo fantasioso capaz de sobrepor-se à peça teatral em curso. O anseio pelo inédito reintroduz o mistério na aurora infantil dos diversos clérigos do acaso. Não é tarefa fácil reter a visão do sofrimento que se avizinha... Recorda-te, ó homem, de que não te limitas a épocas ou períodos específicos, mas estás sujeito aos grilhões do século que jamais chega ao fim!

Em nossa *História Pessoal*, os resquícios de revolta se ocultam nas profundezas inexploradas da alma. É precisamente nesses recônditos que o mal age em sigilo, sussurrando sua trama esquiva e infalível, impondo-nos a noção de que somos juízes de nós mesmos e dos eventos históricos. A revolta é o alicerce das narrativas mal construídas, e é por meio de uma delas que nos lançamos ao mundo, com uma dívida tão elevada que o preço pago se revela em sangue inocente. Por essa razão, consideramos a *linha* mais afinada com a história do que o *círculo*, pois através dela não há retorno, não há recuo, não há estagnação: tal é a condição humana - a progressão incessante.

Aquele que se entrega a infindáveis reviravoltas está irremediavelmente desorientado; enquanto aquele que trilha um caminho reto permanece vigilante. Assim, a história se definirá ou por uma ou por outra natureza, não existindo uma reconciliação plena entre ambas as formas, apenas assimilação. É por esse motivo que a revolução será sempre um projétil abstrato apontado para nossas nucas, jamais consumando plenamente seu desígnio de ressuscitar a era dourada, oculta nos recônditos do tempo. Somente a retidão pode insuflar o "novo" no fluir dos eventos - muitas vezes, por meio do "antigo" já ocorrido.

A grandiosa concepção da existência temporal reside no fato de que ela transcende o mero processo de desdobramento, transformando-se em uma narrativa

sublime. Trata-se de uma trajetória imortalizadora, uma marcha inabalável em direção ao além. Assim, ergue-se uma transmutação que abraça o próprio âmago do mundo. E o desfecho desse intricado percurso culmina na transfiguração do universo na glória divina e imperecível.

Entretanto, cumpre salientar que a história universal transcende a mera sequência linear de eventos que se desdobram temporalmente. Em seu intrincado emaranhado, desvelam-se intricadas tramas de significado e uma multiplicidade de pontos de convergência, nos quais sua complexa estrutura é meticulosamente forjada. E onde reside esse cenário propício para tal configuração? Na esfera da consciência humana que emerge um símbolo formal, aproximativo por natureza, daquilo a que denominamos de *História Sintética*. Nesse intricado processo, a mente humana empreende uma tentativa incessante de compor uma narrativa que abarque a essência da experiência coletiva e estabeleça uma compreensão holística da trama histórica.

O tempo puramente histórico, por si só, revela-se como uma sucessão vazia e destituída de valor intrínseco e significado. Nesse vácuo temporal, aflora uma das raízes do desespero que permeia a era moderna. A verdadeira dinâmica temporal, contudo, encontra-se imersa na constante tensão da consciência humana, que, inquisitiva, almeja desvelar os alicerces estáveis e imprescindíveis que sustentam o mundo ao seu redor. Quando nos debruçamos sobre os estudos da Grécia clássica, vislumbramos um contexto em que os conceitos de "homem" e "humanidade" assumiam uma conotação distinta daquela que atualmente lhes atribuímos. Eles eram simplesmente concebidos em contraposição ao domínio do divino. Essas ideias eram revestidas de uma solenidade tão imponente, oposta à barbárie, à ignorância e à irracionalidade animal, que só poderiam ser avaliadas mediante a ótica das figuras divinas. Nesse sentido, a arte helênica empreendia incansáveis esforços para representar seres humanos perfeitos, assemelhados aos próprios deuses, numa busca incessante por semelhança que não se erigia como um ideal, mas sim como uma inocente suspeita, a qual acabou por encontrar confirmação no epicentro e zênite da história: a sua efetiva divinização materializada.

Afigura-se perante nós o homem, ser inquiridor que, de modo inato, anseia por alcançar uma condição duradoura de bem-aventurança. Em todos os tempos e sob as mais diversas manifestações, ele se encontra entrelaçado na trama temporal, imbuído de uma busca ávida por um alicerce sólido e indispensável, em suma, por seu desígnio existencial.

Enfrentando adversidades, travando batalhas, como se um colosso intransponível obstruísse o encontro com o derradeiro e sublime significado, aquele estado de felicidade eterna e imorredoura. Todavia, a lápide sepulcral já fora removida! E, no entanto, o homem parece ter relegado ao olvido essa veracidade em sua trajetória histórica.

A história, oh! O testemunho vivo do esplendor da criação, encontra sua origem nas mãos divinas, quando o Criador, em seu inefável ato de concepção, deu à luz o mundo e tudo o que nele reside. E, dentre todas as criaturas, foi conferida a um ser singular a capacidade sublime de desvelar os três véus que envolvem a existência no continuum temporal: o "quem" desvenda o artífice primordial, o "como" penetra nas entranhas do processo criativo e o "porque" revela os desígnios da divindade. Assim, a história se ergue majestosamente como um veículo intrínseco ao maravilhamento suscitado pela criação, um instrumento divinamente concebido para o conhecimento transcendente de Deus, de seu Verbo inefável e de sua infinita Bondade.

Caridade, suplicação e mortificação: tríade sagrada para percorrer o efêmero fluxo temporal da história, tríplice dinamismo que nutre a biografia virtuosa. Peregrinamos por esse terreno com uma visão rebaixada, aviltada diante da expectativa que nos foi imposta de elevado âmbito, resultando na confusão entre dois planos que se entrelaçam harmoniosamente. Contudo, foi-nos agraciado um tempo sacrossanto, um tempo dentro do próprio tempo, para melhor cumprir essas obrigações que, deveras, não logramos – e deveríamos! – plenamente ao longo da existência como um todo. O tempo de uma vida assemelha-se aos quarenta dias quaresmais, nos quais alçamos a graça de viver nossa trajetória em síntese, com o propósito de purificá-la e compreendê-la de forma mais íntegra.

O tempo, derradeira tessitura da existência, não se limita a um marco, a um momento fugaz, mas é permeado pela inconstância. Se não fosse essa efemeridade, seria a eternidade; contudo, mesmo sendo o breve elo entre realidades ausentes, não se resume ao instante efêmero, pois cada instante é único e não se repete. Assim, a fugacidade que permeia todos os seres é a própria essência de nosso tempo errante. A morte não é uma interrupção do tempo, mas antes um agente que o torna mais translúcido. Nisso reside a peculiaridade temporal, pois na teia do tempo, a morte se manifesta naturalmente como a vida que sorrateiramente se movimenta. Essa constatação fortalece a noção de que a história é um domínio imbuído de uma tipologia característica, onde indivíduos e eventos

não existem isoladamente, mas são participantes significativos dentro de um enigma que transcende suas próprias limitações físicas, temporais e, portanto, históricas.

A imensa tapeçaria do processo histórico universal desdobra-se diante de nós, revelando-se como uma obra-prima em constante evolução. Cada fio entrelaçado nessa intricada trama carrega consigo a essência de uma criação progressiva, impulsionando-se incessantemente em direção a um ponto culminante e transcendente, que se estende além dos limites da esfera particular em que se insere. É nesse fluir incessante que testemunhamos a gênese de novos eventos, a ascensão rumo ao ápice mais sublime e a chegada inevitável a um termo que, embora nos escape em sua totalidade, abraça-nos com seu mistério insondável.

A história, nesse contexto, revela-se como um fenômeno dotado de uma essência sobrenatural, que transcende as limitações da compreensão humana. Sua natureza complexa e multifacetada desafia nossa capacidade de apreendê-la plenamente, permitindo-nos apenas vislumbrar indiretamente sua grandiosidade através da criação fabulosa da mente humana. É nesse enigma que nos lançamos em busca de respostas, explorando os enredos entrelaçados de eventos passados, presentes e futuros, em uma tentativa incessante de desvendar os mistérios dessa entidade majestosa que é a história.

A história se configura como a moldura do transcurso dos eventos na esfera da consciência humana, conferindo-lhes uma dimensão além da mera “brutalidade” com que se apresentam em seu estado primordial. Nessa perspectiva, o ser humano assume o papel de cocriador das maravilhas urdidas por Deus desde os tempos imemoriais, em uma sinfonia que se desdobra ao longo dos séculos e perpetua-se para além deles.

História e literatura: duas formas de contar o acontecer

A relação íntima e quase siamesa entre história e literatura é um tema que tem suscitado inúmeras reflexões ao longo dos séculos. Enquanto disciplinas distintas, elas compartilham um terreno comum ao lidar com a complexidade e a diversidade da experiência humana. No entanto, suas abordagens e métodos diferem fundamentalmente, revelando uma dicotomia fundamental: a história depende da esfera existencial para ser considerada real, enquanto a literatura encontra sua realidade estritamente na esfera mental.

A história, como campo acadêmico, busca compreender o passado por meio de uma análise crítica de fontes, registros e evidências tangíveis. Ela é ancorada na busca por fatos, na construção de narrativas motivadas em eventos concretos que ocorreram em um determinado espaço e tempo. A história procura *desvendar os acontecimentos*, entender as causas e consequências, e revelar verdades objetivas que nos podem aproximar de uma compreensão mais profunda do passado.

Por outro lado, a literatura tem como base a *criação de acontecimentos* imaginários, através das palavras e do talento do autor. A literatura é uma expressão artística, na qual a realidade é filtrada pela subjetividade do escritor. Através da literatura, mergulhamos na esfera mental, explorando as experiências humanas, as emoções, os questionamentos filosóficos e as possibilidades infinitas da imaginação acerca das situações humanas. A literatura oferece uma janela para a vida interior dos personagens, para as dimensões psicológicas e testemunhais que moldam nossa compreensão do mundo.

Enquanto a história exige evidências concretas, a literatura pode ser abstrata e especulativa. A história busca o rigor e a verificabilidade, enquanto a literatura busca a verossimilhança e a criação de significado. A história lida com fatos, dados e acontecimentos reais, enquanto a literatura permite a exploração de múltiplas perspectivas, a liberdade de experimentação e a subjetividade interpretativa.

No entanto, essa dicotomia não significa que história e literatura sejam entidades completamente separadas. Pelo contrário, elas se alimentam mutuamente, participam quase do mesmo corpo, complementando-se de maneiras sustentáveis. A literatura,

muitas vezes, encontra inspiração na história, utilizando-a como pano de fundo para a criação de suas narrativas e personagens. Da mesma forma, a história se beneficia da literatura ao fiscalizar as representações e compreender o passado presente nas obras literárias, reconhecendo seu poder de influenciar a consciência coletiva e a construção da memória histórica.

É importante ressaltar que a própria escrita da história é um ato literário. Os historiadores, ao selecionar, organizar e interpretar os eventos passados, inevitavelmente exercem um papel de autoria e construção narrativa. A história também é uma forma de literatura, embora sua ênfase recaia na busca por precisão factual e análise crítica.

A princípio, história e literatura são duas formas distintas, mas complementares, de se relacionar com o mundo e com o conhecimento humano. Enquanto a história nos convida a entender o passado através de uma abordagem fundamentada em fatos e evidências, a literatura nos proporciona uma visão mais ampla e subjetiva da existência humana, permitindo-nos explorar as complexidades da experiência possível. Ambos têm o poder de nos transportar para diferentes épocas e realidades, expandindo nossa compreensão do mundo e de nós mesmos.

Vários autores abordaram esta relação simbiótica entre história e literatura ao longo do tempo, oferecendo perspectivas e questionamentos valiosos sobre o tema. Para citar alguns desses autores:

Hayden White: White é conhecido por sua obra "Meta-História: A Imaginação Histórica do Século XIX". Ele argumenta que a escrita da história é essencialmente uma forma de narração, onde os historiadores selecionam e organizam os eventos de acordo com estruturas narrativas pré-existentes. White desafia a noção de objetividade histórica, destacando que a história é moldada pelas escolhas do historiador e pelas técnicas literárias que empregam. (Sobreposição)

Michel Foucault: Em sua obra "As Palavras e as Coisas", Foucault questiona a ideia de que a história e a literatura são domínios separados. Ele argumenta que as representações históricas são construções discursivas que estão sujeitas a regras e convenções específicas. Foucault destaca a importância do poder e da linguagem na criação das narrativas históricas, enfatizando a relação entre saber e poder. (Indistinção)

Roland Barthes: Barthes explorou a interseção entre história e literatura em seu livro "A Câmara Clara". Ele discute a fotografia como uma forma de representação histórica e literária, abordando a capacidade da imagem de evocar memórias e emoções. Barthes argumenta que a fotografia é uma forma de escrita da história, pois revela a existência de um tempo passado e permite a construção de narrativas pessoais e coletivas. (Transmigração)

Mikhail Bakhtin: Bakhtin, em sua obra "Estética da Criação Verbal", aborda a relação entre a literatura e a vida cotidiana. Ele enfatiza a natureza dialógica da linguagem, destacando que a literatura é moldada por psicologia social e contextos históricos específicos. Bakhtin argumenta que a literatura incorpora uma multiplicidade de vozes e perspectivas, tornando-se um reflexo da diversidade e complexidade da experiência humana. (Impressão)

Esses autores, entre outros, contribuíram significativamente para a discussão sobre a relação entre história e literatura, questionando conceitos alcançados e enfatizando a natureza interpretativa e construída dessas disciplinas. Suas ideias que variam desde a sobreposição, indistinção, transmigração e impressão na relação entre história e Literatura, nos levam a refletir sobre como elas se influenciam mutuamente, moldando nossa compreensão do passado, do presente e até nossas expectativas de futuro. Porém, buscaremos enfatizar uma visão - implícita nas opiniões citadas - acerca da ideia de que as duas atividades em questão são duas *formas de contar o acontecer*.

A relação entre história e literatura revela uma simbiose essencial entre essas duas formas de contar o acontecer da experiência humana. A literatura emerge como a mão da arte do historiador, enquanto a história se apresenta como a carne pela qual a literatura se alimenta.

A literatura, com suas ferramentas literárias e criativas, desempenha um papel fundamental no processo de contar histórias. Por meio da palavra escrita, os escritores são capazes de dar vida não só aos eventos do passado, construindo personagens complexos e cativantes que personificam as nuances e os dilemas humanos, mas também a eventos puramente fictícios. Inclusive, a literatura pode preencher as lacunas deixadas pelas limitações dos registros históricos, permitindo que a imaginação ocupe as brechas e traga à tona as emoções, os desejos e as motivações dos indivíduos envolvidos nos

eventos históricos. É a literatura que nos envolve com a experiência subjetiva e nos transporta para as camadas mais profundas da alma humana.

Por outro lado, a história fornece à literatura a matéria-prima necessária para suas narrativas. Através de pesquisas meticulosas, análises críticas de fontes e investigações minuciosas, os historiadores estabelecem os alicerces do trabalho literário. A história é o terreno fértil em que a literatura encontra suas raízes, é a carne e o sangue de sua existência, permitindo que a imaginação literária floresça e alce voos espetaculares. Ademais, os fatos históricos, os eventos documentados e as estruturas sociais e culturais servem como base para as tramas literárias, conferindo-lhes uma herança comum e uma conexão sólida com a realidade. *História* aqui num sentido mais amplo, não apenas como expressão formal e disciplinar, mas enquanto o *acontecer concreto*.

Essa interação entre história e literatura é uma fonte inesgotável de enriquecimento mútuo. A literatura preenche os caminhos da história, oferecendo uma perspectiva mais psicológica e íntima dos acontecimentos, enquanto a história fornece um alicerce sólido e uma compreensão contextual para as narrativas literárias. Juntas, elas nos permitem apreender a complexidade da experiência humana em sua raiz - no *contar o acontecer*.

É essencial reconhecer que a literatura e a história são inseparáveis, pois cada uma complementa e nutre a outra. A literatura humaniza a história, conferindo-lhe caráter onírico, lúdico e um olhar mais profundo sobre os dramas e os destinos dos indivíduos. A história, por sua vez, fornece à literatura a substância corpórea, a concretude real e a base de conhecimento necessária para criar narrativas que ecoem com uma sobrevivência duradoura.

Portanto, ao explorar a interseção entre história e literatura, devemos abraçar essa interdependência e apoiar a contribuição única de cada forma. É através dessa união harmoniosa que somos capazes de mergulhar na riqueza do passado, compreender a diversidade da experiência humana no presente e alcançar uma compreensão mais profunda de nós mesmos como seres expectantes, cujas vidas são tecidas em uma trama intrincada de fatos e ficções.

Assim, a conclusão óbvia a que se chega é a de que a relação entre história e literatura é absolutamente *enraizada na experiência humana*. Embora sejam faces

distintas, ambas têm como objetivo compreender e dar sentido à complexidade da existência humana ao longo do tempo. A história, através da busca por objetividade, a literatura, da exploração subjetiva.

Essas duas formas de expressão têm a capacidade de nos transportar para diferentes cenários, nos convidando a vivenciar as alegrias, as dores, as lutas e as esperanças de pessoas históricas ou imagéticas. A história nos oferece um panorama dos eventos e das mudanças sociais, políticas e culturais, enquanto a literatura nos mergulha nas reflexões da alma, revelando as experiências individuais e coletivas, os dilemas éticos e morais, os desejos e as reflexões filosóficas.

Ao explorar a interseção entre história e literatura, torna-se evidente que ambas são essenciais para qualquer compreensão da experiência humana. Enquanto a história fornece subsídios sólidos que podem constituir uma tradição ou uma continuidade de referência, a literatura oferece uma breve suspensão da presença concreta do mundo, tornando a história mais assimilável e compreensível.

Encontrar a linha mestra de associação entre história e literatura é fundamental para uma compreensão mais profunda do nosso mundo e de nós mesmos, e acreditamos que ela está no ato de *contar*. Ao se integrar nessas duas formas de expressão, a necessidade humana de comunicar experiências particulares ou universais tende a alcançar uma compreensão mais completa de si mesma, reconhecendo a importância tanto dos eventos concretos quanto das criações mentais. Essa união nos permite ir além dos fatos e das datas, adentrando a esfera da imaginação, das emoções e dos liames filosóficos - e aí reside o impulso dos *contos*!

Os contos são formas narrativas que remontam a tempos antigos e tem uma rica base histórica, inclusive, como fundamentos civilizacionais. Eles estão na base da construção linguística dos indivíduos - toda criança tem o impulso de contar o que acontece e o que imagina - sendo a atividade principal para a articulação ordenativa da vida social. Enquanto expressões literárias, são caracterizados por serem histórias curtas, focadas em um único evento ou conjunto de eventos, e geralmente envolvem poucos personagens. A principal diferença entre os contos e outros tipos de narrativa literária está na sua extensão e complexidade.

Aliás, uma das características marcantes dos contos é a sua estrutura concisa. Eles são geralmente compostos por uma introdução, um desenvolvimento e uma

conclusão. A introdução estabelece o cenário e apresenta os personagens principais, enquanto o desenvolvimento narra o conflito central da história. A conclusão, por sua vez, traz uma resolução para o conflito ou deixa espaço para reflexão e interpretação por parte do leitor. Exatamente a mesma substância estrutural trilógica encontrada em toda comunicação articulada e objetiva.

Ademais, os contos também podem apresentar elementos simbólicos, alegóricos ou fantásticos, muitas vezes explorando temas universais como amor, morte, coragem, ambição, entre outros. Eles têm a capacidade de transmitir uma mensagem profunda ou moral através de uma narrativa compacta, muitas vezes sublime e espectral.

Eles têm sido uma parte importante da tradição oral em muitas culturas ao redor do mundo. Essas histórias curtas eram transmitidas de geração em geração, servindo como uma forma de entretenimento, educação e preservação de mitos, lendas e valores culturais. Com o advento da escrita, os contos começaram a ser registrados em forma escrita, preservando assim suas histórias e permitindo sua disseminação em larga escala.

É justamente esta a chave mestra que liga os domínios da história e da literatura: o fato de ambas estarem subordinadas a um princípio comum, a atividade do *contar*.

A história e a literatura, em última instância, são *formas complementares e complexas de contar*. Elas nos convidam a mergulhar na vastidão da experiência humana, a explorar diferentes perspectivas, a questionar os dogmas de cada uma das esferas e a buscar um entendimento mais profundo do nosso passado e do nosso presente pelo simples fato de, o homem, se caracterizar pela faculdade de falar. Através da combinação dessas duas disciplinas, somos capazes de criar uma narrativa cada vez mais rica e inspiradora que ressoa com a nossa humanidade compartilhada.

Nessa busca contínua da humanidade por *expressar o acontecer*, podemos, através do trato com a história e a literatura em seu sentido formal, desenvolver as mais profundas reflexões sobre a existência, enriquecendo nosso conhecimento, nossa experiência e nossa compreensão do mundo em torno. Ao reconhecer a importância de ambas as formas de expressão e de sua raiz comum, abrimos novas possibilidades de atuação no tempo e nos conectamos com a vasta e intrincada tapeçaria de acontecimentos da trajetória humana: contando o acontecer acontecido e contando o acontecer imaginado.

Historicídio

Imersos como estamos no intrincado cenário da história humana, recentemente permeado por correntes hedonistas e até mesmo influências de natureza demoníaca, é compreensível que a apreensão intelectual de conceitos transcendentes como o de "espírito" tenha se tornado uma tarefa complexa no domínio da ciência histórica. Diversos pensadores e estudiosos dedicaram-se a investigar essa questão, fornecendo insights valiosos para o entendimento dessa dimensão profunda da existência humana.

Um desses estudiosos é o renomado filósofo político Eric Voegelin, que em sua obra explorou a conexão entre o mundo espiritual e o ordenamento da sociedade. Voegelin argumentava que a compreensão adequada da história humana requer uma apreciação da dimensão transcendente da existência. Em suas palavras, "a história é o processo de busca e participação no divino". Ele enfatizava que as realidades espirituais e a busca por uma ordem superior são fundamentais para a compreensão da trajetória histórica da humanidade.

Em consonância com essa visão, o pensamento de Santo Agostinho, um dos mais influentes filósofos e teólogos da história, oferece perspectivas importantes sobre a interseção entre a espírito e história. Agostinho refletiu sobre a natureza da alma humana - sede do espírito - e sua busca por Deus, argumentando que a história é um reflexo da busca contínua da humanidade por uma plenitude transcendente. Para ele, a alma humana é uma entidade inquieta em busca de sua origem divina, e essa busca incessante encontra expressão na dinâmica histórica.

Outro autor relevante nesse contexto é Josef Pieper, filósofo alemão que abordou a conexão entre a alma e a transcendência. Pieper explorou a importância da contemplação e da busca interior como meios para a apreensão das verdades espirituais. Em sua obra "O Ócio Filosófico", ele destaca a necessidade de pausas contemplativas na vida cotidiana, permitindo que a alma se eleve acima das preocupações mundanas e se abra para a dimensão transcendental.

Além disso, Hans Urs von Balthasar, teólogo suíço, também contribuiu para o debate sobre a relação entre a alma e a presença divina. Em sua vasta obra teológica,

Balthasar explorou a ideia de que a alma humana é capaz de alcançar a união com Deus por meio da contemplação e da participação na vida divina. Ele argumentava que a história humana é uma jornada em direção ao encontro com a realidade divina, onde a alma encontra sua plenitude e seu verdadeiro propósito.

Portanto, com base nas reflexões desses estudiosos podemos ampliar nosso entendimento da relação entre a história e o conceito de "espírito" contemplando a dimensão transcendente da existência humana, reconhecendo a busca incessante da alma pela verdade e pela conexão com o divino ao longo da trajetória histórica. Suas obras nos incentivam a transcender as limitações do materialismo e explorar a riqueza espiritual que permeia a história da humanidade, revelando assim uma compreensão mais profunda e abrangente de nossa jornada coletiva.

Isto se faz mais que urgente, já que ao longo dos últimos séculos a humanidade ocidental tem sido gradualmente submersa em um tecido social que enfatiza a materialidade, o imediatismo e a efemeridade das experiências terrenas. Nesse cenário, a apreensão do espírito, enquanto dimensão imaterial e transcendental do ser, sofre um eclipse cada vez mais pronunciado. O racionalismo e o empirismo, que emergiram como paradigmas dominantes no pensamento ocidental, tendem a priorizar a observação e a mensuração do mundo tangível, relegando ao plano do subjetivo e do inefável as dimensões mais profundas e sutis do ser humano.

Nesse contexto, a separação entre a realidade temporal, que se refere às contingências e limitação do mundo físico, e a realidade eterna, que abarca as esferas metafísicas e espirituais, parece se ampliar de forma alarmante. Por conta da influência destas correntes de pensamento o homem, imerso nas demandas e distrações do cotidiano, tende a se distanciar de uma compreensão abrangente de sua própria natureza e do universo que o cerca. A sensibilidade para a existência de um mundo espiritual e eterno, onde a alma encontra sua verdadeira morada, torna-se minguante e corremos o risco de perder de vista a grandeza e o propósito mais profundo de nossa jornada.

É nesse cenário que se faz necessária uma profunda reflexão acerca do lugar do espírito na história e na contemporaneidade. Autores expressivos, como os já citados, dedicaram-se ao estudo das dimensões espirituais da existência sempre em consonância com a tradição fundante de nossa civilização, ressaltando a importância de uma apreensão integral da realidade. Voegelin, alertando sobre os perigos de uma compreensão

meramente imanente da vida; Agostinho, enfatizoando a inquietude da alma humana e sua busca incessante por Deus, ressaltando a conexão intrínseca entre a espiritualidade e a compreensão da história; Pieper, destacando a importância de momentos de pausa e recolhimento, nos quais a alma pode se abrir para a percepção do sagrado; e Balthasar, através de sua teologia, dando a noção da possibilidade de a alma humana se unir ao divino participando da vida eterna. Estas são linhas de pensamento que podem contribuir para a restauração civilizacional, que só poderá se dar através de um entendimento histórico amplo e unificante.

Assim, faz-se imperativo não só dominar a noção de espírito mas experimentá-la, buscando a integração profunda entre realidade temporal e realidade eterna. É por meio da contemplação, do conhecimento filosófico, da vivência religiosa e da busca sincera pela verdade que podemos vislumbrar a unidade essencial entre o efêmero e o eterno, entre a materialidade transitória e a dimensão transcendental. Apenas ao reconhecer a presença do espírito em todas as esferas da existência, podemos reencontrar o sentido mais autêntico da nossa jornada histórica e recuperar a conexão vital com a dimensão eterna que habita em cada um de nós.

Porém, na fluidez complexa do fluxo histórico impera há séculos uma perspectiva, profundamente enraizada na tradição cristã e católica, que parece estar evanescendo com o peso das pseudo filosofias históricas: a crença na presença de um Espírito divino que permeia e conduz todos os eventos da história, em perfeita consonância com a liberdade humana. Essa compreensão teológica enriquece nossa apreensão do sentido e propósito da trajetória histórica, conferindo-lhe uma dimensão transcendental e uma perspectiva de esperança.

No contexto cristão, a ideia do Espírito Santo como o agente dinâmico e orientador da história tem raízes profundas. De acordo com essa perspectiva, o Espírito Santo - Terceira Pessoa da Santíssima Trindade - é o próprio Deus agindo na história. Acredita-se que, por meio de Sua ação providencial, o Espírito Santo direciona e molda os eventos, permitindo que a liberdade humana seja acompanhada e, ao mesmo tempo, redirecionada para cumprir seus desígnios divinos.

Essa concepção teológica encontra apoio em importantes pensadores católicos ao longo da história, como o próprio Santo Agostinho, que em sua obra "A Cidade de Deus" explora a noção de que os eventos históricos são guiados pela vontade divina, em

harmonia com a liberdade humana. Ele afirmou que, embora os seres humanos possuíssem a liberdade de escolha, Deus, em Sua sabedoria infinita, conduz até mesmo os eventos aparentemente caóticos e adversos para o cumprimento de propósitos maiores.

Essa visão também encontra eco em teólogos como Hans Urs von Balthasar. Em sua obra "A Teologia da História", Balthasar explora a relação entre a ação divina e a liberdade humana na história. Ele argumenta que, apesar das restrições e falhas humanas o Espírito Santo, de maneira misteriosa, transforma até mesmo os eventos aparentemente desordenados em instrumentos de Sua providência amorosa. Assim, a liberdade humana é respeitada e integrada ao plano divino, permitindo que as escolhas individuais e coletivas tenham um papel significativo na dinâmica histórica.

Nesse sentido, é importante destacar que a ação do Espírito Santo na história não nega a responsabilidade humana nem anula a liberdade de escolha. Pelo contrário, essa compreensão teológica enfatiza a colaboração entre Deus e a humanidade, onde a liberdade é um elemento essencial para a realização do plano divino. Ainda que Deus esteja presente e atuante na história, Sua ação não viola a autonomia e a capacidade de decisão dos seres humanos, mas, ao contrário, enriquece-as e orienta-as para o bem e para o cumprimento dos propósitos divinos.

Essa visão de fundo teológico nos convida a contemplar a história como um tecido complexo e dinâmico, onde a liberdade humana e a ação divina estão intricadamente entrelaçadas. Os eventos históricos adquirem um significado mais profundo, uma vez que são vistos como parte de um plano maior, controlado pelo Espírito Santo, que age sempre redirecionando a ação humana para a realização dos desígnios divinos. Dessa forma, a história ganha uma dimensão transcendental e esperançosa, revelando um propósito divino que permeia até mesmo os momentos mais desafiadores e terríveis da humanidade.

Porém, na trama intrincada do entendimento histórico, que envolve essa perspectiva elevada do espírito, somos confrontados com a ameaça iminente de um fenômeno relativamente novo, surgido nas entranhas da recém estabelecida consciência histórica: o "historicídio", ou, *a morte do espírito na compreensão da história*. Esse fenômeno insidioso reflete uma crescente separação entre a tradição e a própria experiência do espírito, causando uma perda gradual da dimensão transcendental e espiritual na concepção de história.

A tradição, como um elemento fundamental para a manutenção do conceito de espírito na concepção histórica, desempenha um papel essencial de transmissão e preservação dos valores e das verdades fundamentais que transcendem a efemeridade dos eventos temporais. Separada da experiência do espírito, a tradição pode se tornar automatizada, letra morta, facilmente refém da ácida crítica historiográfica moderna. Só por meio da unidade entre ambas, de sua adesão radical, que as gerações anteriores, com sua sabedoria acumulada e sua conexão com o sagrado, podem nutrir e iluminar a compreensão da história, fornecendo uma perspectiva mais ampla e profunda que transcende o horizonte limitado do presente imediato. Uma tradição que perdeu a experiência do espírito é, conforme as palavras do Cristo, *sepulcro caiado*, um baú rico em coisas velhas, mas não novas.

No entanto, o historicídio representa um ataque à continuidade da tradição pautada na experiência do espírito, minando a base sobre o qual a compreensão espiritual da história se sustenta: seu matrimônio. Em verdade ele já é um efeito da discórdia entre ambas. Por essa razão, no mundo contemporâneo, marcado por uma mentalidade voltada para o presente imediato, para o consumismo desenfreado e para o culto à novidade, a tradição é frequentemente relegada a segundo plano - por apresentar pouca experiência do espírito. O ritmo acelerado da vida moderna, aliado à ascensão do relativismo cultural e ao individualismo exacerbado, contribui para o enfraquecimento e a desvalorização da sabedoria transmitida pelos nossos antepassados justamente por falta de experiência concreta do espírito.

Eric Voegelin e Hans Urs von Balthasar, levantaram a voz contra esse fenômeno preocupante. Voegelin, em suas reflexões sobre a política e a história, destacou a importância da tradição como uma fonte de orientação espiritual e uma salvaguarda contra a amnésia coletiva. Para ele, o colapso da tradição resulta na perda do senso de continuidade e propósito, levando a uma compreensão vazia e superficial da história. E isso se dá pela ausência da experiência na assimilação da tradição.

Da mesma forma, Balthasar enfatizou a vitalidade da tradição como um canal de transmissão da experiência espiritual na história. Em suas obras teológicas, ele afirmou que a tradição não é apenas um depósito de conhecimentos passados, mas uma herança viva - ou seja, experimentada - que nos conecta à sabedoria e à presença do espírito ao longo dos séculos. Ele alertou para os perigos de uma abordagem puramente progressista

da história, que negligencia a riqueza da tradição em favor de uma busca incessante por novidades e inovações.

Portanto, é fundamental reconhecer a importância da unicidade entre tradição e experiência do espírito, um elemento vital na preservação e no renascimento do conceito dentro de uma verdadeira compreensão histórica. Esta unidade nos conecta com os pilares fundamentais da humanidade, com os ensinamentos perenes que transcendem as contingências temporais. Ela nos relembra que a história é mais do que uma mera sucessão de eventos aleatórios, mas um tecido intrincado de significado e propósito, que encontra sua raiz no âmago espiritual da existência.

Ao abraçarmos a tradição e a experiência, somos convidados a reencontrar o espírito perdido na compreensão histórica. É por meio do diálogo constante com os grandes pensadores e místicos do passado que somos despertados para a dimensão eterna que permeia cada momento da história. A tradição nos recorda que somos herdeiros de uma sabedoria ancestral e nos convida a recuperar a visão holística da história, na qual o espírito e a liberdade humana são reconciliados, transcendendo a dicotomia entre temporalidade e eternidade. Unida à experiência do espírito, a tradição penetra na própria história como um bálsamo revitalizante.

Nesse resgate do matrimônio entre tradição e experiência, encontramos a chave para reavivar o espírito na concepção da história e restaurar a conexão profunda entre o passado, o presente e o futuro. Ao reconhecermos a importância desta união como um farol orientador, podemos reverter o processo de historicídio e revitalizar a visão espiritual da história, transcendendo a limitação da compreensão meramente temporal e nos abrindo para uma perspectiva mais ampla e significativa, onde o espírito encontra sua morada e nossa jornada histórica encontra seu verdadeiro propósito.

A Fundação Do Mundo

Antes de todas as eras primordiais, refulgia o *Ser Real* em seu esplendor intrínseco, existindo em si mesmo, completo e autossuficiente, desprovido de qualquer necessidade de transposição. A noção de transposição era inexistente, não existia sequer a possibilidade de tal feito, senão pela vontade do *Ser Real*. No entanto, impelido pelo desígnio supremo do amor, a realidade foi concebida por esta essência, emergindo como uma manifestação divina no tempo, acercando os limites da eternidade.

A génese da possibilidade de transposição, inerente à manifestação divina, surgiu pelo amor, e a partir disto houve a instauração de um domínio participativo: o *mundo*, uma manifestação efetiva decorrente desta potencialidade. Por meio de tal influxo de realidade, os diversos entes criados encontraram-se inseridos em uma esfera onde suas existências se transpareceram em interação, permitindo a concretização da própria essência da criação.

Deste modo, a confluência entre a transposição viável e a transposição ativa se amalgamam para constituir, de forma inequívoca, o que nós, dotados de sabedoria, rotulamos como "mundo". Em sua essência, encontre-se a realidade inquestionável, matriz primordial e propulsora de todas as contingências e efetividades singularmente manifestas.

A existência mesma do mundo repousa sobre a premissa inviolável da *transposição*, pois sem essa possibilidade, sua própria configuração seria destituída de atualidade. Esta possibilidade, por sua vez, é resultado direto da ação concreta do *Ser Real*, que em sua livre iniciativa criadora, engendra o caminho para além de si mesmo. Além disso, a faculdade de contemplação só se tornaria factível pela permissividade do *Ser Real* que, em sua magnitude, possibilita a transposição do não-ser para o ser.

Revela-se, assim, a nossa essência fractal, intrincadamente entrelaçada com a trama da realidade primordial. Os destinos entrelaçados do mundo e da humanidade, os seres imersos no tecido temporal, encontram-se inextricavelmente ligados à matriz do *Ser Real*, como se fôssemos desvelados como coelhos emergindo da cartola daquela realidade

soberana e inatingível. É nesse envolvimento mútuo, nessa coreografia cósmica, que encontramos nossa origem e propósito.

Na sinfonia cósmica, o homem se revela como uma entidade apta a transcender seu próprio âmbito individual, pois ele incorpora e é incorporado por todas as manifestações que permeiam o universo. Assim, ele se torna o próprio microcosmo do mundo, à medida que cada entidade, em seu movimento intrínseco, reflete sua essência e participa de sua natureza. Em uma intrincada teia de interdependência, o homem e o mundo se entrelaçam, configurando uma dança sublime de trocas e influências mútuas.

No livro "A Filosofia na Idade Média", *Etienne Gilson* apresenta a perspectiva medieval de *Honório de Autun*, que concebe o mundo como uma esfera em movimento constante. Nessa concepção, o termo "mundo" remete à ideia de um deslocamento constante, alcançado ao rolamento de uma esfera impulsionada por uma força exterior. Essa esfera se assemelha a um ovo, que contém em seu interior uma gema na qual os elementos aéreos e vapores flutuantes são envolvidos pela clara, que simboliza o éter, e protegidos por uma casca, que representa o céu. Uma perspectiva apresentada sobre o "mundo" revela-se intrigante ao enfatizar a concepção de limitação.

Com efeito, um ovo, por sua natureza, é um exemplo notável de limitação e contenção. Configura-se como um ente circunscrito, cujas fronteiras delimitam sua existência. De maneira análoga, o "mundo" pode ser entendido como um ente que se distingue pela abrangência de todas as demais entidades, conformando uma organização harmônica dirigida a um propósito determinado em sua limitação. Sua composição revela-se como uma amálgama de elementos seguros, convergindo para uma finalidade maior.

Na medida em que o mundo é resultante de um ato criativo, especialmente o produto de um engenho pensado, inevitavelmente assume a forma de uma *narrativa histórica*, uma vez que incorpora em si mesma uma herança memorativa de suas mudanças em cada novo movimento empreendido. Com efeito, sem tal aspecto memorialístico, o próprio processo do pensamento criativo em sua fluidez se tornaria estagnado, configurando-se como um vazio de ideias - um estado de não-pensamento - imerso na eternidade, desvinculado da temporalidade. Por isso considero a história a alma do mundo.

No ato magnífico de apresentação do mundo, o *Ser Real* engendra um pensamento que transcende a noção de precedência ou simultaneidade com qualquer outra entidade. É por essa razão que podemos afirmar que seu pensamento constitui uma forma de criação, e tal criação, por sua vez, uma entidade distinta e separada de sua essência.

Esse pensamento efetivo, como anteriormente elucidado, emerge no pensamento primordial da possibilidade transpositiva, quando o *Ser Real*, por um ato de vontade inescrutável, determina, estabelece e profere: *serão concebidos seres distintos de minha própria essência*. Nesse momento, desvela-se a magia transcendente! Da potencialidade à manifestação; da manifestação ao movimento perene; do movimento perene à conclusão gloriosa e ao vislumbre da obra completa. Eis o objeto contemplativo dos olhos humanos, que em sua essência quase angelical, provam-se como humildes emanações das pupilas divinas, em seu esplendor diminuto e majestoso!

Um mundo concebido dessa maneira se revela como um hemisfério imerso na vastidão do olhar, sem fronteiras limitantes, uma visão penetrante na periferia do vazio. O "vazio", desprovido de realidade, não possui qualquer semelhança com o *Ser Real*, o qual, por sua vez, transcende a própria noção de nulidade. Com efeito, tal conceito se revela como uma ousadia divina, uma armadilha sagrada imposta à doce racionalidade humana, uma vez que o "nada", em sua inexistência, considera a totalidade da existência, em todos os seus minuciosos detalhes. E nisso, a história prova que o acontecido é irrevogável.

Indubitavelmente, ousamos afirmar que o mundo foi fundado e que ele transcende a efêmera flutuação no vazio abissal, mas ao contrário, repousa com solidez na palma do *Ser Real*. É por essa razão que o mundo é possuído por um fundamento sólido, uma base que se distingue de sua própria essência e que supera a mera ausência deste enigma chamado "nada". O mundo se erige como um baluarte imponente, edificado sobre o desejo infinito do *Ser Real*, cuja vontade inabalável é o alicerce primordial.

Posto isto, é fascinante observar que todo esse fundamento primordial se manifesta diante da mente humana, tão limitada e frágil, como uma ausência aparente envolta em obscuridade e mistério enigmático, como se fosse uma emanação inexistente. Nesse âmbito, adentramos nas astúcias do *Tao*, na busca apofática de perseguir

incansavelmente o próprio rastro, numa dança vertiginosa com a própria sombra. Não se desespere, pois o mistério não se encontra oculto, mas sim presente, revelando-se sutilmente nos recônditos da existência.

Podemos encontrar nas palavras de *Agostinho* a assertiva intrincada de que o mundo e o tempo não se precedem, mas sim, conservam uma simultaneidade comum, assemelhando-se ao binômio indissociável de corpo e alma. É a partir dessa perspectiva da criação em contínua metamorfose, da criação em incessante movimento, que emerge um sentido sutil e profundo nas barreiras insondáveis da trama histórica disposta ao homem.

Conceber o mundo como concomitante ao tempo nos desvela a perspectiva de uma forma última permeando todo o dinamismo e mutabilidade, uma forma que destila seu esplendor na trama da história, porém, sem revelar sua plenitude inabarcável. Todavia, tal forma só pode ser instaurada por uma consciência que, além de testemunhar todos os eventos, abarque sua totalidade íntegra. Essa consciência, por sua vez, deve ser eterna, sem princípio ou fim, abarcando o infinito, irradiando bondade em todas as suas facetas e destilando a máxima felicidade sem deixar espaço para qualquer vácuo.

Somente nessa consciência reside a existência, a vida, a memória, pois ela é, em sua essência, o substrato primordial de tudo: o fundamento inexorável do mundo, do tempo e de sua inenarrável narrativa divina chamada *História*.

A História é o Homem

Nos confins do passado, nada tinha forma tão perfeita como quando da presença do homem. As coisas tinham forma, mas inacabada, imperfeita. Não eram ainda coisas "plenamente reais". Eram "coisas a se conhecer". O homem foi como que uma lente que atribuiu valor cognitivo atual aos objetos que o precederam no mundo, não como um Deus - embora enviado por ele -, mas como um privilegiado executor. E tal privilégio o fez jogar com o destino.

A controvérsia acerca da idade do universo em suas múltiplas transformações é parte autêntica deste jogo. Quando contraposta a uma alegoria criacionista, a controvérsia da idade se mostra como um mero jogo de espelhos que nada mais faz do que confundir o ouvinte em seus próprios lógicos. Afinal, quem esteve lá senão o próprio Deus e seus anjos? Ninguém. Pelo menos ninguém humano. É por isto que os grãos infinitesimais de carbono nos atam a consciência - e seduzem o olhar!

A tese do homem como peça esculpida por alguma força impessoal e evolutiva, amparada em tal controvérsia, se tornou ponto pacífico na mentalidade dos pensadores pós-mecânicos. E por qual razão? Pela devoção aos indícios metamórficos encontrados nos elementos base da natureza. O homem crê dominá-los pelo conhecimento que tem deles como quem domina as próprias calças encintando-as. Mas o que o homem não crê é que a própria cinta em que confia é tão frouxa quanto a justeza de suas calças - que poderia lhe caber perfeitamente sem este auxílio "técnico".

E o que isto quer dizer, afinal? Algo muito simples: que o homem anseia e procura uma alternativa veraz entre a gênese universal e o atual estado de coisas sem remeter sua visão ao "quem" buscador desta faixa temporal - pois seu fim lhe parece sempre desconhecido, portanto, inóspito e inalcançável. No "entre", ele se compraz e desliza com seu aparato pensante e suas máquinas calculadoras até esmerilhar toda a crosta obtusa que veda a visão origem, logo, aquilo que considera a resposta definitiva para todas as dúvidas e incompreensões - pois sem a noção do "fim" a própria origem automaticamente se torna obsoleta e fantasiosa.

É uma bela ilusão, concordo. Mas o fato de este homem *categórico* e *mecânico* não supor um elemento acima daquilo que ele mesmo se debruça - e corre -, ou seja, a carapaça

fúnebre de si mesmo, o move contraditoriamente à direção do véu negro, mórbido e cavernoso das priscas eras, lhe sugerindo um parentesco insólito com o simiesco.

Não sabemos ao certo o que houve antes da emancipação da consciência humana. Que as coisas estavam lá, parece óbvio; que a consciência destas coisas – pelo menos a humana – não estava presente, é mais ainda. E aqui reside a tentação. Uma tentação doce de se inscrever na linha genética dos elementos mais grosseiros e a ligeira esperança de ascender à malha dos mais sutis. Não sabemos nada sobre isto, embora um mito seja proclamado.

A voz da ciência natural e da cornucópia matemática convidou a História, *mestra da vida*, a um festim sem precedentes. Ofereceram-lhe o Maná dos céus, mas não a dispôs dos pratos e talheres. Resumiram o mundo a uma massa mágica onde um "*super-ser*" se desenvolve, dando à História a oportunidade de se tornar o suprassumo de seus próprios argumentos. E ela caiu na falácia, aceitou a proposta: fez-se concubina. Agora, nada pensamos sobre o tempo passado sem a arque unção dos exumadores de partículas; nada compreendemos sem sua *Torá* da crítica exclusivista; nada queremos que não esteja submetido ao *Corão* de seu coração gelado.

Isto é uma evidência clara e sólida de que perdemos o senso vital da própria História, de sua raiz fundamental radicada na essência do homem. Tratamo-la como um refrigério do deslize fatal a que fomos impelidos; não rezamos o credo sobrenatural que a compõe desde cedo; sofremos de sua desumanização antes mesmo de sua desdivinização. A História se transformou no argumento perfeito dos patifes desumanizadores.

Assim, a linha do progresso foi entrecortada pela ideia de domínio irrestrito do tempo e da natureza. Este domínio é o que possibilitou a transfusão de referências das antigas artes liberais para as novas ciências experimentais. Isto tornou todo o material genuinamente humano do campo das artes tradicionais desmistificado pelos paralelos austeros da lógica moderna. Isto se disseminou no campo histórico como uma cepa invisível. *Pari passu*, toda elucubração voltada para a especulação pré-histórica tornou o homem prescindível justamente por não o apreciar como medida do próprio tempo passado.

É como se as rochas sobrevivessem ao caos atmosférico resguardando em si a memória do mundo, guardiãs que são dos eventos pré-neolíticos. Nesta *concepção*

mineral do tempo, o homem passou a ser *o próprio elo perdido* e não aquele que o deseja encontrar. Procura algo que se perdeu na História, mas não percebe que esse algo é ele mesmo. O vão de passagem entre sua ascensão e sua suposta origem se tornou tão válido que o tempo transmutou-se em objeto substancial, não relação acidental, pela superlatização do macaco que habita em nós.

Independente da interpretação acerca da idade do mundo, das pedras ou dos macacos, sabemos, por razão, que o homem é o ser próprio do tempo. Sim, o ser onde o tempo está erradicado para se erigir como realidade, para se tornar qualitativamente efetivo. Evidentemente, o mundo como coisa bruta e existente também recolhe no homem sua estrutura ontológica. Sendo assim, qualquer das teorias acerca dessa extensão de tempo prévia ao homem é apenas uma suposição imaginária, jamais uma conclusiva acepção científica ou um dado probante. Neste ponto, o mito é necessário.

Não há nenhum desses "dados" sem homem, pelo menos em sua forma lógica. Ele é o ser que efetiva a presença de fenômenos antes esparsos em adjunções positivas. Qualquer dado passado é mero *numeno histórico*, nunca *fenômeno histórico*, se não houver a mente humana se impondo diante do acontecer por intermédio de sua carne indiciante. Kant que me perdoe, mas o tempo como *coisa em si* é o homem como fenômeno na História.

A indicação é a chave aqui. Algo que a presença do homem incita no mundo e no tempo como uma validação - para isto foi reunido de todas as coisas. Não importa de que matéria ou de que suposta evolução biológica pôde o homem surgir, o que importa é o momento em que, de toda a massa mineral, vegetal e animal, ele foi achado homem. É este o momento em que toda a teoria evolucionista vem abaixo! Pois o milagre é tão grande que a própria natureza o depõe.

O *tempo presente* é a quimera pela qual todas as concepções científicas se debruçam e se apegam como um bebê ao colostro. O triste é dizer-lhes a verdade patente: não há tempo presente. O que há de presente no tempo não é uma fração do tempo, uma etapa sua, mas a eternidade. Ela é o que nos dá esta vaga sensação de permanência num universo de ilimitadas passagens. A passagem ininterrupta é o tempo, matriz de todas as larguras e extensões de pensamento; a permanência total é a eternidade, o ser pressuposto a qualquer pensamento. Por essa razão é inútil especular a idade do mundo, pois o mesmo

mundo - concomitante ao tempo, diria Agostinho - é desprovido de atualidade sem o homem, aquele que qualifica o tempo.

Nossa perspectiva, que é aquela baseada no bom senso e na pura tensão, se desdobra sob um pano de fundo humanista. Não o humanismo ateu dos idólatras de si, nem mesmo o humanismo cristão dos artistas consagrados, mas o humanismo histórico do tempo no mundo, ou seja, à humanização da História e à historização do Homem. Cabe aqui uma tentativa de resolução.

Por que causa é perigoso afirmar "a História é o Homem"? Em primeiro lugar, pela fundação *filosófica dos termos*. Obviamente, por natureza e definição, não podemos crer nesta afirmação filosoficamente falando. Em segundo lugar, dizer tal coisa nos torna um imenso *vácuo entre a noção de ser supremo e ser relativo.* Se somos a história, não seríamos nem um nem outro, mas algo estranho aos dois e inexistente em si, contrariando toda a ordem teológica. Em terceiro lugar, *a história não pode ser nada além do que ela é: uma* palavra, o dizer autêntico de um sentido sintético do acontecimento. Nesse sentido, atribuir-lhe corpo e forma animal racional seria o mesmo que atribuir a um computador o poder de orar, subvertendo a antropologia saudável.

Então, pela via filosófica, teológica e antropológica, jamais poderíamos cometer o acinte de mesclar duas ordens de coisas tão heterodoxas como Homem e História - embora saibamos que não existam uma sem a outra! Como resolver a questão? Como colocá-la de modo justo e salutar dentro de uma proposição tão breve e conflituosa? Somente pelo recurso à ideia de narrativa encarnada.

Temos uma espécie de convicção que o homem é um ente animal dotado de razão superior e espírito. Mas chamamos atenção, também, a possibilidade simbólica de ele ser um discurso vivo, uma atuação contínua, uma apresentação verbal da consciência em forma de carne - como um verdadeiro enredo vivo. Isto é o que, na prática, confere a ele valor histórico, e à história, teor humano. Jamais existiria história se o homem não fosse personificação no tempo e no mundo em forma narrativa encarnada. Do mesmo modo, não haveria personificação sem narratividade história. Esta ambivalência é a base pelo qual afirmamos: a História é o Homem.

Sendo um regato sólido de todas as falésias da criação multifacetada, o homem, ente artístico por excelência, faz de si uma obra que transcende os próprios elementos que a compõe - sobretudo, os de ordem psicológica. Isto porque sua única criação neste

mundo é a imagem sintética de todos os seus movimentos morais futuramente apresentada diante do crítico extremo, aquele que deu-lhe este poder de teatro - seu deslize mais perigoso. Sua narratividade cessa no instante mesmo em que é lida pelo autor de tudo, e comparada à criação perfeitamente ordenada ao fim ótimo e único. A questão é que tal imagem não se reduz à uma concepção mental ou psicológica da vida, uma ideia dada pelo Homem em relação a si mesmo: mas a uma concepção final realíssima que está nas mãos de Deus.

O ideal pressupõe o real em toda sua extensão; o real se dispõe do ideal em toda sua intenção; e neste fluxo de relações ambíguas o homem, translúcido pelas aparências do instante sólido, se choca, entre duas paredes intransponíveis: o devir e o perene. É neste choque que existe a história do homem, e o homem da história. É nesse interlúdio que a realização humana se passa, se descobre e se emancipa. A história nada mais é do que esta atuação consciente e contínua de um ente que carece de ciência plena.

É por essa razão que não confiamos nem na ciência, nem no mito. Os dois não podem explicar a vocação extrema do homem e a insistência anônima da história, que coincidem sobremaneira. São duas formas de contar o acontecer que prescindem da pessoalidade - e pessoalidade é justamente a qualidade íntima do homem histórico, qualidade que se refere ao *modo de produção*, que longe de ser um sintoma da automásia neurótica do reino industrial, é antes de tudo a justificação do drama real no qual *vivemos, nos movemos e somos.* A História é mais propensa à fantasia, portanto, menos inclinada ao prático.

Assim, a História é o Homem na medida em que o homem é produto: produto da auto-formação criativa segundo um modelo inalcançável, mas efetivo. E só por isso faz sentido a existência histórica, já que *ser no tempo* é produção e *ser além do tempo* desfrute - ou infâmia. Isto faz parte da carreira mítica, científica e fantástica do Homem, que procura açambacar em sua alma tanto as comicidades do destino quanto as tragédias do passado - juntas, inseparáveis e ordenadas a um entressonhar esperançoso no qual Deus imprime sua misericórdia.

Se a História não fosse o Homem, ela seria um Deus sem criaturas.

A Igreja é Roma

Quando estudamos, como cristãos, a crítica histórica sobre a autenticidade do homem Jesus, sentimos um embaraço interno, como que uma azia profunda que pode se exteriorizar em forma de dúvida: "*Seria mesmo um mito*?". Tal questão é de fácil digestão se o cristão for consciencioso e fiel, mas pode ser obscura e tentadora se for por demais obsediado pela perspicácia lógica. Basta saber a qual lado pertencemos, já que a pura fé se serve da razão, enquanto a pura razão tripudia da mesma.

Semelhante dubiedade encontramos na discussão acerca do *quê é a Igreja*. Seria ela uma invenção estatal e humana; seria ela um estado de espírito comunitário mais elevado; ou seria ela uma metamorfose ambulante de séculos de imperialismo pagão? São questões, novamente, de dar azia aos homens que pela fé se ancoram na realidade. Mas acredito que elas surjam, de fato, para o bem da própria fé - e como fármaco para tal pirose retroesternal introjetada pela sanha racionalista moderna.

Acontece que a Igreja, como realidade histórica, é indissociável do homem Jesus do mesmo modo que o homem Jesus jamais poderá estar da própria ideia de Igreja - seja ela uma invenção estatal, um estado de espírito ou uma metamorfose pagã. Jesus é a Igreja tanto quanto a Igreja é Jesus por extensividade de ação. Pelo menos nisso cremos, tendo como fundamento as próprias palavras evangélicas. Ele a iniciou, Ele a terminará. Cabe agora, pessoalmente, decidir crer ou não crer em tal paridade substancial entre Cristo e a Igreja.

Para um digno cristão, a crítica histórica jamais interferirá na experiência de encontro verdadeiro com Cristo pela Igreja. Se isto acontece, é sinal de que a dignidade do cristão se converteu em lógica, perdendo assim, todo seu olor genuíno. Se tal não vem ao caso, um mero acaso não pode ser causa de toda a força imposta ao ato: o ato de fé. A fé que, embora saiba que na história Jesus viveu e era homem, crê em sua divindade e em sua coextensividade institutiva. Porque seria a "crítica" recente juíza de validação deste encontro a partir dela após dois mil anos de tradição? Preferimos a autoridade de sua palavra.

Talvez a mente ingênua dos burocratas históricos não seja capaz de perceber a infindável teia de convergências guardada na simples menção deste nome. Jesus, homem verdadeiro e Deus verdadeiro, cumpriu uma obra verdadeira no campo da história, independentemente do visto ou quisto no rodapé das obras históricas de origem

exclusivamente humana. Deixou o espírito evangélico para atestar aquilo que a própria ciência do passado foi incapaz de tragar, e ao longo de muitos séculos, reluziu sua presença no mundo através de uma instituição sólida e tangível - que se tornou o terror dos pagãos e dos mercenários do templo: a Igreja.

Embora a sedução pela prova histórica seja um desilustre apagão da fé, a crença austera sobre a usurpação de suas palavras pela "máquina" estatal, comunitária ou imperial de índole eclesiástica, é ainda mais obscura. Esta pecha só existe pela falta de fé na pessoa, e não pela falta de amor à instituição. Quando ouvimos declarações acerca da autenticidade da Igreja enquanto instituição estamos, na verdade, ouvindo reclames acerca da autenticidade de Jesus Cristo enquanto Deus e sujeito histórico. Este é o fundo noético da questão: a descrença insincera sobre uma pessoa divina agindo historicamente.

A extensão da vida de Jesus como continuidade de sua encarnação divina na Igreja é matéria de fé e um verdadeiro dogma da religião cristã. Sem isto, o cristianismo seria mais uma dentre tantas religiões que se esforçam para encontrar a Deus - sendo que nele Deus vem a nosso encontro. Mas o que isto representa para aqueles que não comungam da fé? Absolutamente nada, a não ser, um argumento para agir e dominar. E foi pela ideia de dominação que os detratores da Igreja impuseram o mito da *religião constantina*, afim de acusá-la de ser uma invenção imperial bastante vantajosa do ponto de vista político da época. Este, provavelmente, foi o terreno onde eclodiu tal suspeição, sendo muito mais útil do que apenas conflagá-la sob o libelo supostamente pagão de suas práticas.

Acontece que toda essa mixórdia especulativa fere não só a relação que há entre a história e a religião mas, inclusive, a relação que pode haver entre essas duas e a política. Nenhum Estado moderno está disposto a aceitar crenças que transcendam seu caráter pragmático e empírico. Quando muito, tolera-as. Mas até a tolerância tem limites, regurgitam alguns que se encontram às favas com o assunto, pois é preciso, pela via política - em tempo de tão altas luzes! -, desmistificar todo e qualquer fruto de presunção divina daquilo que, para os faustos doutores, não passa de Estado!

Pois então, volvemos à questão. O cristianismo, sim, também é um Estado, mas um Estado de outra ordem, outra natureza, ou melhor, de sobrenatureza. A Igreja representa a extensão carnal de uma vida humana unida ao divino por este Estado, e isto, de fato, nos lembra uma característica puramente romana: o culto aos césares. Esta é a acusação implícita. Então, obviamente, nesta cisma há uma mistura aguada de ranço imperalista e purismo anti pagão que sobreeleva a intenção interna de encontrar o cristianismo do

espírito, puríssimo, não o pagão, não o da carne. Porém, sem a carne o cristianismo se torna um culto pirronico professado justamente pelos aceclas da razão a todo custo, que sem notarem, se desapegam da humanidade de Jesus pelo desapego à autoridade da Igreja - e essa é a maldição do imbróglio.

A Igreja não é, essencialmente, uma estrutura política, e sim, uma estrutura hierárquica que se expressa politicamente. Mas a dimensão política a compõe, como o intestino compõe o corpo de um crente que reza - é uma parte fétida, mas necessária. Um componente sem o qual toda a estrutura se compromete, tendo em vista a excelsa missão que lhe foi confiada: "*ide, ensinai o evangelho a todos*". Para cumprir este fim a Igreja teve que se constituir politicamente no mundo. Portanto, não é justo nem necessário - nem mesmo inteligente - preencindir de um domínio tão caro à consecução deste plano. Seria bobagem acreditar que somente pelo palavreado espontâneo o mundo inteiro se convertesse, absorto pela nobreza do credo. Era necessário à causa o domínio político do mundo para o domínio dos próprios corações - e também dos demônios pagãos - através do império político legado por Roma.

Quando acusada de ser uma invenção romana a Igreja Católica, através de seus membros mais esclarecidos, sempre argumenta na clave dos dados históricos sólidos e razoáveis que evidentemente comprovam sua preexistência, sob a forma de um *corpus ecclesiae* concreto, em relação ao seu caráter político apreendido posteriormente. Isto é fato notório se analisarmos os escritos dos antigos padres. Ninguém "inventou" a Igreja Estado a partir de um edito. Ela passou, sim, a um outro nível, a um outro patamar de composição orgânica ao publicarem o documento de Milão. E a razão não foi um mero jogo burocrático, mas um objetivo divino longanimemente planificado. Muitos séculos foram necessários para que todo o orbe terrestre se encontrasse "globalizado" e unificado a ponto de receber a inserção da pequena semente teândrica que fez crescer, ali, no terreno antes banhado pelo seu sangue inocente, uma grande árvore repleta de ramos e frutos, cuja raiz entranha tão fundo no solo que seu tronco, firme e maciço, se erige até hoje como madeiro de todos os povos: a Igreja Católica Apostólica Romana.

Eis porque somos romanos. Somos romanos porque Jesus Cristo, Deus e homem, nasceu da Virgem Santíssima em terra romana; em mundo e tempo romano; e só uma Igreja romana poderia continuar sua ação de forma empírica - segundo a unidade de sua essência. Isto não quer dizer que sua estirpe seja romana, mas que sua presença se deu em ambiente romano e que somente a figura e presença deste Deus no império mundial

romano poderia reverter e aplacar a angústia pavorosa daqueles cesáres, pouco a pouco impregnada na alma daquele mundo severamente massificado, transformando-os em augusta vitória para os homens!

A mais alta prova de sua insurgência em império mundial da fé foi justamente isto, a vitória humana diante da dor e do desespero testemunhada, principalmente, sob a ótica do "espetácular" martírio. Nele, a humanidade de Jesus Cristo mostrou sua atividade atual na humanidade de milhares de vítimas das bestas feras. Ali, o homem soprepujou a insanidade do Estado imperial pela virtude divina, encantando os olhos de Deus para uma profusiva e futura conversão. Essa conversão está relacionada ao modo pelo qual os indivíduos demonstravam sua fé nas mais cáusticas atrocidades inpingidas aos corpos, mas, sobretudo, pelas mais altas virtudes vivenciadas por suas almas. O martírio, sim, foi o grande salto que sobrepujou o Estado romano de toda a sanha pagã de seus demônios correligionários.

A partir do momento em que a Igreja triunfou sobre as misérias do corpo, impostas aos mártires pela máquina assassina dos cesáres, ela pode revivificar, como num sacramento, a alma daquela humanidade solapada por séculos e séculos de religiosidade pagã, nacionalista e caduca. Ela se organizou dentro de um vasto mundo de víboras, porém, não foi esta a causa de tão maravilhosa conversão. A principal força que sepultou a cidade antiga dos homens - e seus pés de barro tão preconizados - não foi a estrutura política e seus meios, mas a fé viva e seus fins. A cidade nova se ergueu no interior da cova mais obscura e tirânica que o mundo já conheceu, numa aliança de sangue, lágrimas e esperança.

E a fé venceu dentro da arena onde a máxima secular predizia os grandes feitos do homem. Venceu porque Deus é irresistível e onde sopra as peças do tabuleiro se movem rumo à mais santa direção. E uma dessas peças foi o coração um imperador, que a despeito de suas aspirações monarquicas absolutistas, ousou refrear o consuetudinário impulso da plebe: derramamento de sangue como forma de manutenção da coesão social. Isto foi feito por linhas tortas e direção reta. Foi feito por Deus. Pouco importava as razões de seus instrumentos humanos, seu estandarte foi levantado; em meio ao ocaso de um mundo perdido; frente o destino agonizante dos inocentes; pela via do império que ruia e fazia

ruir toda a sede humana pelo bem. O homem Jesus venceu quando o primeiro César cedeu à graça.

As velhas acusações que recaem sobre a Igreja - e de como supostamente foi criada como instituição secular para sustentar um Estado sanguinário já pútrido - tem sua razão de ser apenas no fato histórico de seu maior feito: a conversão do mundo pagão. Ela converteu o mundo, mesmo que por vias "políticas". Bastou, de início, a liberdade para que a conversão viesse a galope. Vale lembrar, inclusive, que tal conversão não começou no momento em que ela se tornou salvaguardada pelo Estado. Começou quando o próprio Estado a perseguiu lavando seu solo com o sangue do próprio Jesus e seus membros. Foi seu sangue unido ao sangue dos mártires que solapou a escória dos demônios pouco a pouco, impregnando seu espírito no mais profundo recôndito do império, e, implementando sua nova ordem mundial: a fé.

Quando um detrator da Igreja - que é um detrator da fé - nos impõe objeções seculares acerca da origem da instituição eclesiástica relacionando-a, apenas, à uma manobra política de Constantino, isto deve ser tomado por nós, católicos romanos, como um sintoma. Sintoma da mais discreta falência moral, fruto da mais rasteira ignorância histórica. Não devemos refutá-los com brados e negações acerca de suas alegações sobre tais acontecimentos. Devemos confirmá-los com certeiras afirmações a respeito da verdadeira manobra divina, que elevou um império de iniquidade a um império de fé, pela simples conversão de um César! Digamos: *"Sim, a Igreja como império mundial da fé nasce em Constantino por vontade divina!"* - mas somente após ser gerada por Cristo nos apóstolos.

Em geral, tais objeções tem como alvo exclusivo a Igreja Católica. As demais congregações cristãs não se inculcam por tais menosprezos ou asserções, pelo contrário, as utilizam conforme o prado para justificação de seus sentimentos de independência e "pureza". A grande lástima recai sobre aquela que afirma ser una e ainda reconhece tudo aquilo que nela há de romano. Pois a Igreja assimilou Roma, o mundo conhecido, o universo humano unificado. E como só aquilo que é uno pode se inferir universalidade, o cômico da história é que só o que é universal pode se dizer romano! Já que a civilização da loba foi justamente aquela que consiguiu tal feito. Roma teve o mérito - mesmo que pelas vias mais odiendas - de unificar o mundo, planificá-lo, ordená-lo politicamente de uma tal forma que, bastou a boa semente cair do céu em seu canteiro, para em menos de três séculos ela se tornasse uma grande árvore da vida.

Roma foi isso, a infraestrutura para o reino milenar da fé. Reino este que não se confunde identicamente à cidade de Deus, mas que pelo menos a refletiu no ambiente humano mais elementar: a política. Seu método foi o pecado, mas este se curvou à graça. Sua função foi a reunião indigna, que se transmutou em comunhão dos santos. Roma se tornou um espectro político conservado pela penúria econômica antes do grande abalo. Bastou-lhe encontrar uma luz para se abrigar de sua própria escuridão. Quando percebeu a Igreja e sua rede de colaboração caridosa permeando as tubulações vasculares de sua falsa moralidade cívica, já havia sucumbido! Não por um golpe dela, mas por um instinto de sobrevivência orgânico. Roma foi a mais brutal e dolorosa permissão de Deus.

Aquilo que de mais importante Roma legou à Igreja foi seu sistema de leis - uma fusão democrática, aristocrática e monarquica que, de certo modo, se cristalizou no projeto concreto da *Pax romana*. Isto foi o sedimento romano que assimilamos e nos permite dizer em alto e bom tom: a Igreja é Roma! O estatuto advindo de seu corpo de códigos legislativos foi incorporado pela cristandade, que reformulou aqui e ali as contas de seu crudelismo inato; transformou a matriz de suas arque disposições despóticas em condutores ativos da nova fé; revitalizou o antigo e opressor direito em favor de uma nova ordem dispositiva. Enfim, o que a Igreja fez com Roma, no sentido da espiritualidade foi o que Roma fez com o mundo no sentido da apropriação de seus bens. Transfiguramos um corpo social leproso, da morte para a vida.

Assim, a Igreja também, em certo grau, se impregnou de elementos estruturais do antigo império, da antiga cidade, da antiga ordem mundial. A própria arquitetura, o calendário, certas formas artísticas, a língua latina, tantos foram os recursos romanos elevados a um grau superior de sentido e uso em seu organismo visível. Isto não é demérito algum, e sim, virtude. Virtude de converter um moribundo Estado em fonte de renovação humana e espiritual, incorporando-o a si em seus aspectos mais úteis e benéficos para a missão de evangelizar o mundo. Por esta razão não nos cabe o despeito em relação à acusação constantina. O que se pede, neste caso, é uma visão profunda do processo, que não se resume a uma mera intrusão oportunista e licensiosa de um domínio político sobre outro, mas, a uma acepção mais radical e teleológica do processo: a perspectiva das novas formas civilizacionais que surgiram a ponto de infundir, no mundo, os caracteres de um reino transcendente e essencialmente diverso do anterior.

A fé em Jesus Cristo transformou Roma em Igreja e não a Igreja em Roma - como seus *constantes* desafetos proclamam a quatro ventos. A grande trave que habita os olhos

que assim vêem é o fato de que a Igreja se tornou senhora do mundo, se tornou Roma. Isto fez a submissão à ela ser matéria de ordem e sustentação do mundo. Agora, após um milênio *Pax Ecclesiae*, as forças infernais que obssediavam Roma querem retomar seu posto, impingindo um movimento inverso na tentativa insana de se tornar "Igreja". E essa é a raiz moral que subjaz nas entranhas da controvérsia constantina: a vontade de poder, de poder ser *Igreja*!

Roma nunca será Igreja porque seu papel no mundo foi consumado: ser *Orbis*, reunindo pelo pecado as multidões para a graça. Mas a Igreja, sim, é Roma, reflexo visível da *Urbs* divina, mesmo que sob uma condição - ser seu contrário, o amor.

A narrativa encarnada

Afinal, do que se trata a *Filosofia da História*? Se podemos falar de uma "verdadeira" ou "falsa" reflexão acerca deste objeto obscuro e etéreo chamado *História*, já não podemos se admitirmos não possuir os critérios claros e distintos sobre o "quê" desta velha senhora. Essa, de fato, é uma discussão efusiva que beira às raias da irrazão. Pensadores, filósofos, antropólogos - amigos ou vilões da honestidade - acirraram suficientes ânimos e desânimos ao longo dos séculos para estabelecer um tom absoluto ante a falaz presença deste espírito tão zombeteiro e penetrante. Quem é esta senhora? Qual sua tez? Difícil determinar. Portanto, devemos delinear, pelo menos, um limite para a palavra que tantas cócegas levantou nos mais temíveis homens de glossas.

Costumo tratar a senhora *História* tendo como base sua raiz existencial: a consciência. Lá ela vive, mora, é tecida e recortada nas visões mais astrais e tácitas sobre o mundo, a vida e o homem – seu repositório nuclear. Como uma espécie de cristal forjado, em referência ao sonho anímico onde se debruça o homem no contato quem têm com a matriz de realidade que o abrange e esgota, reside a *História*, antes, *mestra da vida*, agora, fresta da discórdia. E qual seria a razão dessa *matriz*? Indagação imprópria, diriam alguns. Digo isso por conta da limitação de ciência que possibilita a própria experiência dentro de uma descomunal totalidade. Sempre raspamos uma parte, embora estejamos atingidos pelo todo, e essa condição de *espremidos* pelo tempo e a eternidade é que nos incita a perguntas tão acima de nossa compreensão. No local mesmo onde o contato entre estes dois titãs se manifesta – a consciência – é possível um lapso luminoso de arguto sentido, uma imagem diminuta da vastidão irremediável, um conto reluzente de esperança e caos: a *História*, dama e carrasca das mais hodiernas almas.

Não é demais lembrar a ferramenta cabal pelo qual a consciência produz algo como a *História*: a linguagem humana. Este é o artificio próprio pelo qual o acontecer pode ser encapsulado e assimilado de forma mais abstrata e significativa, um tipo de alimento responsável por um alívio mediante o mistério e limitação da vida ininterrupta de todos os dias. A alma não descansa até forjar uma ninfa fabulosa em seu reduto íntimo... Ninguém é capaz de se lançar nos dias e nas noites sem que esteja imbuído de exemplificar o próprio cenário circunstancial pela *palavra*. Nesse quesito, o homem arcaico é figura una. Embora sua história não seja considerada tão "genuína" quanto a dos

capitães das naus modernas - pelo fato de supostamente não registrar o passado; não prospectar o futuro; e encarar o presente como foco da mais tenra epopéia - ele, ainda sim, traçava uma espécie regular de discurso sobre sua história interligada às origens: o mito. E essa era sua escrita da história, sua narrativa sintética do mistério da impermanência na permanência. É este tipo de homem histórico – *arkhé*, ou, "o que vem no começo" - que devemos compreender para apurarmos o atual homem historiográfico.

O sujeito arcaico nada via na realidade que não fosse um sinal de divindade. Mesmo que atropelasse as camadas, os sentidos, as teias de aranha da cronologia, este *sujeito do acontecer* sempre esteve em rota de colisão com o inexpugnável através de suas narrativas mitológicas. Ele já era um homem histórico muito antes de a ciência histórica o descobrir como seu antípoda. Isto não faz dele um *moderno*, muito menos um *antiquado*, mas algo dele dimensionou nossos horizontes que, hoje, interpõem ao passado algo resoluto da própria época. O fato é que a *História* pode ser considerada tanto para o "*homo arcaicus"* quanto para o "*homo historiográficus"* um símbolo, sempre forjado a partir da pressão exercida pelo entrave entre contingência e necessidade que os atingem ferozmente, eles e suas míseras estruturas narrativas. Deus, a consciência sem igual, tem esse símbolo absolutamente e sem passagem; o homem, consciência por igual, o tem aproximadamente no choque e na confusão. Isto nos faz crer que o sentido final da *História* sempre esteve presente aos homens de todos os tempos, embora apenas compreensível enquanto conteúdo mítico e religioso.

Mas afinal, onde reside um objeto tão tênue e ao mesmo tempo tão importante como a *História* quando tomada sob o ponto de vista de seu sentido humano? A resposta estava em vias de ser dada pelos doutores de seu templo: os filósofos da história. Cada um deles, como um desorientado atirador de elite que nunca sabe que seu alvo pode ser a própria culatra, tenta persuadir os discípulos de que a *História* tem, sim, um sentido, uma ordenação, mesmo sendo ele incapaz de a demonstrar pelas simples armas da razão - embora tente arduamente rabiscar seu sentido último em imensos e engenhosos tratados. Nessa hora, em vista da impossibilidade material de seus esforços, sua razão se torna, em alguns casos, instrumento de oblação sádica e masoquista, passando a extrapolar os limites impostos por sua natureza na vã atividade de salmodiar o que antes estava dado aos crentes e místicos de plantão: o dom do profetismo. Pois o que agora rege seus esforços, após tal transgressão, não é mais a humildade na fé própria sugerida pela verdade, mas sim, a insurgência fria dos sentimentos mais vorazes dos ardentes

adoradores neopagãos. Por isso, até agora, os pobres filósofos da história nada fizeram senão lutar contra a única explicação plausível para seus pesadelos: a teologia. E desfazer qualquer sentido a troco de fábulas e alusões insólitas...

Por essa razão suspeito um pouco da atividade filosófica quando esta procura um objeto tão crepuscular como o sentido da *História*. Não porque a filosofia seja incerta ou vaga, petulante ou incapaz de captá-la, mas, sobretudo, porque a própria *História* exige um certo grau de inexatidão que a filosofia não suporta - e a poética regozija! Por isso os poetas podem exprimí-la com maior adequação, e, somente eles, conceber uma verdadeira *Historiosofia*, ou seja: uma *narrativa encarnada* baseada na compreensão do testemunho pessoal. Mas o que isso quer dizer?

A *História* universal é uma poesia viva, divina, repleta de graça e tragédia. Desde o primeiro luminar incandescente de "ser" criado por Deus, até a consumação e transfiguração final de todo o universo, um drama se desenrola; um teatro participado e não assistido se desempenha; um mistério aberto e não hermético se arrola como sinfonia quieta de formas e matérias abismais sem fundo em si. Ela é alegria do devir dentro de um plano permanente de misericórdia, onde podemos apreender num ato de *visão poética* sua impossibilidade de expressão, que ainda sim, é expressiva. O conhecimento pelo testemunho vivo das direções passadas e futuras é matéria de presença plena, de *historiosofia*, de compreensão testemunhal em nossas tenras e claudicantes vidas. Julgar a partir do saber é o princípio do conceito de *História* que busca esse *compreender* a medida do *testemunho fidedigno* de sua atuação direta. Por esta razão, o sujeito de uma empreitada tão paradoxal precisa ter a inclinação de um fausto poeta, como o próprio Deus criador. Essa é a condição sem a qual o discurso sobre a *História* universal estará fadado ao fracasso de uma caricatura estranha à realidade.

A filosofia é uma dama séria e pedagoga demais para suportar a dança sedutora da *História*. Prova disso são as discrepâncias ensandecidas dos filósofos modernos que travaram tato com ela - e se perderam entre suas saias de cetim. O amor à sabedoria merece algo menos insólito do que a velha *Mnemosine*, bastiã de todas as agruras e glórias de um reino em confusão febril. Tal argumento apresenta uma espécie de isenção culposa, sabemos, mas é o único rebento de sobriedade frente os disparates da historiografia e do pensamento filosófico contemporâneo (se é que podemos adorná-lo com esse grau de excelência). A isenção passa pela falta de juízo absoluto acerca do sentido final de todo o desenrolar temporal dos acontecimentos. Esta é a pedra de tropeço e o início de uma

sabedoria *historiosófica*, onde decorre a necessidade de uma visão não exclusivamente teorética, e sim (utilizando uma *ironia Karl marxiana*), *praxiológica*.

A única forma legítima de significação aproximada do sentido final da *História* é a vida pessoal tomada em sua praticidade. O modelo pelo qual alçam-se todos os parâmetros fecundos acerca de uma meta a ser atingida, particular ou universal, passam pelo crivo da experiência de ordem individual. Sem a história vivida particularmente não há vida universalmente histórica. Aliás, este é o erro fundamental dos filósofos da história: antecipar uma razão histórica genérica antes de rastrear os meandros de sua razão particularmente efetiva - a historicidade prática e pessoal. Uma encruzilhada em que o poeta, de fato, não se aleija, o fazendo protótipo perfeito para o exercício da *historiosofia* - tal é o argumento para ilustrar bem o intuito deste ensaio que busca tornar evidente a necessidade da poética para o são discurso histórico, pela *falta de compromisso dos poetas para com a verdade* em contraste com a obediência servil dos filósofos a ela.

Um filósofo não existe se não admitir que há algo nele, e em torno dele, o submetendo a ponto de determinar seus atos intelectuais e, principalmente, seu discurso acerca deles - *a* verdade. Já o poeta, só existe se não admitir que há algo nele, e em torno dele, que não é capaz de sujeitar sua determinação em agir como se falasse - *sua* verdade. Isto marca um limite fundamental entre a atividade filosófica e poética para os fins históricos: uma é escrava, a outra é senhora. Essa distinção não incide na proeminência - no mesmo plano - de uma atividade sobre a outra, mas na necessidade de se atribuir o primado da expressão poética ao que tange à narrativa histórica. Em termos dela, a atividade poética adquire uma profundidade e elasticidade que não são permitidas à filosofia, pois ela é mais grave - diriam alguns, com razão. É por essas e outras que o *historiósofo* deve emergir da casta dos poetas, justamente por não reterem o processo de compreensão histórica em supostas afirmações apodícticas que não podem ser apreensíveis, quando muito, sondáveis. Claro, sem se desfazer da indispensável companhia e sobretudo amizade para com o pensamento filosófico, sendo dele um intérprete ocasional e lisonjeiro.

O universo da especulação histórica exige uma tal humildade em relação à fé e à verdade - muito mais do que os demais objetos estudados pela filosofia - que a simples menção de uma definição acerca de seu objetivo e ordem nos pode afundar no lodaçal profundo da fantasia, ou nas aparências prolegômenas do progresso indiscriminado. Esta é a razão da isenção culposa que nos subtrai da ânsia por descobrir a verdade da *História*.

Acontece que, mesmo estando em posição completamente hostil em vista das possibilidades múltiplas da filosofia, a *História*, ainda assim, não pode existir sem uma grade de afirmações sensatas e verazes dadas exclusivamente por ela. A *História* também é determinada por realidades de cunho universal, porém, ela é ainda mais dependente de uma ação radicada na estrutura limitada da experiência subjetiva, ou seja, da pessoa envolvida no processo. Isso é um osso que o filósofo pode até roer, mas sem sorver seu conteúdo; enquanto o poeta, que canta glórias à alegria da ignorância, faz desse osso um pífaro! Pois há nessa panóplia uma verdade que a perspicácia filosófica jamais será capaz de acessar apenas com a razão, pois ela não se manifesta sem o recurso da infusão direta: a *voz do autor*, a *autoridade do drama*, o *mentor da participação* humana no esplendor inominável - mas narrativo! - da *História*: o Verbo Divino e encarnado, inspirador e inspiração de todos os pequenos corações.

Esse é o traço marcante da ideia aqui exposta, que nasce da vivacidade de um discurso, de uma palavra, de um *profere* que aglutina toda a carne do mundo em seu coração absoluto. Eis porque o poeta pode ser considerado o homem que vaga pelo vale da sombra da morte só podendo refugiar-se na sombra desta figueira bastante específica (a inspiração), enquanto o filósofo, também andarilho, se move sem repouso, atingido ferozmente pelas pragas do sol (a razão) justamente por uma qualidade própria do objeto de sua busca: a inexorabilidade. Pois na verdade o poeta imita o ato deste Verbo que reduz engrandecendo todas as coisas e engrandece reduzindo todo o discurso à onipotência do possível, como numa entrega atual a seu destino incerto; mas ao filósofo, coube a tarefa mais árdua: almejar o entendimento desse processo, encarnando-o sem perceber.

Creio que até aqui traçamos uma imagem inabitual sobre o tipo de visão a que o conhecimento histórico deve ser submetido para ser minimamente sadio. Um conhecimento meramente artístico e não científico, um potencial sem atualidade no tempo, mesmo que fadado à imposição real de certas verdades inalcançáveis pela razão. Uma delas é o *caráter finalístico* de sua presença. A razão não nos diz, exatamente, que a *História* tem um fim. Ela no máximo nos aponta uma… razoabilidade. E é com base nesse dado desejável, mas não apreensível, que a voz eterna nos condiciona a seu conteúdo. Mas como? Pela nossa experiência de ordem pessoal. É uma certeza de razão e não de possibilidade razoável o caráter finalístico de nossa existência temporal tomada particularmente. Sem essa certeza jamais teríamos poética! quanto mais filosofia. Todas as nossas ações estão ordenadas por essa tirania do fim pessoal, do angustiante

desencontro com a vida. Sim, não há homem sem a consciência plena de sua mortalidade e da vanidade de suas tentativas em se abstrair do ocaso. Eis o fundo de verdade da *História* que só a dimensão pessoal pode ascender: a transcendência em relação ao tempo através da *narrativa encarnada*. Afinal, o que queremos dizer com essa expressão a não ser algo muito além do imaginável e do cognoscível? Chamamos *narrativa encarnada* o *fruto reconhecível da vida pessoal*, algo sempre presente de forma incompleta – *gestatio* - mas que só se completa quando aquilo que o depósito da fé revelada denomina *ressurreição* for consumado. Isto é algo que somente a infusão ativa do eterno pode nos tornar aptos a crer, mesmo sem entender, pois não é algo dedutivo ou lógico, mas antes, indutivo e soteriológico.

Quando aludimos aqui à categoria "poeta" não estamos qualificando os sujeitos conforme uma suposta e especial disposição ou talento, mas a uma predileção ao artístico. Nem mesmo estamos criando uma rixa entre estes e seus irmãos de coração, os filósofos. Alargamos o termo a uma definição bem especial para fins específicos: designar o desejo de alguns homens não de explicar a realidade histórica conforme um discurso, mas de discorrer nela como forma de explicação. Esses são os poetas aqui tomados, e todos somos obrigados a sê-lo em algum grau sob pena de danação, pois a poesia está para a verdade como a filosofia está para sua ausência - o que faz dos poetas e filósofos compatriotas numa espécie de sentimento de pertença à uma nação de loucos! Os loucos que pela sanidade evadem da mixórdia cotidiana e se elevam até os mistérios insondáveis da existência humana, mesmo sabendo de sua inenarrável natureza. No fundo no fundo, todo homem é em alguma medida poeta e filósofo, mesmo no desprezo total à suas categorias. A equação variável entre um talento e outro é o que imagino determinar o nível da atuação *historiósofica.*

O que pode fazer de todo sujeito um sujeito histórico temente é a renúncia por encontrar o sentido final da *História* e a inclinação no dar ênfase ao sentido presente de seu acontecer. Vivê-la, sem mais nem menos, também não irá condicioná-lo a um sentido pleno, porém, deformá-lo em termos de *narrativa encarnada*. Temos que saber lidar com este paradoxo do *nonsense* e do *seriousness*. Não é uma questão de escolha, e sim, de justeza. O que estamos fazendo o tempo todo é testemunhar o acontecer atribuindo-lhe forma a cada sucessão e ritmo recortado por abstração (o símbolo formal sintético). Esse é nosso modo de compreensão da *História*: *ver* atualmente e *rever* virtualmente em modo discursivo e simbólico. Só que, de todos os testemunhos e formas criadas, um só é o

testemunho inesgotável - que não irá terminar em outra sequência delimitada – e uma só a *forma inviolável* – que irá persistir delimitada, mas sem sequência. Todos os testemunhos fractais e todas as formas parciais existem a partir e em vista desses dois fenômenos, e nada mais. E isto é a *História* real em curso: a escrita pessoal da *narrativa encarnada*. Estamos vivenciando algo que já é eternamente o mesmo agora, mesmo que em mudança contínua. Um enredo real que deverá ser entregue ao editor final como uma peça, uma sinfonia, um romance escrito em carne e letra para sua apreciação. E qual será o critério utilizado por Ele para julgar tal obra? A Sua própria *narrativa encarnada*.

Portanto, nada queiramos além desta similaridade encarnacional última ao flutuar sobre o mistério incomensurável da *História*. Como os poetas que vivem o conhecimento e os filósofos que conhecem o viver, sejamos *historiósofos,* compreendendo na carne o testemunho de nosso espírito como conhecimento prévio de nossa própria eternidade.

História Sintética

Neste ensaio trataremos das dimensões possíveis que tangenciam o âmbito da história bem como a necessária junção sintética que as fundamentam. Seguiremos no método de exposição os passos trilhados por Agostinho, sábio perscrutador dos destinos da alma e da história, que afirmava que a estrutura do ser humano se encontra em correspondência às três Pessoas da Santíssima Trindade, como decorrência direta das três principais faculdades enraizadas em sua alma: a vontade, a memória e a inteligência.

A *História Sintética*, aludindo à unidade inextricável entre o incessante desenvolvimento da criação e a sublime ação Providencial, ou seja, a harmonia entre as três dimensões fundamentais do acontecer, também se desvela como objeto de contemplação para a consciência, tendo em vista a condição singular do homem situado entre o efêmero fluir do tempo e a atemporalidade enigmática da eternidade.

As possíveis três dimensões começam pela *História Natural*, cuja essência vinculamos à faculdade sublimada da *Vontade*, que constitui uma dimensão majestosa que reverbera como expressão genuína do amor divino, personificado pelo *Espírito Santo*, cuja incumbência sagrada reside na perpetuação e sustentação do mundo em sua plenitude.

Essa dimensão abre, em sua essência, o fluxo temporal que perpassa os seres existentes desde o momento inaugural da criação até o desenlace derradeiro que se revela nos confins do tempo. Delimita-se, assim, aos elementos que se submetem à dinâmica constante do movimento, à inexorabilidade do tempo e à transmutação de estados. É nesse contexto circunstancial que a *História Natural* desabrocha, erigindo-se como instância existêncial da narrativa suprema que, em seu sentido mais abrangente, abraça a plenitude do existir, uma vez que aquilo que obteve a dádiva da existência jamais se esvai no limbo do esquecimento, já que os eventos e acontecimentos que se iniciam na tessitura do tempo são irrevogáveis e eternamente participantes do *ser*.

A *História Pessoal*, intrinsecamente ligada à nobre faculdade da *Memória*, constitui uma esfera sublimada que se ergue como o bastião da persistência biográfica,

enaltecida pela imersão na impressão sensível e pelos julgamentos e eleições subsequentes, conduzindo-nos, assim, à ação pessoal deliberada, tão característica da essência humana.

Essa dimensão encontra sua correspondência sublime no âmago do Criador supremo, personificado pelo *Pai*, detentor da essência criadora que é inerente a Ele e que jamais se desvanece, assumindo toda a sua criação na memória eterna. Ainda que imersa no fluir temporal, essa dimensão transcende a mera efemeridade do tempo, uma vez que é dotada de uma potência criativa que a torna um agente autoral, seletivo e unificador. Diferentemente da dimensão natural, que se limita à mutabilidade de estados, a dimensão pessoal se erige como um veículo deliberante pelo qual o elemento supratemporal e não-histórico revela sua própria natureza, por meio da sublime e intrincada trama da *História Sintética*, manifestando-se, a seguir, em sua atuação biográfica e geração de uma narrativa formativa que permeia a consciência.

A *História Formal*, desempenhada por intermédio da escrutinadora faculdade da *Inteligência*, que por sua vez conhece, analisa e extrai formas das realidades percebidas, encontra-se inextricavelmente associada ao Verbo, à razão e à verdade, personificada no *Filho*.

Devido à sua função coordenativa e iluminada, compreendemos que essa dimensão é intrínseca à própria natureza que busca expressar e comunicar, com o mais elevado grau de precisão possível, a essência do acontecer em seu sentido último. Embora mais sutil e virtual em sua essência, a dimensão formal revela-se como um modo instrumental adequado para encontrar um sentido pleno na participação cósmica natural. Seu processo de síntese e geração do símbolo formal sintético e orientador, significando à experiência temporal, naturalmente confusa por si só, oferece uma imagem potencialmente suficiente da *História Sintética*, tornando-a minimamente apreensível.

Se alçamos a *História Formal* à devida atenção, e ela, na era moderna, é reverenciada como uma ciência que ousa especular acerca das diversos eventos registrados pela memória coletiva, considerando sua vasta gama de modalidades, com o intuito de elucidar as ações e fatos que possuem significância para a humanidade em sua totalidade, somos inescapavelmente cuidadosos a reconhecer que sua causa repousa em um princípio consciente e deliberante, que persiste ao longo do fluxo temporal. Em outras palavras, essa causa está intrinsecamente entrelaçada a uma alma racional, que exerce

uma atuação ativa no processo de manipulação dessa memória e na construção de uma obra referencial.

Diante de tal perspectiva, podemos afirmar que a *História Formal* não existe por si, mas depende inexoravelmente de duas realidades interdependentes, indissociáveis em sua existência e intensificação:

1 - De um cenário primordial, meticulosamente urdido, onde os acontecimentos se desenvolvam de forma concreta e no qual possa revelar-se em sua própria tessitura existêncial intrincada, em um fluxo contínuo e harmonioso desde o seu primeiro movimento primordial, conhecido como "Fiat", até à consumação que se vislumbra como um horizonte indeterminado, porém, repleto de razão e propósito;

2 - Da execução reflexiva e ponderada de um princípio inteligente, intrínseco à sua própria *História Pessoal*, que emerge numa criação de caráter instrumental e simbólico, meticulosamente determinado à contingência temporal, visando assim possibilitar uma compreensão ampliada acerca do complexo movimento universal e da efêmera existência temporal, não apenas aos contemporâneos, mas também às gerações futuras.

Podemos afirmar com propriedade que dentre as três dimensões, a formal, por sua vez, se revela como a mais sutil e etérea. Não obstante, é a única com a habilidade de representar de forma inequívoca o caráter inerentemente sintético que permeia a trama histórica.

É de suma importância destacar, com certa veemência, que a existência de uma história animal, vegetal, mineral - haja vista o fato de tais seres não engendrarem, ao contrário do homem, ações deliberantes, restringindo-se exclusivamente a manifestações passivas – é meramente analógica dentro do âmbito formal. Uma narrativa dessa natureza somente poderia emergir mediante uma inteligência que, supondo certa preponderância em algumas relações dadas a estes seres, automaticamente lhe atribuisse o estatuto de *História Formal*, ou seja, uma história engendrada pelo próprio ser humano. Em si mesmas, essas realidades estão circunscritas ao fator natural de historicidade, ou seja: ao registro no ser.

É preciso enfatizar que qualquer transformação ocorrida no reino animal, vegetal ou mineral ao longo das eras encontra-se intrinsecamente ligada à esfera abrangente da

História Natural, revelando-se esta como a essência primordial do existir, estabelecendo-se, assim, como base fundamental para a criação posterior, por parte da mente humana, de um símbolo representativo, uma obra formal de significância. É imperativo compreender que toda a *História Formal* exige uma base circunstancial que se aproprie das profundezas naturais e pessoais, servindo-se delas como alicerce estrutural.

Conforme nossa assertiva, todo movimento da natureza, inclusive aqueles que foram interrompidos no fluir do tempo, perdura como uma reminiscência na memória eterna, não mais como uma existência atual, mas como algo que participou efetivamente no ser. É nesse contexto que a *História Natural* se manifesta, representando a memória da mera existência temporal dos seres naturais, carregando consigo uma historicidade passiva, onde se delineiam possibilidades dentro da ordem do ser. A existência dos reinos mineral, vegetal e animal, por sua vez, configura-se como uma espécie de cenário ou ambiente propício ao florescimento de modalidades históricas superiores.

A *História Formal*, em todas as suas múltiplas concepções, somente pode existir em virtude da presença de uma capacidade histórica inerente à natureza daqueles que a causaram. Não há espaço para a história onde não se encontra presente um princípio racional que a fomente, um princípio que, por sua vez, realiza a síntese das representações e das correspondentes imagens guardadas na memória, gerando um discurso coerente. Dado que apenas aquilo que emana da própria natureza do produtor pode ser promovido, concluímos que as almas racionais responsáveis pela elaboração da *História Formal* devem ser dotadas de uma *História Pessoal* intrínseca, mesmo que esta só seja discernível por meio do referido símbolo aproximativo e orientador.

A partir destas afirmações, surgem questionamentos pertinentes, tais como: de que forma Deus, que está além da história, pode ser seu produtor, considerando que nele não há sucessão, transformação ou movimento, logo, *história*? Como Ele, sendo a causa primordial que possibilita tudo o que ocorre, pode estar isento de possuir *história*, sendo Ele próprio o motor dos acontecimentos, o princípio e o fim de toda narrativa? Nesse contexto, o que parece ser uma deficiência aparente revela-se como uma limitação natural imposta à nossa perspectiva intelectual - e não a Deus! - ao se confrontar com a realidade do mistério. Ao aceitarmos o caráter misterioso desse aspecto, nos acomodaremos à ideia de que Deus possui "a" História e não "uma" História, como nós.

A *História Pessoal*, com sua origem e termo circunscritos ao âmbito temporal, encontra sua síntese definitiva na eternidade. A forma final de uma alma racional é moldada pela interação complexa entre suas ações planejadas e as circunstâncias vividas ao longo do tempo, perpetuando-se no resguardo dos acontecimentos. Dessa forma, cada alma racional se revela imortal, portadora de uma *História Pessoal* de caráter permanente, resultante de sua capacidade de agir deliberadamente com liberdade de vontade, distinta daquilo que observamos na *História Natural*, onde os entes carecem inteiramente de uma autoria primordial.

A despeito da ausência de um conceito formal de história em sua expressão mais refinada e enriquecedora, é mister destacar que toda alma racional inevitavelmente vivenciará uma narrativa inscrita na esfera da eternidade por meio da efemeridade temporal. Por virtude de sua própria natureza, a alma racional é dotada da capacidade intrínseca de moldar sua própria *História Pessoal*, de escrever no tecido do tempo aquilo que ficará indelevelmente registrado na memória do eterno - uma biografia derradeira. Consequentemente, a vida em comunidade, no âmbito temporal, reverbera, por analogia, aquilo que nos é familiar como historiografia, ou seja, um modo de *História Formal* que consiste no registro das ações humanas dotadas de significado a sua sociedade.

Sob a perspectiva da *História Pessoal*, é imperioso compreender que a retenção memorativa das ações transcende a estreita delimitação do que comumente rotulamos como "significativo". Afinal, todo o movimento consciente da vontade no âmbito temporal, por estar sendo inscrito na memória eterna e não unicamente em cada individualidade ou obra formal, acarreta a inacessibilidade desse derradeiro significado à pessoa, enquanto não forem aniquiladas por completo as vicissitudes da mudança e da temporalidade subjacentes à gênese desse próprio sentido. O que se apresenta ao alcance de nossa memória é um repertório insignificante daquilo que mais suscita nossa atenção, daquilo que parece ser mais relevante na tessitura do simbolismo formal, ao passo que as esferas registradas de importância não encontram eco no recôndito dos registros mnemônicos, pois, a magnitude do escrutínio e da devoção é direcionada a uma exígua parcela percebida de nossas atividades, revelando-se essa seleção minuciosa como uma constatação sempre limitada. Em meio à vastidão das experiências vivenciadas, apenas um ínfimo recorte de eventos é digno de ser submetido a um exame minucioso, devotando-lhes uma atenção reverente e meticulosa.

Sendo assim, a parcela substancial que abarca os atos de suprema deliberação, de modo geral, encontra-se entrelaçada e comprimida em meio a uma miríade de registros que compõem a memória relevante, ou seja, nosso conhecido ego, frequentemente desprovido de sua essência em relação ao todo, devido à confusão existente entre as noções de *acontecimento* e *realização*. Em última instância, a única memória substancial é a memória do eterno, a qual acessamos apenas de maneira imperfeita e fragmentada, conforme a importância atribuída a cada fato ou série de fatos particularmente marcantes. Não é possível possuir a contemplação plena de nossa existência estando no fluxo temporal, enquanto a obra está sendo gestada - *in statu viae* -, mas somente na morte, quando ocorre a revelação completa da forma final da *História Pessoal*. No entanto, será necessário despendermos uma quantidade exorbitante de esforço para assimilar de maneira integral nossa *História Pessoal* no âmbito temporal, contando com o auxílio da síntese realizada pela *História Formal* - a qual, embora não se constitua como a própria *História Sintética* em sua plenitude, constitui, ao menos, um símbolo aceitável e representativo dela.

A *História Formal*, em sua essência, manifesta-se de forma exclusivamente pragmática, enquanto a *História Natural* se restringe totalmente ao âmbito figurativo. Por sua vez, a *História Pessoal*, por desígnio Divino, assume um caráter paradigmático de alcance máximo. Assim sendo, a natureza e a técnica, em sua existência, encontram-se subordinadas a ela e são registradas em sua memória como num santuário permanente de acordo com aquilo que mais demanda sua atenção - não levando em conta a perspectiva do eterno, no qual tudo possui significado, inclusive aquilo que ignoramos.

A gênese do universo está intrinsecamente ligada à concepção da história, a qual se estendeu na reprodução do ser em graus ínfimos em relação ao seu princípio máximo de existência. Esse *ser*, inerente ao mundo, encontra-se sujeito às volições do Ser Supremo, o qual governa todas as coisas por meio de sua intervenção ininterrupta no movimento universal, de forma misteriosamente distinta, porém, não desvinculada dele. Tal Ser representa o ápice do *Ato*, responsável por criar, sustentar e promover o desenvolvimento de tudo o que existe no tempo, seja este de natureza contínua ou discreta.

A *História Natural*, por conseguinte, constitui a matéria das entidades criadas por uma Inteligência Suprema, incluindo a alma do homem, dotada de racionalidade e imortalidade. Por sua vez, a *História Formal*, fruto de uma das ações conscientes

compreendidas pelo ser humano, figura como uma verdadeira analogia à *História Sintética*, emergindo de suas vivências temporais e evocando, de modo inelutável, a existência primordial da *História Natural*, concernente às entidades em movimento e movimentadoras, e da *História Pessoal*, relativo às almas em trânsito, na busca de sua realização última e compreensão da realidade.

A *História Pessoal*, em sua singularidade inerente, se revela como a única intrinsecamente conatural ao princípio primordial de toda história concebível, devido à sua conexão íntima e superior com o princípio narrativo por excelência. É justamente através dela que a *História Natural* encontra sua razão de existir, sendo a *História Formal* gerada por este intermediário - a inteligência humana.. A trajetória da alma racional, por sua vez, transcende e abarca qualquer outra narrativa histórica, uma vez que, por sua própria natureza, é dotada de compreensão histórica. É em relação a essa história interior que todas as demais adquirem sua essência histórica: uma para servir como suporte passivo, outra para se estabelecer como base para especulação ativa.

É comum nas diferentes vertentes historiográficas a premissa de que apenas aquilo que se ajusta subjetivamente à perspectiva humana, com base na objetividade das representações e documentos selecionados, pode ser considerado como "histórico". Nesse sentido, deve-se ressaltar que toda a concepção histórica que se origina desse núcleo conceitual assumiu as escolhas subjetivas do autor como o fundamento primordial na construção de qualquer estrutura especulativa capaz de fortalecer a possibilidade histórica. Além disso, os dados selecionados e coletados pela mente durante essa elaboração são os componentes objetivos que sustentam as escolhas subjetivas, sem os quais nada poderia ser produzido em termos de progressão pedagógica ao longo do trabalho em questão.

Dentro dessa perspectiva, a história, para os defensores da historiografia enquanto ciência autônoma, é concebida apenas como um engenho meramente humano, constituída por meio de reflexões e indagações de natureza mais ou menos conclusiva acerca de eventos memoráveis da existência humana, quando considerada em um conjunto enfático particular, excluindo qualquer fator de ordem supratemporal.

Denominamos *Conjunto Enfático* a seleção especializada da área abrangida em um estudo de caso, isto é, o grau de ênfase conferido pelo autor ao objeto de sua obra histórica. Podemos distingui-lo em três tipos: o *Total*, que engloba a humanidade como

um todo, como uma metanarrativa ecumênica ou universal; o *Focal*, que se debruça sobre períodos e fases específicas; e o *Pontual*, que se dedica a objetos restritos, tais como personagens ou instituições singulares. Via de regra, em nenhum deles a presença substancial de um fator supratemporal é concebido.

A presença dos três tipos mencionados permeia a grande maioria das obras formais, configurando-as em diferentes proporções, o que suscita a noção de que apenas aquilo que é considerado relevante ao homem - e pode ser corroborado por meio de evidências concretas - merece lugar na trama histórica. Porém, no âmbito desta exposição sintética, tal consideração se restringe ao domínio da *História Formal*, que relega um tanto os aspectos naturais e pessoais ligados à memória eterna, isolando-se dentro de seu contexto delimitado, embora de inegável importância e utilidade.

Até este momento, temos discorrido sobre o primeiro patamar, o *Modo Dinâmico* de participação na história, que engloba os seres mutáveis e é compreendido pelo homem enquanto participante ativo, ao lado de participantes passivos, como no caso dos seres irracionais que se transformam ao longo do tempo. Neste ponto em diante, é preciso introduzir uma noção que nos permitirá compreender como a *História Sintética* harmoniza os símbolos temporais das três dimensões em um desígnio mais amplo. Essa noção é o que denominamos *Modo Estático* de participação na história, mas preferimos abordar esse importantíssima questão em um trabalho ulterior.

Em vista de tudo que foi dito, podemos definir a *História Sintética* como *a unidade entre o desenvolvimento da criação e a ação divina*, um fator substancial criativo que sustenta e unifica toda a ordem tridimensional descrita até aqui, sendo o homem, o símbolo máximo desta ação no reino da temporalidade, sem o qual, a própria possibilidade das três dimensões históricas seria completamente desprovida de realidade. O homem é a junção, o eixo de passagem pelo qual a *História Sintética* pode ser, em certa medida, experimentada e compreendida, de modo narrativo, para sua orientação e realização na unidade da realidade que o transcende e abarca.

A poética histórica

O tempo não é um limite; o tempo não é um instante; o tempo é a impermanência. Se tal não fosse "impermanência, seria eternidade; mas, mesmo sendo um átimo limite entre realidades não presentes, ele ainda não é um "instante" – pois cada instante não é outro, e o outro não é o de antes, então... a fugacidade de todos é nosso tempo errante.

A morte não interrompe o tempo, só o torna mais claro. Se há algo estranho no tempo é que nele a morte procede naturalmente como a vida que move secretamente. E é nessa trama que a História se torna domínio tipológico no qual pessoas e acontecimentos não existem isoladamente, mas como partícipes significantes no mistério que transcende seus próprios limites físicos e temporais – portanto, históricos. O *tipo* e a *morte* são as constantes da História.

O processo histórico universal, como todo processo, é uma criação contínua que se move em direção a um ponto culminante muito além de nossa esfera particular. Há nele uma gênese, um ápice e um termo cujo significado conjunto nos escapa. É nesse sentido que dizemos que a História é um processo de natureza sobrenatural só indiretamente compreendido.

O fato é que o tempo irá sorver nossas vísceras quando o espaço transparecer seu ocaso. Pois ele urge quando a alma insurge, como um vento que leva quando a alma espera. Por isso a História nos parece uma espécie de consciência tênue e movediça, apenas insinuando a "forma final" que teremos após a morte.

Esta é a base do velho hábito que torna a novidade uma eterna repetição: a *consciência histórica* – que consiste na assimilação intelectual de tudo aquilo que nos foi transmitido e na intenção voluntária de preservar tudo aquilo que nos é necessário.

Portanto, conceber o mundo como concomitante ao tempo nos desvela a perspectiva de uma forma última permeando todo o dinamismo e mutabilidade. Uma forma que destila seu esplendor na trama da História, porém, sem revelar sua plenitude inabarcável.

Na medida em que o mundo é a resultante de um ato criativo, especialmente de um engenho pensado, inevitavelmente ele passa a assumir uma possibilidade narrativa – histórica – por incorporar em si a herança memorativa de suas mutações e

a possibilidade de novos movimentos empreendidos. Eis porque podemos falar de um teor mitológico da História, como se ela fosse nosso *labirinto minóico* onde se revela uma alegoria profunda da busca pelo destino.

Como *Teseu*, nos confrontamos nela com os desafios e perigos que são próprios da natureza humana, ameaçada pelo monstro feroz que habita em suas sombras e que se interpõe no caminho como um obstáculo a ser vencido – o *Minotauro*. Contudo, não estamos sós, pois através da graciosidade de *Ariadne* nós encontramos a esperança e auxilio necessário em meio a essa difícil tarefa. Aqui, ela personifica a graça, o sinal da providencia que nos guia e ampara em nossos rumos. Seu fio se desenrola como uma revelação, indicando a sabedoria e os preceitos de uma tradição profícua que nos apoia iluminando o caminho até o discernimento do bem e do mal, da verdade e do erro.

Em suma, a jornada de busca pela realização do propósito ultimo de nossa natureza: a salvação - encontrada através do fio providencial de orientação correta no trajeto presente e da superação pessoal ante as tentações imprimidas pelo passado, em vista da liberdade futura. Está aí o mistério literário encarnado.

Se definirmos a História como um *conto do que aconteceu*, e a literatura como um *conto do que pode acontecer*, o acontecer do conto só pode ser algo *além do acontecido*. E nisso consiste a poética da História. O problema fundamental que nos atinge está relacionado ao domínio histórico, que se configura como o placo onde ocorrem as múltiplas escolhas e as miríades de erros ou acertos morais. Todavia, seu desfecho é, para a alma, invariavelmente marcado por uma determinação que culminará em: sucesso ou fracasso definitivo.

Acontece que o homem contemporâneo vive não mais entre o dilema antigo do “ser ou não-ser”, mas entre o delírio idealista – radicado num viver material – do “sucesso ou fracasso” temporal. Isso por si só não seria ruim se ele tratasse essas duas categorias como elas realmente são: condicionais – e devem se realizar a partir de alguma realidade que transcenda o seu próprio estado conceitual. “Sucesso ou fracasso” em relação a quê? eis a questão.

Sabemos que a História pertence ao *domínio da palavra*; que a palavra pertence ao *domínio do ser*; mas, e o ser da História? Ele é a *palavra encarnada*. A *Palavra* é o ser da História, seu fundamento, pois ela é a *Palavra* no tempo; tempo é o *limite no*

espaço; e o espaço da História é o *tempo ilimitado*: a eternidade. Isso equivale dizer que somos espacialmente atemporais. No tempo, a fé na *Palavra* é a verdadeira batalha, seu maior inimigo, a sedução impostora da falsa paz - já que a verdadeira paz transcende a História.

Só assim resistimos a épocas de incertezas. É difícil aceitar, mas existem oportunidades que só surgem durante períodos de crise e catástrofe. Em situações de incerteza e caos, as pessoas são confrontadas com a realidade nua e crua, sem as ilusões e fantasias que geralmente permeiam o cotidiano. Durante esses momentos, as certezas fundamentais são postas à prova, e a verdade sobre a natureza humana, e até a condição social, se torna mais evidente.

Na História, a crise e a catástrofe proporcionam uma oportunidade única para examinar de forma clara e honesta as estruturas sociais, valores culturais e crenças fundamentais que nos sustentam. Em meio ao caos, as ilusões são desmanteladas nos dando a chance de confrontar a realidade de forma mais direta e profunda. No entanto, é importante ressaltar: essa visão não implica que a crise seja desejável por si só, ou que a devamos buscar ativamente, mas sim, que elas devem ser encarnadas espiritualmente! extraindo de suas circunstâncias a clareza única de uma compreensão intensa, já que, a incerteza, é a razão de toda História.

O tempo tem um caráter *irreversível* que torna a eternidade *impreterível* e a realidade histórica *irremovível*. Aí o destino se cumpre, pois sabemos que a morte é um fenômeno tão real e tão indiferente que nos causa uma aversão súbita e acachapante – e isto é uma graça! Realmente não devemos ser indiferentes a ela. Via de regra, sua menção em colóquios cotidianos tem aparecido, atualmente, apenas sob a forma das mais obtusas fofocas; como instrumento da engenharia do medo que raramente aceita uma reflexão profunda e séria.

Somente em um contexto "impessoal" a morte é convidada ao banquete das palavras. Mas quando a coisa é tratada com um tom mais denso e grave, material e fático – "a minha morte", "o meu fim", "o meu fado eterno" – o papo revira, e algum interlocutor frêmito sempre muda o canal da conversa para a estação mais próxima: aquela dos problemas triviais deste século...

Isto denota um perigo presente: que um elemento fundamental da existência humana está sendo rechaçado do dialogo corrente como *cosa non grata*, ou seja, como

algo destituído de valor prático para os fins desta vida. “Vire essa boca pra lá!”, eis o slogan da salvação imediata e do alivio que permite nossa inserção no *chat* público.

Convenhamos, a morte não é simplesmente um assunto; um tema avulso e trivial; um noticiário triste ou uma tara mórbida de adoradores pessimistas. Ela é o fixar de todos os tempos do homem em uma forma final e irretocável; o arremate de costura irreversível que estampa nossa História, de uma vez por todas, na imensidão de uma eternidade sem véus nem dissimulações. Algo muito sério e urgente de reflexão. Como não falar (e, mais ainda, pensar!) sobre algo tão próximo como a morte, que envolve a perenidade de nosso destino; a irreversibilidade de nossas ações; e o estado final de todas as almas? Cala-te, boca! Pois tal escrúpulo reside no fato de termos perdido a noção clara de que a *cosa non grata* é o assunto mais relevante da História.

Jaz, então, em campo tão conturbado, uma silenciosa e pestilenta revolução das ideias. Toda revolução enquanto método é uma busca pelo “homem novo” nos remendos do “homem velho”, e nelas podemos observar mudanças drásticas ao invés de simples retornos sazonais. Haja visto nossa concepção temporal: a História já foi a repetição imutável de um tempo circular; a expectativa messiânica dentro de uma linearidade progressiva; quando ela sempre foi e sempre será a metafisica dramática de um fim indescritível. A verdadeira revolução é o retorno ao princípio pelo fim.

Ademais, o desejo do homem em ser mais que “homem” – o motor propulsor de toda mudança revolucionaria de índole drástica – é, na verdade, uma reminiscência do pecado que deseja a graça. Mas é também um convite - disfarçado - a se despojar de si mesmo. E este é o caminho pelo qual a “razão histórica” se reconhece não como razão da História, nem mesmo história da razão: mas como coerência interna da consciência que experimenta e expressa o acontecer. A própria consciência coerente que falta à revolução.

O círculo fechado da vida temporal não é tão fechado quanto aparenta a estes “agentes do destino”. Ele é penetrado pelas fontes profundas do Espírito. E nossa História estará fadada a ser uma narrativa insossa se não for, também, penetrada pelo grande dialogo deste Espírito, que se inicia com um olhar sincero sobre a ordem do real e se concretiza no “rezar” intrépido de um credo obedecido. Por isso, o olhar deve ser sempre o primeiro a orar.

Porém, é muito cômodo em um período como o nosso viver e pensar a História como algo "natural", quando quase não participamos naturalmente do próprio "mundo natural" do ser homem, que nos impõe a oração. Isso talvez seja a causa da mais hostil nostalgia, aquela que chora o passado como uma ausência de presença ante um futuro absolutamente incerto – mas definitivo. Não rezamos mais, apenas praguejamos.

Por atuarmos exaustivamente no "mundo artificial" dos homens, junto às suas parafernálias psicotécnicas, perdemos pouco a pouco a suave noção de um cosmo objetivo e magico, possuidor de um *Logos*, que está para além do nosso ínfimo pensar – e paramos de rezar. Isto fez com que a compreensão da História também se enrijecesse, tal a presunção existente ante a falácia sopega do primado do mundo "artificial" sobre o "natural".

Isso porque não rezamos, por não cremos nem mesmo no cosmos, quanto mais em Deus. A oração só pode retornar a nossa atividade frequente se mantermos a lembrança de que homem não é senhor da História, apenas o canal pelo qual ela se faz presente nos dois ambientes.

A oração no plano histórico é o diálogo necessário para o encontro com o Espírito que habita todas as coisas. Procuramos ele no fundo de nossa História pessoal, mas desconsideramos o fato de que este fundo (onde o espírito habita) é como um túnel no fim da luz. A procura por esse fundo se baseia na necessidade de imprimir sentido aos infindáveis fenômenos captados pela percepção que, retidos na memória e processados pela força da inteligência abstrata, são transmutados substancialmente – passando a fazer parte de nossa estrutura discursiva.

Sem realizar esta ambição simbólica, o homem andará como um fantasma nietzschiano entre arbustos gélidos de suas próprias criações potencialmente niilistas, em sede infinda por simbolizar o estado temporal, tal é a marca presente de uma realidade premente revelada apenas em seu limiar.

Se todo conhecimento começa pelo contato com o mundo "vivido" nos órgãos sensoriais, e só assim elaboramos a imagem ideal acerca da experiencia (capaz de transcender seu próprio círculo imediato), obviamente, está também deverá ser a dinâmica interna do conhecimento histórico. São como formas vivas no espirito do homem. E essas formas imitam o próprio mundo histórico, que é um baluarte imponente edificado sobre o desejo infinito de um Ser Real, cuja vontade inabalável é

seu alicerce primordial. Neste momento entramos num plano onde a inclinação religiosa se impõe ante o instinto historicista do homem. Só isto a explica e o sustém.

Vejamos o caso do cristianismo, religião profundamente histórica por ser sustentada pela fé em um fato, um acontecimento humano axial: a encarnação. Tal visão implica numa valorização extremamente positiva do tempo vivido, onde a História passa a ser vista como um modo de concretização do plano divino – uma *economia* destinada à salvação. No entanto, a verdadeira História, aquela que carrega um sentido mais profundo, não é apenas a sua dimensão empírica e visível que conhecemos através dos eventos e documentos registrados. Existe uma História, em larga medida, inacessível a nossos olhos, que trata do destino espiritual de cada homem e de toda a humanidade.

Essa História, ancorada na eternidade, transcende as limitações do tempo presente e das perspectivas históricas humanas. Ela está entrelaçada à própria ação divina, a Providencia, e guiada por um proposito muito além dos limites terrenos. Nesse contexto, os acontecimentos históricos adquirem significado especial, como peças de um mistério a se desdobrar no tempo.

Para os cristãos, essa compreensão da realidade histórica é essencial para exercer a própria religião, já que a percepção do proposito divino em sua presença constante nos acontecimentos e trajetória temporal humana são cruciais. No entanto, a faceta formal da História, por mais importante que seja, é uma camada fina e superficial da narrativa eterna que está se desenrolando constantemente até sua consumação. Isso convida-nos a uma seria reflexão acerca da natureza do tempo e da própria existência humana.

A percepção da participação num plano divino nos dá um novo sentido e uma nova esperança diante da vida e dos próprios acontecimentos. O cristianismo pode ser chamado a *Religião da História*, pois através dele podemos enxergar para além das aparências e mergulhar nos mistérios do destino universal. Sua perspectiva angular nos convida a reconhecer que no fluxo do tempo somos parte de algo maior, mais significativo e presente! em uma História que ultrapassa os horizontes terrenos enquanto simultaneamente nos revela a ação do divino ao longo dos séculos. O cristianismo é a própria historicidade em forma religiosa.

O argumento aqui exposto se baseia no fato gritante que impõe a céticos e crentes o mesmo princípio elementar: a História termina onde a alma refina os seus relicários – a morte. Tendemos a pensar o termino da História como o simples cessar de toda a atividade e atuação no momento da morte, mas sugiro pensar que ele é o refinamento dos intentos passados no tempo onde todos os tesouros estavam à nossa sorte. Assim, encaramos a morte não mais como um absoluto instante, mas como um movimento complexo onde a vida vivida se torna a vida medida. Elucubrações deste tipo são incomuns entre nós que vivemos num século de superficialidades. E isto se deve a crise da temporalidade.

O tempo é a imagem móvel do eterno, já diziam os antigos sábios. Portanto, a redescoberta do eterno no tempo passa a ser um elemento crucial para a boa e sã consciência histórica. Somente compreendendo que o divino se manifesta concretamente na História encontramos o sentido mais profundo (ou, algum sentido!) e significante em nossas concepções temporais, tão secularizadas pela modernidade.

A crise da temporalidade nos legou a ausência do senso do sagrado, consequentemente, de um tipo especifico de imaginação, nos levando a um vazio existencial que busca desenfreadamente significados em esferas relativas. As rápidas mudanças tecnológicas, políticas e sociais iniciadas na época moderna ajudaram a gerar um clima de angustia generalizada, por conta da alta aceleração da vida cotidiana e de uma relação artificial com o tempo. Isto nos desconectou ainda mais do sentido profundo da existência histórica – e de nossa consciência dela.

Em certa medida, este fenômeno deriva dos desafios que o pensamento teológico cristão enfrentou ao lidar com a dicotomia conceptual entre "natural" e "sobrenatural". Porém, em nossa busca por uma abordagem integrada que nos permita encontrar a presença e ação do eterno na realidade histórica só será possível através de um retorno a esta mesma tradição teológica e, sobretudo, a seu imenso arcabouço intelectual que trata da temporalidade sob o ponto de vista de sua relação com este mesmo eterno.

Isto porque acreditamos que a tradição cristã tem, de fato, a chave perfeita para a leitura e significação histórica – expressa em sua perspectiva da *economia da salvação*. Tal abordagem nos ajudará a perceber como Deus age na História ao nos oferecer um significado amplo, estável e lucido capaz de harmonizar a experiencia

pessoal com o mistério do Cristo e seu corpo universal – a Igreja – desenvolvido no tempo. Só assim poderemos reencontrar o verdadeiro sentido e proposito de nossa jornada temporal, particular ou coletiva.

Reconhecer o eterno no tempo nos permite a conexão com a finalidade última da própria História, pelo fato de vivermos no interstício entre as duas vindas de Cristo. Esta convicção nos convida a aguardar ativamente - com esperança e vigilância - a plenitude do reino, enxergando a temporalidade como uma oportunidade única de regeneração espiritual e união com o eterno. O mistério de Cristo continua a se revelar no tempo, e essa fé nos encoraja a manter nossos corações abertos à ação contínua de Deus na História e a buscar um aprofundamento presente de nossa compreensão dele mesmo.

Só assim a História nos mostrará sua dimensão sacramental, diante de um panorama sobrenatural que reconhece a sacralidade de todos os eventos. Como nossa experiencia do divino começa no plano temporal, é na História que ele se manifestará – nos acontecimentos dotados de significado simbólico – proporcionando razão à nossa ínfima existência. Isso nos permite reencontrar o símbolo formal sintético de peregrinos na terra, pela tensão do encontro entre o divino e o humano em cada circunstancia histórica. E então, a crise cessará: quando voltarmos a sacralizar nossas concepções históricas por intermédio desta imersão temporal no eterno.

Como ligações momentâneas entre o céu e a terra, somos a linguagem abstrata do eterno no tempo; cedros da imortalidade sustentando o palácio de Deus – a criação, a História. Suas colunas são os anseios do homem em busca de sentido e permanência, pois Deus possui "a" História e não "uma" história, como nós. E por possuirmos uma, nos vemos em risco de cair em seu cárcere: o cárcere da História. O que deveria estar aberto ao influxo do eterno pode se tornar fechado, na redoma de um tempo limitado à noção espacial.

A percepção de um transcurso inviolável e aberto à infindas elucubrações pode tomar o lugar da concepção de perfeição dada no fim glorioso e transubstancial. A História – página em branco a ser escrita por Deus pela pena do homem – de um caminho estreito para o paraíso anagógico pode transformar-se em cárcere acônito de um pensamento em pleno nadir, pois a expectativa que não se completa é a perspectiva de uma porta escancarada às mais densas frivolidades. Assim, uma "história sem fim",

torna-se a multiplicidade sem eixo de uma unidade perdida em pasmos devaneios febris. Sem o *Fim*, a História é a maior prisão de todos os tempos.

O verdadeiro valor da História é o tempo. A doação desse tempo deve ser integral se quisermos sobreviver perante o charme da riqueza embevecida, já que a ausência da graça nos impõe a presença do deicídio – amor desmesurado pelo próprio tempo. Pois há um movimento imortalizador na História, que se dá através do ângulo temporal que eleva as coisas de baixo ao derramamento das coisas do alto. Por isso somos reflexos de realidades acima do tempo, invejados pelas estrelas que contemplam nossas dores ao longo das eras. Mas nós também as contemplamos, porém, num outro nível, nível este que nos espelha suas dores: nunca saberem o que são nossas alegrias.

Nosso consolo, dentro deste mar revolto de aflições e sorrisos mistos, é nossa barca, a barca a fé. E com ela devemos atravessar este mar que é a História, repleto de terríveis seres subaquáticos e belas aves marinhas que sobrevoam nossas pálidas cabeças. Estes são os que denominamos "agentes estáticos", partes da criação que circundam nossa alma, uns à procura de elevá-la, outros à procura de afundá-la.

A verdade é que nunca saberemos como se dá a formação histórica de um agente estático. Tudo o que podemos saber está baseado nos indícios de sua influência direta e indireta no transcurso da vida humana. Porém, considerando que tudo aquilo que não é Deus é, por definição, limitável e mutável em alguma medida, essa medida deverá ser a o grau pelo qual devemos crer que a História é, para eles também, uma forma simbólica da totalidade de sua participação na eternidade, nunca uma visão direta para além de sua condição criatural. Em termos de História, os anjos também são contingentes como nós.

Um breve olhar para a vastidão do céu, estando na barquinha flutuante no mar da História, pode nos reduzir a uma modéstia rica em consolos. Mas aqueles que decidem saltar às águas e contar somente com o poder dos braços, ou de alguma bóia esdrúxula, tendem a se elevar à reles soberba fria dos náufragos da fé. Estes são os "transformadores de mundos", sujeitos que não admitem a inteligência da embarcação - enquanto se submetem voluntariamente ao poder da natureza. E esta é uma forma de morte histórica silenciosa e lenta, caracterizada pela ausência da força sobrenatural que, no fundo, vivifica suas almas no tempo.

Acontece que, quando chegada a hora das núpcias (a separação com o tempo), elas nada mais podem para recuperá-la, e tornando-se desconhecidas eternamente por Aquele que as conheceu desde o princípio.

Por muitos terem pulado da barca, a sociedade contemporânea vive no limiar de um colapso, embora sob a sombra de um alivio lisonjeiro daqueles que se banham próximos à uma ilha de areia prestes a liquefazer. O que a sustenta ainda em riste são os poucos retalhos da antiga e sólida fé, que a sanha voraz da revolução ainda não conseguiu apagar - o coração dos santos que estão “na moita”.

Mas lembre-se: a História real repousa nas mãos de Deus, embora urdida pelo Diabo. E esta é doutrina mais eficaz contra a tecnicismo historicista, sua poética, à margem de tudo e de todos.

Tempo, eternidade e história

A noção de tempo tem sido alvo de intensos debates filosóficos, assim como sua relação com a eternidade e a história. Desde os antigos gregos até os pensadores contemporâneos, filósofos têm explorado a natureza do tempo, questionando se é apenas uma sucessão linear de momentos ou se possui uma dimensão mais profunda.

Aristóteles via o tempo como uma medida do movimento, enquanto Kant argumentava que era uma forma a priori da intuição humana. Já Santo Agostinho concebia a eternidade como uma realidade intemporal e atemporal, abrangendo todos os tempos em um único presente divino.

Nesse contexto, a história surge como um palco axial, onde o tempo se desenrola e adquire significado. A história é uma busca pelo eterno, revelando padrões recorrentes, valores universais e aspirações humanas ao longo dos séculos. É uma síntese entre o desenvolvimento da criação e a ação providencial, onde a temporalidade se torna um veículo para a compreensão e realização da condição humana.

Em vista disso, nosso método da História Sintética proporciona uma visão holística acerca da experiência humana, tendo como pressuposto a conexão intrínseca entre tempo e eternidade. Através do método, procuramos refletir sobre o passado através de uma ação consciente no presente, a fim de alcançarmos possibilidades futuras que estão para além destas dimensões temporais. Afinal, a base para uma saudável compreensão histórica está em compreender os acontecimentos sob a ótica da ação providencial que os permeia.

Em suma, a discussão filosófica acerca do tempo e da eternidade encontra no método da História Sintética um ponto de convergência. A história é o palco onde essas realidades se entrelaçam, permitindo-nos compreender a experiência humana em sua totalidade, desde os eventos mais singulares e pessoais até os grandes movimentos da humanidade ao longo dos tempos.

Os bons e velhos Novíssimos

A teologia católica dos novíssimos, tema tão relevante e urgente - mas desprezado - nos tempos atuais, encontra suas origens na rica tradição da Igreja. Desde os primórdios do cristianismo, a Igreja compreendeu a importância de abordar as realidades últimas que envolvem o destino humano, guiando os fiéis em sua jornada rumo à salvação eterna.

Ao longo dos séculos, inúmeros teólogos e santos se debruçaram sobre essa temática, enriquecendo a história da Igreja e proporcionando valiosos ensinamentos para a meditação pessoal. Os Padres da Igreja, como Santo Agostinho e São João Crisóstomo, já abordavam os novíssimos em suas obras, ressaltando a necessidade de uma vida virtuosa e a vigilância constante diante do julgamento divino.

No contexto da Idade Média, destacam-se pensadores como São Bernardo de Claraval, cujas obras profundamente contemplativas e místicas oferecem uma visão eloquente dos novíssimos. Nesse período, também encontramos a figura ilustre de São Tomás de Aquino, cuja sistematização teológica na Summa Theologiae aborda de forma abrangente os temas relacionados aos novíssimos.

Essa tradição teológica se perpetuou ao longo dos séculos, influenciando a espiritualidade católica e moldando a compreensão da condição humana diante das realidades últimas. A importância dos novíssimos na ótica da história pessoal reside na necessidade de confrontar a efemeridade e a transitoriedade da vida terrena, lembrando-nos de que somos seres destinados à eternidade.

Meditar sobre os novíssimos nos convida a transcender as trivialidades e superficialidades do mundo moderno, nos confrontando com a brevidade de nossa existência e estimulando-nos a buscar uma vida virtuosa. Essa reflexão nos ajuda a avaliar nossas ações, nossas prioridades e nossas escolhas, nos iluminando com a sabedoria da tradição católica e nos direcionando ao encontro definitivo com Deus.

Vivemos em uma época marcada pela superficialidade e pela busca incessante por realizações terrenas que negligência a reflexão sobre tais assuntos e nos afasta constantemente de realidades tão urgentes. Porém, os bons e velhos novíssimos continuam nos desafiando e convidando a uma reflexão profunda sobre os fins últimos do homem – e sua história.

Entre a justiça e a vingança

Na intricada trama das relações humanas ao longo dos tempos, surge incessantemente o embate entre a justiça e a vingança. Diante das transgressões sofridas, nossa natureza instintiva sempre anseia por uma resposta proporcional, uma punição à altura do mal infligido. No entanto, na essência da doutrina católica encontramos um preceito revolucionário e ímpar: o perdão fundamentado na caridade.

O cristianismo, como movimento histórico, destaca-se ao propor uma transformação sem precedentes, uma verdadeira revolução. Sua mensagem transcende a simples noção de justiça retributiva, desafiando-nos a uma metamorfose interior. Ele nos convida a renunciar à busca pela vingança e adotar uma postura de amor incondicional, capaz de romper o ciclo incessante de ódio, violência e vingança.

A virtude do perdão, intrínseca à justiça, é uma novidade trazida por Jesus Cristo, jamais testemunhada na história como uma norma geral ou um impulso humano natural. Ele nos ensina que a verdadeira justiça não consiste em retribuir o mal com o mal, mas em superar o mal com o bem. Em vez de responder com rancor, somos chamados à abnegação diante da adversidade, a oferecer amor e misericórdia àqueles que nos ofendem.

Essa transformação de mentalidade, rompendo as correntes do mal, é o poder revolucionário do cristianismo. Ao optarmos pelo perdão em vez da vingança, escolhemos ser o Cristo, contrapondo o mal com um ato de caridade. Nesse gesto transformador, expressamos uma virtude sobrenatural capaz de transcender nossos instintos egoístas, buscando a reconciliação e a paz no perdão.

A caridade cristã não se resume a uma mera tolerância passiva, mas sim a uma atitude ativa de amor. Ela nos motiva a compreender o próximo, a acolher seu sofrimento e a agir em seu benefício, mesmo quando ele nos prejudica. Essa é a única revolução benéfica possível: não apenas mudar o mundo ao nosso redor, mas transfigurar a nós mesmos, renunciando à vingança e cultivando a caridade em nossos corações - e isso por um poder divino!

Portanto, entre a justiça e a vingança, o Cristo se revela a esperança no perdão, como uma bússola para nossas ações, afim de rompermos as reais correntes da opressão e do mal.

A árvore da História

A história é como uma árvore majestosa, cujo tronco representa a fé religiosa, o alicerce que sustenta toda sua estrutura. É através dessa fé que os ramos se estendem, entrelaçando-se em diferentes formas, como as civilizações e suas diversas religiões. Assim como os ramos se entrelaçam, as civilizações se conectaram e influenciaram umas às outras ao longo do tempo, formando uma intrincada rede de experiências humanas que culminaram na Fé por excelência, aquela que unifica toda a extensão do tronco: a Fé cristã.

As folhas desta árvore são as doutrinas sapienciais, que surgem como uma exuberante manifestação da sabedoria divina. Cada folha representa uma revelação, uma luz que iluminou o caminho dos fiéis ao longo dos séculos. Essas doutrinas, preservadas por tradições e povos, são como bálsamos preciosos transmitidos de geração em geração, purificando a compreensão da humanidade sobre Deus e seu plano de amor - "a cura das nações".

Mas são os frutos que simbolizam a realização plena desta árvore. Os frutos são a manifestação do Logos divino, personificado em Cristo, o Filho de Deus. Cristo é o fruto perfeito, o ápice do amor e da revelação divina. Em sua vida terrena, Ele trouxe a redenção à humanidade e ensinou o caminho da santidade através da Fé. Os santos, conformados perfeitamente a Ele, também são frutos que se formam nos galhos da árvore da história pelo testemunho da graça divina dado em suas vidas exemplares, que servem como faróis de inspiração e esperança para todos os crentes.

O solo em que a árvore da história se enraíza é a Providência divina. É Deus, o fundamento de tudo, que sustenta e guia todo seu curso. Através de Sua Providência, Ele tece o tecido das experiências humanas, dirigindo-as em direção ao cumprimento de Seu plano perfeito. É a unidade entre o desenvolvimento da criação e a ação divina que dá sentido e propósito à história como um todo.

Contemplar esta árvore é testemunhar a obra divina, onde a verdadeira Fé é o tronco sólido; as doutrinas perenes são as folhas que sussurram os ensinamentos de Deus; os frutos são a manifestação e colheita da graça divina; e a Providência, o solo que nutre e sustenta sua vida. *Fabula arbor*.

O homem contemporâneo e a sombra do Anticristo

Como disse Josef Pieper, "na história espiritual dos tempos modernos, a noção do Anticristo encontrou o mesmo destino que toda a ideia de uma situação final catastrófica na história". É como se vivêssemos seguros de que jamais haverá um vilão ou um obstáculo tedioso à nossa incrível marcha rumo ao progresso! Mas isso é mera ilusão...

O fato é que o homem contemporâneo, imerso em uma sociedade secularizada e imediatista, perdeu a conexão com a realidade do Anticristo como um agente histórico abrangente. E uma das causas dessa descrença reside numa certa crise teológica, que tornou a visão apocalíptica bastante marginalizada dentro de um ambiente guiado pela cosmovisão científica negativa. Isto relegou, quando muito, há algumas "seitas cristãs" a incumbência de pregar sobre ele - quase sempre num tom exagerado e disforme - como numa adoração catafática a seu espírito.

Na tradição teológica ainda revigorada, o Anticristo era entendido como uma mescla de forças políticas, sociais, culturais e espirituais, nunca como algo puramente etéreo pairando em situações históricas isoladas. Ele personificava a plena negação do Cristo, a sedução do poder terreno e a corrupção moral numa compreensão que o investia de caráter autoral - como agente histórico - reconhecendo suas manifestações de modo empírico e orgânico ao longo dos tempos. Negar sua existência ou simplificá-la é arriscado demais para a fé e a dignidade humana.

Enquanto o estado de confusão conceptual impera, a sombra do Anticristo penetra a humanidade contemporânea através de sua presença real nas estruturas sociais e mentalidades coletivas. Neste âmbito podemos observar o homem contemporâneo imerso nela; tranquilizado pela falsa certeza de que sempre haverá um avanço e nunca um retrocesso; repousando distante do pensamento perturbador de que "o Anticristo é parte da história".

No entanto, é preciso despertar desse sono e reconhecer a urgência de enfrentar a presença maligna que nos rodeia - não apenas em espírito, mas em corpos! Somente assim poderemos estar preparados para resistir e encontrar a verdadeira segurança na esperança que vem de Cristo, o verdadeiro Senhor da história.

A transição

Ao longo dos últimos séculos, a história da filosofia testemunhou uma transição significativa entre o primado da verdade, defendido pelo realismo, e a ascensão do relativismo. A filosofia clássica e medieval sustentava firmemente a existência de uma verdade objetiva, ancorada na correspondência entre as proposições e a realidade. No entanto, o cenário filosófico começou a se transformar após o Renascimento e, especialmente, com o surgimento das filosofias nominalistas.

O advento do nominalismo trouxe uma mudança profunda na compreensão da verdade. Filósofos como Guilherme de Ockham argumentaram que a verdade era uma construção humana, dependente das convenções linguísticas e das perspectivas individuais. Essa perspectiva, ganhando espaço, começou a abalar os fundamentos do realismo, dando origem a uma visão mais subjetiva e contextual da verdade.

O iluminismo do século XVIII desempenhou um papel crucial na disseminação deste relativismo, transferindo-o para a esfera da cultura e da sociedade ao enfatizar a autonomia individual, a razão e a liberdade de pensamento. Essa valorização da autonomia levou a uma valorização crescente da diversidade de opiniões e perspectivas, contribuindo para seu florescimento ainda maior.

A partir de então, a tentação relativista se estabeleceu no domínio das ciências. Nas naturais, a busca por leis universais permaneceu como um ideal, mas o enfoque na subjetividade e na relatividade de certas observações e interpretações ganhou espaço. Nas humanas, o relativismo teve uma influência ainda mais profunda: antropologia, sociologia, história e outras disciplinas começaram a adotar uma abordagem culturalmente relativa, considerando a diversidade de crenças e valores presentes em diferentes sociedades.

Esta "queda" das ideias começou conceitualmente na filosofia e com o passar do tempo se espalhou a todas as camadas da cultura e da sociedade, até se consolidar no domínio científico. "Pluralismo" e "diversidade", de perspectivas intelectuais, passaram a valores fundamentais da civilização e verdadeiros dogmas da metafísica fenomenista das ciências.

Eis a transição que nos fez filhos pródigos da verdade e crentes prósperos da opinião.

História & Pessoa

A união do sentido da história com o senso de "pessoa" é fundamental para evitar a perversão conflituosa do niilismo historicida. Por um lado, ela é necessária para que o homem aja de forma verdadeiramente humana, transcendendo sua existência animal; por outro, para que a história não seja apenas uma aventura caótica ou uma novela ideológica ininteligível e injustificada.

Para tal, uma ação autêntica deve ser buscada, um tipo especial de ação que possua um fim superior e que não seja limitada às meras convenções vulgares perpetuadas pela cultura contemporânea. Este é um requisito prévio para o homem atingir, com o máximo grau de consciência possível, o que lhe está disponível e reservado: a criação de uma obra eterna através de um símbolo formal sintético.

Ao recuperar plenamente este tipo específico de consciência, o homem irá compreender o que há de absoluto e sagrado em sua pessoa. Ele contemplará o paradoxo de sua singularidade em contraste com sua vocação universal, vivendo a certeza inquietante de que uma pessoa é tanto um momento fugaz no tempo quanto um canal onde reside o centro eterno do universo.

Portanto, a verdadeira união entre o sentido da história e o senso de pessoa reside no reconhecimento da importância da ação humana que busca fins superiores; na compreensão da história como algo inteligível e justificado; e na plena conscientização de si mesmo como um ser singular e universal, temporal e eterno simultaneamente.

Essa é a verdadeira metafísica da história que nos permite transcender as limitações de uma existência meramente animal e buscar, numa atitude plenamente humana, ir além das limitações simbólicas impostas por uma era obscura e sem sentido - que se entrava em nossos corações qual Leviatã de nossos destinos.

A razão histórica

A "razão histórica" refere-se ao princípio ou à lógica subjacente aos eventos e desenvolvimentos históricos. É a compreensão de que a história possui um sentido, uma ordem e uma coerência interna, em contraste com uma visão puramente aleatória ou caótica dos acontecimentos.

A noção de razão histórica implica que há uma racionalidade subjacente aos processos históricos, seja por meio de causas e efeitos, padrões recorrentes, lutas sociais, forças econômicas, ideias em evolução ou outros fatores. Ela sugere que os eventos históricos não são meramente acidentais ou aleatórios, mas estão conectados por uma estrutura ou direção subjacente.

A razão histórica pode ser abordada de diferentes maneiras por diferentes teorias ou perspectivas filosóficas. Alguns teóricos a veem como o resultado de uma dialética de forças opostas, em que há uma progressão ou síntese em direção a uma resolução superior. Outros podem enfatizar fatores econômicos, sociais, culturais ou políticos como impulsionadores do curso da história.

Essa ideia de razão histórica não implica necessariamente uma previsibilidade completa ou uma determinação rígida dos eventos futuros. Em vez disso, aponta para uma compreensão de que a história possui uma coerência e um sentido que podem ser analisados e interpretados, permitindo uma melhor compreensão do passado e até mesmo a possibilidade de extrair lições para o presente e o futuro.

Porém, em nosso método, a "razão histórica" não se refere à razão da história nem à história da razão. Ela representa a coerência interna da consciência que vivencia e expressa o fluir dos acontecimentos. A razão histórica é entendida, aqui, como a compreensão intrínseca e integradora da consciência em relação aos eventos, capturados na experiência e expressados como história. É a percepção e expressão da ordem subjacente, da lógica e do significado que permeiam a consciência diante dos desdobramentos históricos.

Por isso, encaramos a razão histórica não como um fenômeno externo a ser captado, mas sim, como a conexão "metafísica" entre a consciência e o acontecer, dinâmica que permite uma compreensão mais profunda e significativa da nossa experiência no tempo.

O papel do cristão na História

O papel do cristão na história, conforme expressa a doutrina da Igreja Católica, apresenta uma estrutura intricada e rica em nuances. A princípio, a "história" é compreendida como uma sucessão de etapas em vista da "salvação", distinguindo-se entre "antes da lei", "sob a lei" e "sob a graça", indicando um progresso de estados em direção à restauração da natureza humana.

No "estado de inocência", o primeiro homem possuía a ciência plena, mas com o advento do pecado, a diversificação e a fragmentação das faculdades humanas se estabeleceram, resultando no "estado de culpa". A história então prossegue com a esperança de restauração e a busca por uma condição ainda melhor do que a perdida: o "estado de glória", ou graça definitiva.

Nessa incessante marcha, a revelação divina assume uma posição de destaque, sempre direcionada para o que virá a ser. Nisso, pressupõe-se sempre a noção de irreversibilidade do acontecer num fluxo contínuo que se encaminha inexoravelmente à realização plena - onde o ápice da história encontra-se na consumação da completa união com Deus. O papel do cristão na história, assim, se desdobra em diversas dimensões.

Como protagonista dos acontecimentos, o cristão é chamado a testemunhar sua fé proclamando o Evangelho e compartilhando a mensagem redentora, na responsabilidade de ser arauto da esperança. A participação na vida sacramental proporciona um meio de aprofundar sua relação com Deus, sendo os sacramentos considerados canais de graça e unidade com o divino.

A participação social do cristão, em meio às vicissitudes históricas, ganha uma profundidade alicerçada na busca pela justiça e no fomento do bem comum, refletindo o chamado à vida eterna como um impulso para direcionar e conformar a sociedade ao Reino de Deus.

Em paralelo, a vida de oração assume uma posição central no papel do cristão na história, funcionando como um vínculo de comunicação com o transcendente e um caminho para alcançar discernimento e força para viver de acordo com a vocação à vida eterna.

Em vista disso, podemos afirmar que o papel do cristão na história é ser uma espécie de "agente paciente" da transformação sobrenatural operada por Deus no tempo.

A parábola do joio é a moral da História

A parábola do joio expressa, entre outras coisas, um poderoso simbolismo que aponta para um elemento moral na raiz do processo histórico. Ao comparar o joio e a boa semente que crescem juntos no campo, ela revela a inevitável coexistência do bem e do mal no mundo histórico como condição para a "escolha moral", que têm função angular na determinação futura do destino pessoal.

A presença do Filho do Homem como aquele que semeia a boa semente do Reino simboliza a graça providencial que propaga os princípios divinos no tempo histórico, enquanto o diabo, representado pelo semeador do joio, as tentações e as forças que nos afastam deles. Isto nos revela que a tensão humana entre o bem e o mal será sempre constante até o fim dos tempos, na colheita, julgamento divino onde haverá a separação dos justos - para brilharem no celeiro do Reino de Deus - e dos ímpios - para arderem eternamente na fornalha de fogo. Esta é a curva da história onde as decisões morais serão ratificadas.

Ao relacionar essa parábola com a "moral da história", podemos entender o sentido da mistura entre o bem e o mal ao longo dos tempos como um fator estimulante para o desenvolvimento de nosso critério decisivo. Sim, pois a persistência da vigilância e dos esforços constantes para seguir o caminho da retidão e da justiça derivam do próprio cenário de oscilação entre momentos de virtude e corrupção. Eis o reflexo da presença das "duas cidades" agostinianas, que coexistem em nossas ações e escolhas através da tensão que nos impõe sempre as mais graves escolhas.

A mensagem dessa parábola é seriamente profunda, já que nos alerta sobre a importância de fazer escolhas sábias devido ao caráter de irreversibilidade do tempo e irrevogabilidade de nossos atos, mesmo os perdoados. Cultivar a semente da graça em nossos corações e no mundo através da ação moral é o caminho para alcançar o fim justo da história, que implica a necessidade da livre iniciativa e boa escolha.

A parábola do joio pode ser encarada como uma síntese simbólica da finalidade histórica em sua relação intrínseca com a moralidade humana.

Duas cabeças da Hidra contemporânea

Liberalismo e marxismo são duas cabeças da mesma Hidra: o domínio implacável do sistema financeiro. Ambos são alimentados por uma estrutura que corrompe o espírito humano, transformando as relações sociais primárias em meras relações empresariais ou políticas secundárias.

Os especialistas liberais e marxistas, movidos pelo mesmo sistema financeiro, não hesitam em sacrificar milhões de vidas humanas em nome de suas crenças ideológicas, ambas enraizadas na busca pelo poder e supremacia. Essas ideologias, apesar de aparentemente distintas, compartilham a mesma base de valores em que o poder, a competição e a dominação são consideradas prioridades - relegando a importância das relações sociais primárias ao segundo plano.

A influência nefasta do sistema financeiro é tão perversa que é capaz de obliterar e desintegrar a espiritualidade humana através destas ideologias, desviando a atenção das conexões genuínas entre os indivíduos e substituindo-as por relações puramente utilitárias. Como resultado, a humanidade é escravizada pela adoração a esses dois ídolos: o poder e a acumulação material.

Nesse cenário, todas as formas de relações primárias, como a família, a comunidade e a religião, são subjugadas e enfraquecidas, enquanto as relações empresariais e políticas ganham terreno e se tornam o padrão dominante. Uma visão maquinária da civilização, impulsionada pelo sistema financeiro, tem despedaçado a essência humana, deixando-a vulnerável ao controle das forças dialéticas do poder ideológico.

Assim, podemos perceber que sob o domínio do sistema financeiro, tanto o liberalismo quanto o marxismo se alimentam dessa estrutura opressiva proporcionada por ela, onde a verdadeira essência da humanidade fica aprisionada e seu espírito subjugado - deixando um rastro de desumanização em nome da busca desenfreada pelo domínio civilizacional.

Um breve olhar sobre a história recente nos leva a perceber que, no mundo contemporâneo, a experiência temporal da civilização está sendo devorada pela grande Hidra do sistema financeiro e suas duas cabeças, que rebaixam o homem ao nível mais artificial de existência: o "terrenismo" extremista das relações políticas e empresariais.

Concepção angular do tempo

A compreensão da natureza do tempo tem sido um desafio constante para os homens ao longo da história. Duas perspectivas notáveis se destacaram: a concepção cíclica e a concepção linear.

A concepção cíclica do tempo considerava que os eventos se repetiam em ciclos regulares e eternos, implicando em pouca importância para história. Esses ciclos não eram vistos como meramente repetitivos, mas significativos, por isso a necessidade de uma transposição simbólica em formas rituais. Os mitos e rituais eram veículos para acessar a dimensão transcendente do tempo, permitindo que o homem participasse dos padrões eternos através de ações primordiais. Esta concepção do tempo era a do homem antigo em geral.

Em contraste, surgiu a perspectiva linear do tempo, em que a história universal era vista como um processo irreversível e progressivo marcado por um movimento em direção a um fim teleológico, um ponto culminante de sentido e realização, uma verdadeira história. Nessa visão, o tempo era caracterizado por um sentido de progresso e evolução contínuos em que a humanidade marcha para o futuro em busca de um propósito maior. Esta era a concepção desenvolvida no seio da religião hebraica.

No entanto, acreditamos que, para além dessas duas percepções emergiu uma outra trazida pela concepção cristã baseada na encarnação do verbo e fixada em sua ação sacramental. A encarnação do verbo implica que o divino se manifestou na forma humana de Jesus Cristo, tornando-se parte integral da história e dando a ela um sentido vertical - "presentificado" por ações sacramentais. Tais ações se configuram como momentos temporais sagrados e regulares que operam como canais visíveis para a graça divina fundir o mundo histórico ao metafísico, a eternidade ao tempo cíclico e linear.

A ideia angular do tempo é aquela em que a encarnação do verbo, por intermédio da sua ação sacramental, une o tempo linear ao tempo cíclico num ângulo vertical presente, tornando o homem partícipe ativo no cumprimento de um propósito final através dos padrões temporais.

E esta é a função da "pedra angular da história": formar um ângulo reto entre as massivas paredes do tempo cíclico e do tempo linear.

A "sublime" escravidão

Na história da humanidade a escravidão tomou várias formas e contornos, evoluindo de sistemas de servidão material até às mais etéreas amarras de nossos tempos. Hoje, nos deparamos com a mais sublime escravidão, que difere fundamentalmente do escravismo antigo e da servidão medieval pela sua sutileza e penetração na "psique social". Essa nova forma de escravidão está enraizada na prática da usura e na obtenção de um verdadeiro tesouro: a dívida exponencial.

O escravismo antigo e a servidão medieval eram caracterizados pela exploração material dos indivíduos, seja através da propriedade pessoal ou da vinculação contratual à terra. No entanto, a prática escravista vem assumindo há alguns séculos não só uma nova roupagem mas um novo estatuto, onde as correntes são invisíveis e as amarras financeiras substituem as correntes físicas. Essa forma de escravidão é alimentada, em grande parte, pela dívida bancária e pela submissão silenciosa ao sistema financeiro.

Ao contrário dos sistemas anteriores onde a escravidão era uma instituição claramente admitida, a escravidão sublime ocorre de maneira clandestina e disfarçada, explorando as vulnerabilidades das vítimas sob pretexto da prestação de serviços à sociedade global. Mas na verdade, longe de ser um mero "serviço" este é um método draconiano de manter as pessoas aprisionadas em uma teia de dívidas fraudulentas constantemente infladas por juros abusivos. Dentro deste ciclo vicioso, seus servidores são mantidos em condições de exploração contínua e perpétua acreditando piamente que são "clientes" - e não escravos. Aliás, a própria distinção clássica entre "senhor" e "escravo" é totalmente dissolvida nesse contexto, pois até mesmo o mais ilustre membro deste sistema se encontra escravizado por ele.

O sistema financeiro usurário é o catalisador desse ciclo insidioso que, com sua oferta exorbitante de créditos baseada em taxas abusivas de juros, aprisiona os indivíduos em um ciclo interminável de dívidas. Aqueles que buscam escapar dessa armadilha descobrem a completa impossibilidade ao perceberem que a sublime escravidão não é uma instituição a mais na civilização, mas ela própria. "Riqueza de banco é dívida".

A dupla face da História

A história da humanidade é uma tapeçaria intricada de eventos, marcada pela tensão constante entre o "que foi" e o "que será". São duas faces de uma mesma moeda, entrelaçadas no teatro do tempo, como concebido por Agostinho - onde o presente age como uma figura da eternidade entre o passado e o futuro.

A filosofia agostiniana do tempo nos oferece uma visão profunda das dimensões temporais e espirituais da história. O presente, como uma ponte entre o que já não é (passado) e o que ainda não é (futuro), sustenta a experiência temporal humana. Essa perspectiva nos convida simultaneamente a contemplar duas direções morais que coexistem nela ao longo das eras.

No plano da "Cidade de Deus" e da "Cidade Terrestre", Agostinho retrata essa tensão. A "Cidade de Deus" representa a comunidade da graça divina, enquanto a "Cidade Terrestre", a dos pecados e fraquezas humanas. Essas cidades coexistem entrelaçadas no palco da história, ilustrando a tensão temporal entre o divino e o terreno.

O mito de Janus, o deus romano com duas faces, também serve como símbolo dessa realidade. As duas faces de Janus indicam duas direções contraditórias, mas igualmente reais na história humana. Como Janus, olhando simultaneamente para o passado e o futuro, a humanidade se equilibra entre o que foi perdido (no pecado) e o que pode ser alcançado (na graça).

Na trajetória da história, pecados são cometidos, erros são repetidos, mas também percebemos sinais da graça e redenção. Essas duas faces, como as cidades de Agostinho, são como possibilidades escatológicas que moldam o destino da humanidade. Sua ambivalência é parte inerente da experiência humana de peregrinação espiritual que se desenrola no tempo.

Entre pecado e graça, podemos olhar para o passado como um campo de aprendizado e para o futuro como um caminho de esperança, reconhecendo que a dupla face da história é o que nos convida à verdadeira liberdade de escolha: entre o "amor de si" ou o "amor de Deus".

Fecundidade poética da história

A história é uma propriedade ontológica refletida nos eventos, personagens e sociedades ao longo dos tempos. Por isso, ao olharmos para além de seus meros registros frios e lineares podemos perceber sua verdadeira essência, que, não está apenas na factualidade dos acontecimentos, mas sim, em sua capacidade de transmitir um certo "sentido". É aqui que a poética histórica se revela como uma lente crucial para sua compreensão profunda.

Desde tempos imemoriais poetas têm erguido suas penas como pontes entre os séculos, transmitindo emoções, dilemas e triunfos humanos de uma era para outra. Foi assim que Homero, em sua "Ilíada" e "Odisseia", transcendeu a mera crônica imortalizando não apenas batalhas e viagens, mas as complexidades da condição humana. A poesia épica foi responsável por enlaçar fios narrativos e sensibilidade artística, oferecendo-nos uma visão mais profunda e vívida do passado histórico.

A escrita histórica convencional muitas vezes se afunda exclusivamente em análises objetivas, negligenciando a riqueza subjetiva que só a poética pôde nos revelar. Ao considerarmos os versos apaixonados dos poetas, nos expomos à compreensão não apenas dos eventos, mas da paixão e fervor que inflamavam os corações naqueles tempos tumultuosos. A poesia, assim, torna-se uma arqueóloga da emoção humana, desenterrando movimentos da alma que moldaram destinos e ações.

Uma perspectiva poética da história enxerga na natureza das experiências individuais a chave para decifrar os anais da humanidade. Ao transcender o frio rigor da análise cronológica e empírica, a arte poética tende a uma compreensão mais profunda que desvela os ritmos pulsantes que moviam as eras - ao assumir o papel da própria testemunha ocular: registrando em si as marcas invisíveis deixadas pelo tempo.

Ao aceitarmos a fecundidade da poética para uma compreensão mais penetrante da história, poderemos repensar a estrutura mental científica - e até filosófica - que postula a predileção empírica como bastiã de todas as perspectivas do acontecer.

Civilização e declínio

Uma civilização surge de um núcleo familiar, mas só floresce devido à sua capacidade de se manter fiel a esta origem fundamental. Paradoxalmente, muitas das sementes do sucesso também carregam consigo os germes de sua própria decadência.

É exatamente num momento de ascensão que ela pode plantar as sementes de sua própria destruição. O sucesso muitas vezes traz consigo a complacência e a desatenção aos sinais de vulnerabilidade, tornando possível seu declínio.

O elemento político é crucial para o florescimento de uma civilização, porém, os sistemas políticos bem-sucedidos podem eventualmente se tornar estáticos e corruptos. A falta de adaptação a mudanças sociais - e até naturais - pode resultar em crises internas que abalam os alicerces de uma sociedade.

Há também o papel das guerras e conflitos. Enquanto os triunfos militares muitas vezes contribuem para o apogeu de uma civilização, a busca incessante pelo poder e a militarização desmedida podem ser catalisadores de sua queda - exaurindo recursos e minando sua estabilidade interna.

Entretanto, a mudança cultural parece ser o ponto focal para a ascensão ou queda de uma civilização. Embora a cultura seja um impulsionador do desenvolvimento, as mudanças culturais abruptas ou a perda de identidade podem desencadear um declínio irreversível. Uma civilização que perde suas raízes culturais de base familiar pode se ver rapidamente à deriva, perdendo a coesão que a mantinha firme.

Em relação ao declínio das civilizações, percebemos que elas estão fadadas ao insucesso quando se tornam incapazes de compreender sua própria história. A falta de flexibilidade para se adaptar aos desafios temporais; a visão míope acerca de si mesma; e a incapacidade de evoluir perante seus elementos antagônicos podem determinam seu declínio.

Em síntese, há uma complexidade intrínseca no ciclo histórico das civilizações. Ao prosperarem elas enfrentam riscos latentes que, se negligenciados, podem resultar em sua inevitável decadência. Sua capacidade de aprender, evoluir e manter um equilíbrio delicado entre estabilidade e adaptação torna-se a chave para compreender a causa de todo declínio: a falência do núcleo familiar fundante.

A História é Natal

O Natal é um evento que transcende a contingência cronológica, mas que se dá nela. Tendo uma natureza única de mistério, ele guarda sua razão de ser na fusão entre realidade espiritual e acontecer histórico. Por isso seu traço essencial está colocado dentro de um gracioso paradoxo: o Natal é tanto um acontecimento único quanto uma dinâmica repetitiva da história. E isso se dá de duas formas.

De forma geral, o Natal aconteceu num tempo preciso, num dia preciso de uma época precisa, portanto, ele é um fato histórico da ordem temporal. Porém, de forma particular, ele se apresenta perenemente no amplo contexto da experiencia espiritual do homem que transcende a própria temporalidade. Isto equivale a dizer que o Natal é um ciclo litúrgico coletivo enraizado na pratica devocional de caráter íntimo. E esta essência mista de eternidade e historicidade do Natal que é expressa, inequivocamente, pelas santas imagens do Evangelho.

Uma das mais marcantes é a peregrinação da Sagrada Família até Belém, pelos caminhos tortuosos da via no tempo. Ela representa a humanidade universal, mas sobretudo, o homem singular em marcha até seu princípio e fim. Nela podemos observar uma síntese da história humana dentro de um contexto de salvação.

São José a frente, guiando o burrinho em que se assenta a Santíssima Virgem Maria gestando o Verbo, é a imagem da inteligência reta, viril e dócil à verdade em seu enfrentamento aos obstáculos da história. Ele tem a alcunha de guiar toda a família - seja pela fé eclesial (forma geral), seja pela fé pessoal (forma particular).

Logo atrás está o veículo de viagem, as potencias animais do burrico. Sem ele a trajetória não poderá ser feita pelo simples fato de a contingencia histórica exigir tal dimensão de suporte. O burrico segue São José, sendo dócil à sua condução. Ele tem como objetivo manter a caminhada em curso – seja pela instituição visível da Igreja na espera da Parusia (forma geral), seja pela constituição física da pessoa em expectativa de ressurreição (forma particular).

Sobre ele está a Santíssima Virgem, reduto puro e santo onde o Verbo deve se instalar para ser amado: a vontade. Somente ela pode ser passiva o suficiente para se

deixar guiar pela inteligência, que a dirige pelo suporte das potencias animais. Ela tem como objetivo a gestação profunda na vida espiritual que é caridade – seja pela união sacramental da Igreja (forma geral), seja pela piedade da devoção interior (forma particular).

O destino de tal comboio natalino é, sem o saber, a gruta: lugar inóspito, escuro, repudiado. Este lugar é a escuridão da fé, onde o nascimento se produz. Somente neste lugar esquecido pelas luzes do mundo a verdadeira luz pode nascer e irradiar sua vida a todos os outros. Isto se deu no tempo em que nasceu o Salvador; se dá anualmente pela liturgia universal da Igreja; e, também, pode se dar pela prática diária da oração constante e cada vez mais profunda. A gruta de Belém é a Igreja (forma geral) e alma orante (forma particular).

Tal é o caráter único do Natal: ser um fato histórico especialíssimo que se repete não acidentalmente, mas substancialmente, através da liturgia universal e da devoção particular. A verdadeira História é Natal.

O hilemorfismo do acontecer

A teoria clássica grega que postula a composição essencial de todos os entes em matéria e forma é uma lente valiosa para interpretar a tênue realidade daquilo que denominamos "acontecer" – elemento crucial para o entendimento do que é a História.

O hilemorfismo - "hyle" (matéria) e "morphe" (forma) - postula que tudo o que existe é composto por duas instâncias fundamentais. Na Grécia Antiga essa doutrina foi essencial para compreender a natureza intrínseca dos objetos e entidades. No entanto, quando inserimos essa perspectiva à noção de "acontecer", desvendamos algo sobre a complexidade da História enquanto atualidade que age sobre o potencial de significado do movimento e do tempo nas coisas que são.

Ao atribuir ao "acontecer" o sentido hilemórfico, a matéria passa a ser o substrato dinâmico presente no ser das coisas. O "acontecer", nesse contexto, não pode ser compreendido apenas como o fluxo de eventos em si mesmos, mas como a manifestação incessante da transformação material que espera ser preenchida por uma forma superior de existência. O movimento e o tempo, inerentes à esta matéria, assumem o papel de paciente aguardando um agente para se tornarem, de fato, significativos, completos e além de si mesmos.

Por outro lado, a forma no contexto do "acontecer" adquire dimensão mais ampla e complexa. Ela transcende a mera manifestação física do dinamismo se inserindo na esfera do testemunho, da compreensão e do símbolo - História. Cada evento, cada instante que compõe o tecido do tempo, carrega consigo este potencial de forma que só pode ser dado no seio de uma consciência que vê. A forma, assim entendida, se realiza como símbolo narrativo conferido aos acontecimentos - interpretação que molda nossa compreensão do passado no presente prenhe de futuro.

Nesse sentido, a História se configura como a ação consciente que dá forma final à matéria do acontecer. Cada encadeamento de acontecimentos é esculpido por nossa experiência perceptiva e reflexiva que lhes dão identidade acima de sua mera existência empírica. A interação sintética entre movimento temporal e forma dada na consciência é o próprio vislumbre que revela a possibilidade de significados e sentidos.

História, lugar de onde se vê

O teatro é o lugar próprio da atuação, da contemplação e da concórdia entre estas duas potências. Nele se dá a simbiose perfeita entre a prática e a teoria; o movimento e a inatividade; o cântico e o silêncio.

No teatro nenhuma ordem humana é desprezada, todas são consideradas, satisfeitas e ressaltadas sob o influxo da representação. O theatron é o “lugar para olhar” - theasthai, “olhar”, tron, “lugar”. Ele é o lugar onde transcorre a ação, e isto define o homem enquanto animal que atua e contempla o enredo de sua própria história. Nada é mais afeito à sua natureza histórica quanto o espaço que miniaturiza aquilo que Deus criou para nós: o mundo, o tempo – Sua fábula!

Digo fábula pois a história nada mais é do que a didática divina que nos apresenta uma analogia de sua Palavra. Como nas fábulas comuns - onde os personagens são animais que apresentam características humanas - na história os personagens são os próprios homens, representando características divinas que revelam, no fim, sua elevada moral.

E este espetáculo se passa no teatro da história como comédia, sob o estado poético de sua narrativa simbólica; tragédia, quando o fim nos é posto e imposto com sua dureza de certeza austera; e drama, pela trama atual de nossas vicissitudes quando coroada por algum feito extraordinário e miraculoso!

Somos instados a este tríplice gênero de experiências no palco da vida, no tablado das mais tácitas alegrias e das mais estúpidas discórdias, sob a viga oriunda de uma vontade ininterrupta que nos mantém e dirige diante de um largo e plano assento de espectador, voltado à cena, sombra pela qual os artistas desta farra devem se exaurir em direção ao proscênio - à luz de Seu olhar.

A peça da história é medida, porção, parte que não nos cabe desvendar - senão brincar - sob o impulso de um ato, aquele em que, guiados pela destra diretiva, suscita-nos publicidade. Pois estamos enlaçados pelo coro dos anjos, e pelo rodear de todos os astros e estruturas cósmicas que derramam na terra a virtude do próprio céu.

A história é o lugar de onde se vê, teatro onde o ator e espectador têm seu tempo para conhecer e ser conhecido; amar e se fazer amar; morrer e se fazer viver.

Escatologia, essência da história

A escatologia, que trata das últimas coisas e do destino final do homem, não têm apenas uma função teológica ou dogmática: ela também desempenha um papel crucial na compreensão da história em sua totalidade.

Ao examinar a história sob uma perspectiva escatológica, é possível perceber uma sutil conexão entre os eventos temporais e um propósito inteligente. Neste caso, a história não é vista apenas como uma sucessão de eventos aleatórios, ou como uma sequência linear de acontecimentos, ela é vista como uma dynamis em direção a um fim determinado voluntariamente. Só isto lhe confere caráter teleológico, onde cada evento e período histórico são percebidos como parte de um sentido maior de promessa e cumprimento.

Com tal perspectiva a ressurreição dos mortos - pilar central da fé cristã - adquire uma dimensão histórica profunda. Não como um evento futuro a ser aguardado, mas como uma realidade influente que dá sentido à trajetória histórica do homem desde o agora. Nesse sentido, escatologia não tem como objetivo especulações sobre o fim dos tempos, mas a coerência interna da narrativa histórica atual.

A interação entre escatologia e liturgia também revela a essência escatológica da história. As celebrações litúrgicas não são simples rituais religiosos, e sim, manifestações tangíveis de um poder historicamente presente. Através da liturgia os crentes são convidados a participar antecipadamente da realidade eterna, ajudando a tornar presente - em suas vidas - a promessa escatológica de redenção e comunhão plena com Deus. Assim, a liturgia se torna um veículo vital entre a temporalidade e a eternidade, reafirmando o caráter escatológico inerente à compreensão histórica.

A perspectiva escatológica oferece uma compreensão objetiva da história, revelando-a como drama de redenção e restauração em que cada acontecimento, por mais trivial que pareça, significa algo para além de sua manifestação particular - e das pretensões argumentativas dos homens em sua ciência histórica.

O pretérito em nós

O passado é um inferno querido, já dizia um velho amigo meu que, de tão velho, não se recordava mais do necessário: estar presente a esta imensidão de imagens e afetos, a este inferno que arrastamos na memória: o pretérito em nós.

O maior perigo a que está acometido o pobre servo de Deus, o homem, é se perder diante desta tempestade negra que o persegue de perto. É não olhar para trás - ao contrário de Ló - e virar estátua de sal, de sal insípido. Pois, este "olhar para trás" não se resume à mera recordação, ou à simples lembranças. Ele é eminentemente o *olhar para si*, o olhar por excelência, talvez, o único olhar possível.

Há em nós uma vida que não pode mais ser vivida, mas que ainda sim vive quase que independente, permanente que é por razão de nossa modalidade de presença - ser sem cessar. Somos presença irreversa, anversa ao dolo, um ponto receptáculo que se move e engendra sinais inesgotáveis. São estes sinais que sustentam o *perseguidor*, aquela vasta esfera de irradiação que nos segue e é capaz de assombrar e aquecer; formar e aquiescer um espectro de nossa consciência ainda em suspenção. Por tal, jamais sairemos das sombras desse agressor se a luz do futuro não brilhar mais que as suas lôbregas reticências.

O homem é a vítima perfeita de si mesmo. Ele próprio é seu carrasco, ele próprio é sua platéia em chamas privilegiando o espetáculo da execução. O que ele designa como algoz nada mais é do que o desconhecido eco das palavras de sua autoria, esquecidas, incapazes de reconhecimento - e insuportáveis por razões práticas. Sendo assim, o que o acompanha na cerviz, além de Deus e do diabo, é sua miséria sustentável, um ócio reflexivo de caráter juvenil. Por isso não basta ser *homem*, é necessário não sê-lo algumas vezes.

E o que significa *não ser homem*? No contexto de sua mácula mnemônica, significa *ser objeto*. Objeto de escrutínio, não de sua angústia amnésica, sim do alvor clarividente de Deus. Buscar o resgate das fases sucessivas que se foram - e vivem autônomas - em Sua voz, em Seu desígnio. Não há o que fazer quando a natureza faz apenas o que lhe foi ordenada. Para além disso, somente os braços estendidos em resposta ao critério de exumação em que estamos fadados.

Em sua fuga do presente, e em seus sonhos do além, o homem se esquece da parte fundamental: o obsoleto que é. Este é o personagem mais fiél de sua pobre vida

psicológica. Ele está sempre um passo atrás; nunca adiantado no tempo; vez por outra, pregado aos olhos do mais feliz. O obsoleto é a parte humana mais humana, a membrana fina que, se rompida, revela um interior contido e conflítuo. Tudo o que há nele é dele, caso não tenha nos concebido. Mas tudo que é concebido à partir dele, por ele, é esquecido. O obsoleto é o que nos une ao perseguidor, e ambos somos nós.

Eis o mistério: aquilo que mais nos importa é medida de desprezo do mais requerido. O passado arguido, o remoto insólito, o pavor contrito. Nosso perseguidor é justamente o nós que nos separa do nada. Um obsoleto que ri da auto suficiência errática do trovador sem cordas. Cadáver gélido, porém, ditoso.

Sabemos a razão de nossos entulhos emocionais quando o retrovisor está bem posicionado, já que a reflexão é tudo para quem desconhece de onde veio. *Não olhe para trás, siga em frente!* Eis o lampejo das enojadas turbas. São elas que nos adoram sobre o anverso de seu martírio e nos impedem de olhar o caos sempiterno do distante sussurrante. Enquanto ouvi-mo-as, seremos escravos de nossa obra. Talvez por isso, tememos perder o presente - por um assalto do futuro impedido.

O que nos resta senão a História, mestre sem róseas, frontispício do infinito? A História não são os anais e alfarrábios carcomidos dos dendoclatas do destino, mas o horror revolvido do pretérito em nós. Ela é o mito que jaz à sombra do inconsciente, aguardando um mago, um sábio! que lhe restitua a atuação. Enquanto isso ela predomina e domina como um incêndio; se faz de vítima enquanto vomita suas parodias; quando é ósculo, porquanto sóbrio é nossos bocejos. Somos seu mestre, destituído de todos os afazeres.

Assim, somos reféns de um campo absurdamente confuso de memórias, imagens e discursos ecoados pelo amontoalhado de itens profusamente sombrios e estiolados. Estes, subjazem no fundo do oceano obtuso de nossos pensamentos. Câmaras e fundas grotas do imaginário esgotam nosso ânimo ao recolherem todo o conjunto de cenas que antes foram vida vivida, e agora, vivem convertidas por uma procrastinação mórbida. Como acabar com o império do átrio monstruoso que nós mesmos criamos pela falta se circunspecção?

Ser objeto, está é a atitude correta. E objeto pleno de ignorância e evasão. O homem que se entrega ao destino não discute o passado, senão por conveniência ao que há de vir. O passado não é discutível. Ele é a própria e absoluta ausência de argumentação. Nós somos seu objeto, mas temos de roubá-lo nesse sentido. Devemos nos impor com um

ato de rebeldia que diz: não desejo mais o *quem fui*, mas o *quem serei*. Tirar do passado sua agrilhoada feição e se devolver a Deus como seu objeto estrito.

Tendo em vista o *perseguidor*, o *obsoleto* e a *atitude* apropriada, podemos avançar no amargo da questão humana: como estaremos após o tempo? É mister perceber que além do bloco conciso e tartamudeante de memórias, sonhos, estímulos e saturações sensíveis que nos persegue há, também, um assustado fantasma de olhos vedados, que não vê o momento de se emancipar do ruidoso clã de histerias que o gerou. Essas duas realidades - ambiente e ambientado - são a face plausível do pretérito em nós. E são elas que devem ser libertas pelo desprezo, pela unção, pelo desejo e pelo martírio, até o momento em que o tempo for um de seus elementos.

Pelo desprezo, arcar com a dor de não ser senhor de si mesmo; pela unção, marcar o penhor que certamente fará do inabarcável uma simples e compreensível imagem; pelo desejo, significar a morte de tudo e a emergência de uma vida anônima; e pelo martírio, aguentar o golpe! Isto é o que deve pender sobre a ausência do tempo e a anuência do espaço, a liberação mais incólume de todas. Uma tarefa impossível ao homem.

A biografia é nossa inimiga nesse intento. Mentimos demais, mentimos às forras! Quem proclama a biografia o fármaco feliz para todas as discórdias não sabe o que diz, e se sabe, não sabe o que pede. Ela nos incita ainda mais a mentir, fingir ou fantasiar louros de glória. Nos conduz ao apreço vão de mixórdias insignes enquanto nos brilha os olhos na louca apreciação de tudo. Deixe-mo-las aos prognósticos de vidas ilustres e pratiquemos a narrativa encarnada.

Que os abutres da literatura andrógina não me peçam a cabeça! São eles os amantes das letras e dos vindimos trotes, os emasculados de ouro e visom - os quais não pretendo embotar a inteligência, ou a diligência, com adágas de tão pouco fio. O que me proponho é lembrá-los, de uma vez por todas, que o conjunto das artes e proto ciências servem- nos em caráter provisório, ínfimo, propedêutico e, com muita agonia, sintético. Contudo, jamais considerarei o artifício humano um sacrilégio à realidade, embora ei de convir: sua sacralidade é sempre liliputiana.

Em se tratando de realidade, bem pouco podemos diante dela. Principalmente em se tratando de passado e revisão escrutínea. Sabemos o quão pobre é nossa mente que esmola um pouco do acontecido. Poucas moedas caem na lata - poucas, mas não nulas.

Algumas nos fazem obter refeições exuberantes, embora a maioria nos deixe de língua interdita. No entanto, a miséria é nossa condição irreversível e diversa. Estamos como um alvo de cores lustres em plena guerra de mentecaptos. A qualquer momento um tiro an fronte nos conduz à uma determinada lembrança, que pode ser tênue, profunda, quente ou sepulcral.

A tênue, nos acaricia por breves momentos enquanto evade para o anonimato; a profunda, nos impor certo medo de não ter indícios que a deponha frente o tribunal mais justo; a quente, é apenas um ditoso musgo que se cola à nossa sensibilidade sem tocar; mas a sepulcral, é a porta de entrada para o âmago obscuro do pretérito em nós.

Quem nunca foi surpreendido por uma recordação deliciosa de sabor necrosado? A memória faz o homem - e desfaz suas ilusões. Ela é a grafia da *bio* feita pela *anima*. A veraz irretocável. Fruto do *sim* e do *não* circunstancial, porém, unânime. Poço dos desejos insondáveis que jamais serão satisfeitos. Àgora das vozes mais rotundas que sempre hão de voltar… e voltar… e voltar, ao soçobro dos amanheceres triviais. Quem não tem memória é tido por ela. Quem não a vasculha, não saboreia. E quem saboreia, morre engasgado!

A solução para o problema humano do passado não é a sujeição absurda à recordação, à lembrança ou ao esquadrinhamento biográfico. É a introspecção e imersão profunda no vazio que somos - separados que estamos do único valor: o verdadeiro Senhor do pretérito em nós.

Agulhas e grilhões

Após milênios o homem atingiu certo apogeu tecnológico e se tornou capaz de imiscuir em toda sorte de assuntos e esferas de ação. Em todas as épocas houveram aqueles que por meio da técnica e suas variáveis obtiveram o mesmo êxito, mas não em escala tão avantajada como hoje. O tipo de tirania que envolve esta fase da ação do homem, somada ao instrumental da técnica que a acompanha, assola os últimos resquícios de liberdade das consciências individuais - sendo apta a suprimi-la por completo em poucas décadas.

A história esfarela-se deixando para trás apenas o pó de uma ideia inimaginável, reproduz-se como história do futuro, esta sim, a história a se considerar. Lança-se ao futuro e conta-o como quem conta fatos passados, invertendo a lógica do tempo e pervertendo a noção geral que nos estabelece na continuidade da percepção do real. Os grilhões estão postos. Então, o controle total da consciência individual advirá na medida em que a noção de história seja remanejada e formatada até o modo futuro. Essa reviravolta se dá lentamente no silêncio a cada fase que se completa, e a completa extinção das consciências, necessita amplamente desta metamorfose que faz com que a história seja futuro e o passado seja especulação.

O passo atual é uma metralhadora de agulhas na direção da consciência individual. E como se isso não bastasse, a história logo adiante nos impõe este compromisso: deixar se levar. Uma farsa universal, hedionda e cruel. Tudo dentro do planejamento. Os grilhões atam o homem tirando de sua consciência o verdadeiro teor da história e seu movimento constante. As agulhas são os álibis necessários para consolidar a Metanoia. Estamos à beira de um inferno refrescante e seguro, para as consciências apagadas, e um céu amargo e nauseabundo para aqueles que resistem à manipulação da história e do tempo.

O domo de Adão

A história caminha para a perfeita harmonia entre homem e mundo. É suspeito falar em homem neste ínterim quando seria mais justo dizer humanidade, esta nova deusa concebida nas raias da insubordinação final. Nesta esteira, humanidade e mundo se casam e acasalam em virtude de uma empatia quase sexual que vislumbra a plena emancipação. Emancipação de que? podemos nos perguntar. Emancipação daquilo que está para além do fenômeno que batizaremos como o domo de Adão.

O domo de Adão é uma expressão chula para designar o poder de enclausuramento que a divinização da história causa neste ponto da própria história, prendendo o homem moderno nos limites de um universo tacanho e desvinculado do eterno. Não ver além do horizonte documental dos fatos e acontecimentos; do contínuo movimento e da materialidade; da sanha prática e do seu registro em progresso temporal, são as características marcantes de uma diminuição doentia do nosso ser ao redor de um mundanismo desesperante. Essa estrutura, que cobre o sentido da história universal, se tornou a própria história universal - fruto das diabruras de Marx - e prende a animalizada e incauta humanidade no paraíso perdido, no contento arguto do puerilismo mais radical e intraterreno. O próprio Marx cultuou a história como sendo um objeto absoluto para a resolução de todas as contradições inerentes ao homem, erguendo-a sobre suas ciências e possibilidades. Sem perceber, divinizou-a, suspendeu-a no céu, trancafiando filosoficamente e espiritualmente a todos dentro deste pequeno grande domo que comporta seus filhos como um Adão não arrependido e cônscio de seu erro.

Escapar desta inutilização do tempo – enquanto é tempo – marca a reviravolta do homem moderno no ímpeto de resgatar a própria realidade da história de seu fatalismo futurista. Retornar a autoridade do passado enquanto procuramos uma explicação final acima da raia miúda da história temporal é uma maneira de respirar fora do claustro forjado por semelhantes falsos profetas e inspiradores do apocalipse. Ruir o teto medonho que mobiliza os homens doentes a se curvarem aos louros cronológicos é a marca daqueles que percebem, ainda, a descontinuidade do mundo e a impossibilidade de sintetizar a história independentemente da eternidade. O domo de Adão é esta caricatura historicista e perversa que obstrui o voo perene do homem; é o painel fugaz e senil onde tritura-se toda sua história pessoal que deveria, naturalmente, desaguar no eterno momento; em poucas palavras, é o livro do mundo, em contrapartida ao livro da vida.

A promoção do indivíduo no Renascimento

Ao longo do lento processo secular de controversa precisão cronológica, a conhecida Idade Média, período comumente relacionado às trevas e a obscuridade, deu lugar a uma nova diretriz civilizacional que, suavemente, foi se tornando próspera e sólida a ponto de eclipsar quase que totalmente a anterior visão de mundo, de arte e, até mesmo, de sabedoria: o Renascimento.

Não existiu um fator central que propiciou as mudanças ocasionadas na passagem de um período ao outro, mas sim, uma rede causal inextricável e de difícil reconstituição (afinal estes períodos são apenas marcas temporais a posteriori utilizadas a título de orientação histórica). Até onde podemos afirmar o fator econômico, concomitantemente ao intercâmbio cultural, ambos colaboraram e muito para a criação da nova mentalidade surgida dentre aqueles que viriam a ser conhecidos como humanistas. O avanço das ações mercantilistas, mediante grandes navegações, possibilitaram tanto o enriquecimento de alguns indivíduos "não nobres" quanto o aumento da circulação e difusão de novos artigos culturais advindos das próprias navegações, pondo a soberania absoluta da nobreza hereditária em dúvida, inclusive. As cidades ganharam um novo poderio econômico enquanto adquiriam novas técnicas e conhecimentos que antes eram desconhecidos. Com isso, abriu-se a possibilidade da formação de uma nova intelectualidade, de uma nova ideia de homem através da promoção do indivíduo que veio a moldar o pensamento ocidental até os dias atuais.

Esta transição fez com que a antiga visão de indivíduo enquanto membro de uma corporação (ou de uma posição social fixa e imutável) se perdesse lentamente, dando lugar a uma antropolatria do sujeito através de uma espécie de ruptura com toda e qualquer forma externa que o "restringisse" ou "moldasse". Logicamente, o alvo principal de tal tese surgida na trama do tempo e dos acontecimentos era a tradicional Igreja Católica, representante máxima daquilo que denominamos antigo regime, o elemento cultural mais presente nas mentalidades. Todos os esforços dos pretensos humanistas se voltavam para o exercício da ruptura sistemática aos valores expressos pela coletividade católica, muito mais do que pela liberdade tão reclamada por eles ao homem.

O culto à virtu, a crítica à nobreza hereditária, a glória dos grandes personagens, a liberdade de pensamento, etc.; todos esses elementos, meramente pretextais, se aliaram contra este alvo: a Igreja católica. Desta ambição destrutiva (consciente ou inconsciente) que sai a energia que move aquelas excelsas personalidades humanistas do Renascimento. Embora o substrato psicológico cristão ainda permanecesse no âmago destes "homens virtuosos das luzes", o seu grande ideal, na realidade, era pôr-se em liberdade (e opor-se) perante não um juiz divino, mas a uma instituição

temporal tomada como antípoda, a Igreja. Todos seus esforços tinham este objetivo.

Após a difusão de seus valores máximos ter se concluído e resultado num abalo crítico às estruturas clericais então existentes, os humanistas acabaram provando através do próprio exemplo que tudo não passou de uma revolta estéril dos grandes gênios contra um inimigo comum. Não havia ali uma verdadeira busca de conhecimento ou de libertação das amarras existenciais, como apregoavam. A prova disso é a onda de melancolia advinda pouco tempo depois que os célebres personagens tomavam o centro da vida intelectual ocidental junto a seu pessimismo niilista inerente. Por que, após a insurreição de ideais tão nobres e elevados, um fruto tão deprimente e miserável brotou de seus ramos? Por que, após os gritos de liberdade e apostasia do homem iluminado predominou o determinismo (como o de influência astrológica e, posteriormente, científica) ante o livre arbítrio tão almejado? Talvez porque a Igreja era mais razoável do que eles pelo simples fato de servir aos homens um "ideal" mais consistente e substancial que não resultou em tão grande desolação intelectual e teleológica.

O destaque de certas personalidades, sim, influenciou na transformação de uma Sociedade de Corpos em uma Sociedade de Indivíduos, porém, não a ponto de tacharmos esse destaque como única força causal. Os fatores que determinaram tais mudanças são muitos e de diversas naturezas, impossibilitando afirmações tão precisas. A valorização do indivíduo foi o que restou de uma série de eventos confluentes que modificaram o panorama e a cosmovisão de toda uma civilização, tendo como resultado, séculos de perambulação do homem em busca de um sentido da vida (tão claro na antiga Sociedade de Corpos) diante da sombra do pessimismo melancólico herdado dos gênios iluminados (em sua Sociedade de Classes). O dogma único do progresso da humanidade, pelo visto, não foi o suficiente para fornecer aos grandes expoentes do humanismo a dose necessária de virtude humana que seus antecessores obtinham em demasia ao buscarem sua liberdade nos velhos dogmas existentes.

Resta-nos, agora, analisar estreitamente a questão a fim de nos livrarmos dos resquícios negativos que tal conjunto filosófico nos legou e, na medida do possível, buscarmos a compreensão dos valores anteriores que foram se perdendo no espiral do esquecimento.

Meio digital: produção e difusão de conhecimento histórico

A produção de conhecimento histórico sempre esteve ligada a um certo pressuposto chamado meio de ação. O meio de ação determina todo o trato documental e o curso de perspectivas possíveis, que até então, não haviam sido realizadas. Determina desde a produção até a difusão do conhecimento. Através dele podemos atingir, ou não, certa gama de intenções previamente articuladas em vista de uma finalidade. O meio de ação define o onde e o como produzir, conservar e difundir um conhecimento de ordem histórica. Tendo em vista este conceito podemos crer que a era digital é a era que nos possibilita navegar a qualquer canto da história exatamente por ser a era dos meios de ação para tal.

Obviamente que, com a entrada da era digital - junto a toda uma miríade de instrumentos e aparatos tecnológicos de interação -, o número de meios de atuação (de todos os tipos) do ser humano em sociedade foi drasticamente aumentado em relação a períodos de tempo não tão longínquos. Praticamente, nos dias atuais, o registro da história é feito a todo instante, em qualquer esquina, por qualquer indivíduo através dos parelhos eletrônicos de comunicação que se baseiam fundamentalmente na unidade digital, na rede mundial de comunicações.

A produção e manuseio de registro histórico não estão mais restritos a uma prática sumamente especializada e hermética, manipulada por poucas mãos. Ela está disponível e ao alcance de qualquer cidadão em qualquer parte do globo, graças à produção e difusão dos meios de ação que possibilitam tal finalidade. Esta transformação dos meios de ação descentralizou a produção e difusão de elementos históricos. O antigo monopólio do domínio de elementos históricos foi rompido pelos novos meios de ação postos em circulação, se configurando como um fator positivo à humanidade.

A popularização da produção e difusão do conhecimento histórico permitiu o registro mais localizado - não só global - dos acontecimentos e produtos da história, seja ela pessoal ou coletiva, além de salvaguardar certas realidades locais, já que seus meios de ação viabilizaram a qualquer indivíduo, família ou coletivo social, atualmente, realizar o registro – sobre a forma que for - de sua história e de seus membros, além de difundi-los com uma facilidade inimaginável algumas décadas atrás.

Os avanços tecnológicos e seus derivados (os meios de ação) são determinantes para que tal fenômeno venha a se realizar. Por exemplo, com um celular munido de câmera qualquer cidadão pode registrar, à luz do dia, um evento histórico de importância mundial (como o atentado em 11 de Setembro), ou, algo mais modesto como um passeio de domingo com a família. A distância antes existente, em termos de produção e manipulação desses registros históricos, se vê agora bastante

reduzida. Os meios de ação existentes tornaram possíveis inúmeras possibilidades de atuação do sujeito comum sobre o passado acessível, o presente atual e o futuro imaginado.

Sendo assim, falar de uma história digital não seria exagero em uma época como a nossa, principalmente, após receber todo este legado tecnológico que possibilita um ambiente de interação como a Internet. Este universo de produções e trocas sociais, que alguns denominam história digital, é justamente o universo onde todas estas relações entre indivíduos e suas próprias histórias, entre estudiosos e seus vastos campos de atuação se conectam, tornando o mais elementar sujeito um agente historiador em potencial e o mais ilustre historiador, um objeto de estudo em potencial.

Praticamente qualquer pessoa em qualquer parte do mundo, hoje, pode participar desta dimensão interativa que a história digital oferece, bastando a obtenção, por parte dela, de um meio de ação apropriado. É do senso comum mundial o seguinte consenso: existe uma rede de produção, difusão e armazenamento de informações, chamada Internet. Esta rede é um fenômeno revolucionário na história humana. Veio a possibilitar o acesso indiscriminado a todo o tipo de informação, seja de que época for, através de um mero dispositivo tecnológico. Todos os meios de ação que levam ao acesso a Internet podem ser comparados, alegoricamente, às antigas bibliotecas, com a diferença de que, ao invés de restritas, disponíveis apenas ao tato de poucos privilegiados, agora, são de livre acesso, indiscriminado e praticamente equânime. São como portas de entrada para um mundo à parte, que carrega dentro de si tudo que antigamente estava “trancafiado” em recintos inalcançáveis às massas ignorantes. Com um simples acesso à rede, esta barreira é quebrada, o espaço e o tempo são subjugados, enquanto o reino da informação e do conhecimento, aparece diante à consciência de todos que a ele se prestem.

A Internet tornou pública toda uma gama de documentação relativa ao passado histórico. Ela “democratizou” o acesso a este e a muitos outros conhecimentos. Talvez, desde de sua criação até sua difusão a nível global, este seja o momento determinante em que podemos afirmar: o homem tal qual conhecemos, no princípio do século XXI, jamais conseguirá volver um retorno ao momento anterior à existência da rede mundial de comunicações – a Internet. Ela já se tornou uma extensão humana, já se configura como uma espécie de necessidade de orientação do indivíduo atual.

Mesmo ainda havendo aqueles que os meios de ação digital não chegaram a causar uma influência decisiva em suas vidas, pode-se perceber que são como últimos remanescentes de uma formação cultural em extinção, pouco a pouco assimilada por outra maior. Dentro em breve, aquele que não estiver imerso por uma necessidade premente dentro do mundo digital, imerso na história digital do homem, não estará em lugar nenhum, estará isolado da realidade tida como atual.

A cultura digital domina grande parte dos aglomerados humanos. Todas as transações da

vida comum são baseadas em aparelhagens e instrumentos relativos ao mundo da rede, ao mundo virtual. A impressão que temos é de que, passado e futuro, estão e sempre estiveram determinados por este universo, que nunca houve nem nunca haverá um mundo sem este meio de interação, esta forma de concepção “cosmológica” centrada na tecnologia - base de acesso à rede de informação. A Internet se tornou um espaço não espacial, dentro de um tempo não temporal.

Tornada “apêndice” do homem, a Internet passa a configurar como um elemento da história que determina a própria história. Determina na medida em que é ela que liberta o exercício histórico do círculo fechado dos eruditos, o jogando ao mundo dos meros mortais, nós, a massa inaudita. Não há tempo que escape ou espaço que não nos seja acessível. O mundo digital diminuiu as distâncias e aboliu a diferença temporal de tal forma que algo na percepção humana parece ter sido alterado. Para aquele que experimentou e se incluiu na história digital - como um membro agente -, um retorno ao “primitivo”, a uma vida sem a rede, está praticamente descartado enquanto possibilidade. Não há retorno. Uma vez inscrito nesta matriz digital, para sempre dela será dependente. Hoje podemos constatar fenômenos ligados ao vício pela Internet, ou, por correlatos a ela, frutos desta interdependência das massas humanas à interação digital, o que configura um fator negativo a humanidade.

É preciso saber até que ponto esta ligação entre homem e universo digital é positiva e até que ponto, também, pode ser negativa. Positiva, sabemos que sim, em diversos pontos, mas a dimensão do que pode um dia vir a acontecer de “incomum” com a humanidade por se tornar tão dependente e, em certos casos, escrava desta tecnologia monumental, é ainda um mistério, ou, no mínimo, um prognóstico ainda bastante opaco na mentalidade geral e pouco discutido por seus difusores. Um prognóstico que talvez nem mesmo exista como mera possibilidade teórica a todos nós (pelo simples fato de não ser tão discutido quanto deveria), mas que é algo verdadeiramente possível.

Um meio de ação, como a tecnologia da Internet, é tão relevante para a história humana quanto a descoberta do fogo. Quem hoje viveria sem o auxílio do fogo? Quem hoje viveria sem o auxílio dos meios de ação para a obtenção do fogo? A mesma pergunta poderíamos fazer sobre a questão do meio digital: quem viverá sem seu auxílio? O que será de nossa civilização sem seu auxílio? Com tais questionamentos percebemos o quanto é frágil a ligação entre humanidade e meio digital, o quão dependentes são de inúmeros fatores externos (que na realidade são composto de mais e mais meios de ação).

Quando um bem – de qualquer natureza - é obtido, automaticamente - com este bem - contraímos a possibilidade de um mal, pois, não se pode falar de bem (não em sentido moral, mas em sentido prático) sem ter ao lado seu oposto complementar – o mal. E tanto no caso do fogo (que

absolutamente, além de seu vasto benefício, possibilitou, por exemplo, vários meios de morte e barbarismo) quanto, agora, no caso do meio digital, através da Internet, esta fórmula faz sentido.

Mediante tais circunstâncias, é preciso se atentar as possibilidades latentes de perigo desta relação homem/meio digital sempre se baseando no princípio de que ‘nenhum bem é absolutamente bom’, que todo e qualquer bem é ambíguo, carregando em si sua parcela oposta, inexoravelmente. Talvez assim possamos incorporar a Internet, o meio digital e seus meios de ação a nosso ambiente existencial, social, cultural e não, simplesmente, sermos incorporados a eles. Utilizá-los e determiná-los a nossa vontade e necessidade moderadamente, não o contrário. Fazermos seu bom uso como um dos instrumentos mais revolucionários criados pela inteligência humana para o bem do próprio homem, fugindo assim, da dependência passiva e do uso pernicioso deste universo de relações; beneficiando-se e precavendo-se dele em toda a sua extensão - como fazemos com o fogo.

Cultura, experiência no tempo e identidade histórica

O processo de construção de uma identidade histórica em sua experiência no tempo subentende a existência prévia de um fenômeno externo denominado cultura. Sem este aparato cultural externo o ser humano, tomado isoladamente, seria incapaz por si só de adquirir qualquer tipo de personalidade que o fizesse tomar posse consciente de sua própria identidade, o que dirá histórica. Haja visto que necessita essencialmente de um outro ser humano equipado de meios e conhecimentos imprescindíveis provenientes da cultura para lhe dar suporte à vida, inclusive, à formação desta personalidade.

A forma como tal ou qual cultura influenciará tal ou qual identidade histórica está sujeita a incontáveis formas de expressão devido ao fato de existirem inúmeros modos culturais. Cada um desses modos contém em si um ponto de intercessão: a capacidade de fornecer elementos básicos para a identificação com si mesmo, inclusive histórica, mesmo que rudimentar. A maioria dos indivíduos em suas experiências no tempo são capazes de situarem-se historicamente dentro de seus respectivos contextos e de terem um mínimo senso de noção temporal, desde que esteja inserido num suporte cultural. A mais simples tribo indígena é capaz de fornecer esta espécie de senso aos indivíduos que a compõem. Este senso é um dos fatores que torna possível, por exemplo, a coesão social. A aceitação comum da autoridade numa tribo, conseguida através de um discurso mítico que narra em sua “cosmogonia” o princípio de tempo vigente como centro orientador, fornece ao indivíduo um eixo, um horizonte temporal para construção de sua personalidade e de seu senso cronológico dentro daquela esfera – permitindo a identificação histórica. Este acaba sendo um dos principais fatores de referência para a orientação do indivíduo no real.

No homem, este senso histórico “natural” não é dado pela ciência ou disciplina histórica, muito menos pela simples adoção do conceito de “história” consagrado na cultura Ocidental. Este senso é infundido pela própria realidade humana concreta. O ser humano é um ser histórico porque ele é capaz de ter uma história pessoal dentro de uma perspectiva temporal. Ele é capaz de conscientizar-se através dos produtos culturais, seja a nível pessoal ou coletivo, tendo a história apenas como dimensão de possibilidade. É preciso, para efetivação deste senso, colher os elementos externos que compõem o cenário do possível, onde cada indivíduo participa efetivamente. Estes elementos se encontram em sua grande maioria em seus próprios pares, mais do que simplesmente nos artefatos criados em torno.

Apesar de imprescindíveis para o desenvolvimento e criação de uma identidade histórica, a cultura, juntamente com a disciplina histórica, podem também ser elementos de alienação e manipulação. Manoel Salgado Guimarães dizia que "a consolidação da História como disciplina

independente no século XIX serviu como um poder legitimador de vários projetos nacionais e suas respectivas formas culturais". Neste sentido, a experiência no tempo, delimitada e restrita aos limites dos valores nacionais provincianamente selecionados, serviria apenas como elemento limitador e alienador do senso histórico geral e, consequentemente, particular das identidades concretas. A idéia de que a História seja um produto perigoso por; primeiro, anunciar a libertação dos erros do passado através de sua ciência; segundo, por logo em seguida impor suas regras e disciplina a todo o âmbito do conhecimento de maneira autoritária, configura a marca central que revela, na verdade, a atuação de grandes agentes na instrumentalização da capacidade humana de senso histórico - junto a seu epifenômeno, a disciplina histórica subsequente - para finalidades espúrias de caráter tirânico, sub-humano e imoral. Estas forças históricas são compostas de agentes humanos que nem sempre são identificáveis; nem sempre representam nações ou estados - embora os usem como instrumentos de dominação - ; ou seja, grande parte de nossa concepção pessoal da realidade e de "qual etapa da história" estamos é construída, manipulada e oferecida a nós por estas mesmas forças manipuladoras desconhecidas através de uma ação histórica consistente calcada naquilo que chamam atualmente de "cultura dominante".

O relato de Chimamanda Adichie, escritora nigeriana em uma palestra que circula pela internet, ilustra bem este tipo de manipulação no que concerne à sua experiência pessoal ao viver uma situação limítrofe entre dois mundos: o colonizador e o colonizado. Seu desejo por adquirir uma identidade cultural compatível com suas origens e sua respectiva busca por uma história que não fosse única, oculta o verdadeiro conflito que se torna claro no momento em que analisamos a questão por um ângulo despercebido: é somente através e sob a influência desta história única e dominadora, da qual conclui pertencer virtualmente, que ela pôde chegar a ter a idéia de busca por uma identidade cultural. Este é um legado da história única da qual a autora participa e, teoricamente, rejeita. Talvez a "cultura de origem", tão almejada por Chimamanda Adichie, só pôde ser almejada desta maneira, exatamente, pelos traços culturais ocidentais adquiridos através de uma série de elementos herdados na situação concreta de sua experiência no tempo. Sua idéia de perigo da história única se equivoca com seu próprio afã por enaltecer sua raiz original a ponto de não perceber que, uma cultura, não necessariamente se identifica com a origem racial ou étnica de quem a possui, mas sim, com a forma final da personalidade construída, da identidade pessoal que se constrói absorvendo todos os dados disponíveis de uma, de duas ou de diversas culturas, extraindo delas o que há de supracultural, ou seja, universal. Negar um legado cultural segundo o raciocínio delimitador da "busca pelas origens ancestrais" (que se apraz da idéia de que a cultura "maior" é um mal para a cultura "menor") é negar a própria capacidade de argumentação, pois esta, é exatamente um dos benefícios gerados por uma cultura considerada "maior": a cultural Ocidental.

O aspecto biológico - ou étnico - não necessariamente define o nível de qualidade cultural e compreensão histórica de um indivíduo. A cultura e a história, mais do que nos objetos do mundo externo, estão no âmago dos indivíduos. Está nos homens concretos que constroem suas identidades baseadas nos traços adquiridos em contato com os demais indivíduos que participam de sua experiência no tempo. Sempre teremos identidades formadas sobre uma base cultural dominante, mesmo que ao redor dela flutuem outras periféricas.

A experiência no tempo e a criação de uma identidade humana somente são possíveis dentro de um contexto cultural prévio que jamais é homogêneo por completo, senão, em suas estruturas fundamentais. A disciplina histórica se sustenta na capacidade humana de vivenciar uma história pessoal, e não o contrário. Não é a Ciência Histórica que dá aos homens o poder de ter uma história pessoal. Mesmo sem a disciplina histórica e o conceito de História os indivíduos humanos já eram, são e sempre serão capazes de viver historicamente, de ter uma identidade amparada por linhas gerais em suas tradições correspondentes. A História não deve subordinar o homem a seus projetos e sonhos; o homem é que deve subordinar a história a sua própria faculdade de "ser histórico" na construção de sua identidade e em sua experiência no tempo.

O pensamento político moderno e seu fundamento "religioso"

Não há como negar a influência poderosa da cosmovisão cristã no processo de surgimento do pensamento político moderno. Num momento onde o elemento laicizante penetrava as sociedades européias, várias contestações em relação ao universo e ao discurso predominantemente religioso começavam a migrar também ao ambiente político.

Isso não impediu que diversos Estados continuassem seus domínios baseando-se em alguma forma estável de percepção da realidade fornecida pelo imaginário teológico. Até mesmo alguns dos "inimigos ideais" deste imaginário, os humanistas, não escaparam de tão abrangente concepção universal em seus tratados e teorias. Este é o caso de Erasmo, que embora fosse considerado um subversivo dos valores religiosos por suas obras, ainda assim tinha como ponto de referência existencial a psicologia cristã disseminada por séculos na cultura européia.

A grande transformação do elemento político durante o período moderno, ou pelo menos a mais patente, pode-se dizer, advém diretamente de conflitos surgidos na esfera intelectual de caráter teológico. As teses de Martinho Lutero e todo seu furor eloquente semearam uma série de possibilidades que, após algum tempo, vieram a se atualizar em fatos concretos, principalmente, na ordem política. Tais divergências internas do universo teológico se transmutaram em dilemas políticos tão logo suas contendas se espalharam ao domínio público.

O debate entre religiosos e humanistas colaborou e muito para o destino da política moderna mesmo que, dentro dos temas discutidos (no âmbito da discussão em si mesma), tal intenção não estivesse presente. Para demonstrar que o fundamento do pensamento político moderno tem como base uma cosmovisão religiosa, temos de entender qual princípio comum norteava o embate entre religiosos (Lutero) e humanistas (Erasmo) na tentativa de evidenciar como os dois oponentes continham, na verdade, o mesmo núcleo noético.

Lutero defendia a tese de que a vontade humana estava irreversivelmente ligada ao pecado e que, portanto, não deveria de forma alguma ser digna de atenção por parte dos indivíduos. Pelo contrário, era mister que fosse tratada como elemento perturbador. Tal pensamento contrastava diretamente com a concepção de Erasmo que entendia a vontade como uma faculdade positiva que dava aos homens o poder de decidir e escolher os melhores caminhos em busca da salvação. Note que, ambos se alinhavam absolutamente aos moldes do pensamento teológico, na possibilidade verossimilhante de certeza da existência real de um Deus (princípio comum – existe Deus). Aí está o grande detalhe, a marca principal que denota o rompimento gradativo da cosmovisão religiosa até a consolidação de uma nova concepção de mundo. Rompimento este baseado num dilema interno à esfera teológica, que produziria em seguida seus efeitos externos a ela.

A partir destes dilemas de ordem teológica, as mudanças sociais e políticas foram se efetuando paulatinamente, principalmente, após o avanço dos meios de publicação editorial que deram força às mais variadas formas de discurso não religioso. Daí até a formação de uma idéia consistente do que seria a Igreja, para Lutero, foi teleologicamente fatal. Da vontade e liberdade humana para a concepção de Igreja, o discurso se desenvolve e começa a abranger ainda mais a esfera do social.

A Igreja, para Lutero, não se identificava com o edifício construído ou pelas normas burocráticas e institucionais de seu funcionamento. Para ele, a Igreja estava no interior de cada indivíduo cristão, e não numa instituição temporal. Era como uma Egrégora, uma "comunidade de fiéis", e não apenas um aparato burocrático de hierarquias rígidas. Com esta maneira de entender a Igreja, Lutero atacava e demolia ainda mais o poder da ordem sacerdotal católica, que sofria com o avanço das próprias teorias humanista vindas de todos os lados: artes, pinturas, literatura, etc. Os efeitos causados por tão duras disputas no interior da predominante visão de mundo cristã fizeram com que ao redor desta concepção surgissem outras bem diversas, absolutamente deslocadas do pensamento religioso e cada vez mais laicas. Tudo isso, em conjunto, sedimentou-se na mentalidade européia a ponto de transmigrar para o ramo político, inevitavelmente.

Tão logo a intelectualidade se debruce sobre temas conflitantes e, consequentemente, desenvolva-se em debate (que muitas vezes se transformam em verdadeiros embates), é concomitante a influência exercida no ambiente em torno. Lutero e suas ideologias religiosas que divagavam sobre a vontade e a liberdade humana; Erasmo e sua visão libertária do homem dentro de sua relação intrínseca com Deus; permitiram que conjeturas saltassem do plano do mundo "divino" e se estabelecessem no plano do mundo "humano". O imaginário foi se alterando, se abrindo e preenchendo-se de formas estranhas a aquelas então conhecidas. E para deixar tudo ainda mais denso, a imaginação religiosa continuava existindo e determinando estruturas externas a ela ligadas à vida cultural e política. Este é o caso das implicações políticas das idéias de Lutero.

Não é difícil perceber que, de um debate sobre a natureza da liberdade e vontade humana, passando por uma reformulação do ideal de "Igreja", o tema político iria comparecer. Lutero cultivava em suas teorias uma espécie de rebeldia perante as autoridades temporais. Receitava a não obediência aos governos ímpios e estimulava o sentimento de pertencimento do indivíduo cristão a um novo tipo de governo, o governo espiritual. Ao mesmo tempo, acreditava que o respeito às autoridades também deveria ser conservado na medida em que Deus era aquele que instituía tal condição. Posições dúbias norteavam a conduta de Lutero, já que neste momento, ele estaria emaranhado dentro da malha pública ao se envolver nos assuntos da ordem política mais veementemente. Óbvio que, tais pensamentos, mais adiante, serviriam de inspiração para diversos

movimentos de revolta.

A Revolução Camponesa na Alemanha foi um destes movimentos de revolta inflamados pela pregação política luterana. Pelo visto, até o próprio Lutero se preocupou com a situação tentando uma intervenção abrupta em vista de acalmar os nervos e diminuir a tensão do conflito, afinal de contas, não queria ser responsabilizado por uma possível sangria e barbárie. Segundo ele, não queria que suas idéias políticas fossem distorcidas por um levante fora de controle (que ele próprio havia causado). Após este episódio, o pregador escreve uma obra onde legitima a autoridade temporal calcada na idéia de que a providência e a vontade divina ordenam os eventos mundanos e, consequentemente, os governantes. Tal obra praticamente "espiritualizou" os príncipes e governantes dando a eles a força necessária para a consolidação de seus próprios poderes. Aquele que antes pregou uma dissidência a um poder temporal acaba por se curvar a ele mediante as circunstâncias do momento.

O desenrolar destes eventos, que vão desde as divergências filosóficas sobre potencialidades humanas até os piramos das condutas políticas e sociais mais adequadas, conduzem a conclusões perigosas e não definitivas, mas que pelo menos apontam para horizontes onde a visão concreta do processo se torna mais ampla e clara. Uma delas é a de que, na realidade, o fundamento de todo o edifício teórico político da modernidade tem como base uma divergência de ordem teológica que foi se arrastando por séculos até que chegasse a resultados jamais esperados pelos próprios teóricos em questão. Esta crise da cosmovisão religiosa e a invasão de uma concepção laica do mundo originou-se e desenvolveu-se exatamente no interior de si mesma, migrando para fora logo em seguida. Não houve um algoz externo a ela, ela própria gerou seu antípoda.

Neste sentido, todo o pensamento político moderno está fundamentado não em uma mera idéia de laicização ou de distanciamento da visão religiosa, mas sim, na própria concepção religiosa em crise. Uma crise de cosmovisão que se estendeu e se estende, ainda, ao longo tempo modulando e determinando o destino político, social e cultural do mundo moderno.

Adestramento e educação

Ao longo dos séculos na quase totalidade dos aglomerados humanos observamos a existência de um núcleo comum a qual denominamos educação. Seja através de alguma instituição formal, seja pela simples repetição costumeira dos hábitos, percebemos este elemento inserido na vida concreta de qualquer civilização, das mais simples as mais complexas. Vemo-lo sendo disseminado, conservado, modificado (uniformemente ou não) a ponto de manter uma forma estável, em alguns casos, e de se transmutar completamente em muitos outros tipos ao longo da história. O fato é: a educação, como meio de instrução para o comportamento direcionado, sempre esteve presente na vida dos diversos grupos humanos sendo um forte traço distintivo da espécie.

Logo que pensamos no tema educação podemos relacioná-lo a algum tipo de "adestramento" na direção de um tipo ideal. Neste sentido, nos aproximamos e traçamos um paralelo com uma das mais conhecidas teorias da história da psicologia, o behaviorismo. Segundo tal teoria, o comportamento é o objeto de estudo da psicologia e, para se entender as ações e hábitos dos indivíduos, é necessário antes compreender os estilos ambientais que os impulsionam. Segundo os adeptos desta corrente, esses estímulos seriam as causas do comportamento subsequente que, automaticamente, são reduzidos a eles. Através dos conceitos de *Comportamento Respondente* e *Comportamento Operante* esta corrente propõe que a estimulação ambiente é determinante para o comportamento individual, praticamente excluindo qualquer possibilidade de ato livre.

Logicamente, tal teoria contribuiu bastante para o conhecimento de certas realidades relativas ao universo animal (e até mesmo humano), porém, não o suficiente para se tornar um princípio explicativo para todas as ações individuais, inclusive, aquelas provenientes do ato educador. Afirmar que a educação (tomada aqui apenas como um conceito abstrato, lato, que visa aludir a alguma realidade correspondente e não a sua forma institucionalizada) se reduz a um adestramento semelhante a aqueles dos domadores animais, é mera ingenuidade. Apenas denigre e corrói este componente básico da existência humana que denominamos *educação*.

Entretanto, a coisa não é tão simples quanto parece. Isto pode nos enganar e nos iludir através, inclusive, dos diversos sentidos que uma palavra pode conter. O mesmo acontece com o termo educação que pode ser utilizado tanto para se referir à instituição de ensino que vigora em determinado território; uma norma vigente dentro de um ambiente familiar; como para diversas outras coisas, tornando-se alvo fácil do relativismo das idéias. Para que não soframos deste mal, vamos separar aqui provisoriamente, para os desígnios deste texto, dois sentidos para a palavra educação no intuito de se buscar entender quais as relações entre adestramento animal (levando-se em conta a teoria behaviorista) e educação humana.

O primeiro sentido é o mais central ou essencial: educação como instrução para a ação melhor. O segundo sentido é o mais periférico ou acidental, relativo às instituições formais para sua disseminação: educação como instituição que visa à construção do cidadão ideal. Dentro da perspectiva do primeiro sentido, educar seria o ato de instruir outro para que este produza a ação melhor, sendo isto possível dentro ou fora de uma instituição formal estabelecida. Para que seja assim, tal instrução, à priori, deve existir fundamentada numa noção de valor que indique ao certo aquilo que é “melhor” (o que pressupõe uma ideia de hierarquização). Neste contexto, a teoria behaviorista entra apenas como uma fórmula final meramente descritiva em relação à decisão inicial que não ocorre absolutamente por condicionamento automático, mas, pelo contrário, por uma deliberação consciente fruto da vontade individual sem o qual não seria possível a conclusão nem mesmo o princípio de uma simples ação, quanto mais do complexo processo de um sistema educacional. Quando imaginamos o processo educacional neste primeiro sentido, observamos que há entre seus participantes uma livre e mútua adesão, o que hoje absurdamente se confunde com adestramento animal. Essencialmente, educação como meio de se instruir o outro para que pratique a ação melhor não pode jamais ser confundida, nem mesmo “poeticamente”, a um mero adestramento animal.

Pelas características do adestramento animal como, por exemplo, os relacionados à atividade circense, podemos afirmar que os preceitos da teoria behaviorista são suficientes para sua explicação. Os animais por receberem estímulos sensíveis (fundamentados no par punição e recompensa) para que pratiquem tais ou quais ações, acabam por responderem de forma automática a estes estímulos, bem como explicitado na teoria Behaviorista. Isto é assim justamente por não participarem da dimensão de consciência que o ser humano experimenta (não são capazes de fazer escolhas, somente de responderem a estímulos). Isso jamais pode ser comparado ou associado à ideia de educação. Não há paralelo entre os dois casos. Nem a pior educação possível se compara ao mero jogo entre prazer e dor que faz com que os animais correspondam a certas expectativas. Isto corresponderia na esfera humana à tortura, e não à educação. Há um salto qualitativo bastante claro entre uma situação e outra. Por mais que o processo educacional seja rigoroso, jamais se aquilata a domesticação animal. Um exemplo claro disso é o da mãe que dá uma palmada no filho. Ela pratica nesta ação, basicamente, o mesmo princípio existente no adestramento animal, mas não com a mesma finalidade (apenas para imprimir um automatismo utilitário), e sim, como um meio de transmissão de algum aprendizado que visa modificar o comportamento do outro em direção a uma ação melhor, para que com isso, ele se torne melhor. Neste caso dizemos que a mãe corrige o filho (ou dizíamos...).

A estimulação comportamental, tomada num sentido elástico e generalizante, mistura os

casos de maneira improdutiva ocasionando tremendas confusões no plano das ideias. Muitas das ações humanas podem ser explicadas pela mera combinação de estímulo e resposta, mas não todas. A educação em si mesma, embora há anos sirva para desígnios escusos a sua essência (fruto dos péssimos caminhos trilhados pelos órgãos institucionais de ensino), só pode ser comparada a um adestramento animal de maneira analógica, metonímica, como uma figura de linguagem.

A essência da educação está na instrução para o melhor, seja no âmbito formal ou informal, na pequena ou larga escala. A educação pressupõe duas consciências, uma que instrui e outra que é instruída, ambas norteadas por um senso de valor prévio. Este é o fundamento e deveria ser a base para aquilo que chamamos educação institucional. Sem esta raiz, sem esta essência natural da educação, não poderia e não poderá existir sua manifestação cultural ou pública: a educação que visa à construção do cidadão ideal, que é a tônica de todas as doutrinas pedagógicas em vigência em nosso país, e talvez, no mundo. Esta sim corre o risco de ser comparada a um mero adestramento, pois, seus alicerces, estão abalados pelo afastamento ao longo do tempo da ideia essencial de educação que é aquela de instrução para a ação melhor. Por ter se afastado desta idéia, obviamente, afastou-se também da hierarquia dos valores (ou a perda dos valores impossibilitou a percepção desta?) que indica e discrimina o melhor do pior, o certo do errado, chegando ao relativismo radical e total tornando-se apenas um simulacro da verdadeira educação que é, basicamente, instrução e não indução.

Sociologia sem cor

Em termos de relações raciais o Brasil contemporâneo ainda vive uma situação que, ao invés de suscitar uma expectativa de autonomia, consistência e desenvolvimento das consciências, ao contrário, incita-as aos mais terríveis transtornos e prejuízos, nublando cada vez mais os horizontes. A questão racial, muito em voga desde a abolição da escravatura, ainda atormenta as inteligências deste país, se configurando como um problema ainda sem resolução. Podemos notar em nosso cenário atual algo que Costa Pinto já diagnosticava na metade do século XX: *os discriminados a fazer da causa de seu problema a bandeira mística de sua redenção (Costa Pinto).*

O povo negro brasileiro maciçamente influenciado pelos veículos de mídia e representados pelos seus portentosos ícones e representantes "da cor", se inflama ainda mais com o discurso de ressentimento relacionado a um passado doloroso levando a questão racial a ter um valor e uma importância que realmente não deveria ter. Se o grande problema é a discriminação racial, por que ainda a insistência teratológica na própria ideia racial? Por que, na impossibilidade do esquecimento deste período nefasto da escravidão, não apostar numa superação digna e plena do povo negro, numa afirmação como partícipes do povo humano assim deixando de lado qualquer tipo de reivindicação ou orgulho racial que só reforça ainda mais o velho esquema dicotômico de cor, tão reclamado por esta população? A sociologia de Florestan Fernandez apontava para uma espécie de futuro onde brancos e negros, encarados mediante esquemas raciais, se dissolveriam dentro de uma ordem social moderna que estaria por vir. Não seria isto que percebemos nos dias de hoje?

A sociedade brasileira em que vivemos praticamente aboliu estas diferenças no que se refere ao quadro econômico, cultural e social. Brancos e negros usufruem dos mesmos direitos; do acesso às mesmas oportunidades; das mesmas possibilidades econômicas; podem disputar as mesmas vagas nas universidades; recebem a mesma educação pública - embora alguns fanáticos pelo tema de raça ainda insistam no contrário, na segregação. É praticamente impossível extirpar de uma sociedade qualquer tipo de preconceito individual, até por que, isso é assunto das consciências individuais e não da máquina burocrática legislativa. Pode-se sim evitar, mediante leis simples e diretas, o desenvolvimento de qualquer tipo de enaltecimento exagerado ao conceito de raça que implique em prejuízos ou agressão a outras. Isso é o máximo que poderia ser feito, e não o é, em prol da conservação do estatuto humano como soberano, preterindo assim a ideia de identidade racial, principal motor para aquilo que chamamos *racismo*.

Se neste país membros de várias raças e etnias vivem sob as mesmas normas, leis e oportunidades – a qual denominamos democracia de direito - por que ainda insistir neste tema que

só abala e traz à tona uma forma de pensamento que isola o ser Humano, que o inibe de encarar o outro como simplesmente humano e não o da "outra cor"? Tal interesse nesta insistência faz parecer que, quem a produz ou estimula, realmente deseje que a questão racial ainda exista, nublando ainda mais a noção de *ser humano*. Quando *Guerreiro Ramos*, sociólogo negro, criticava a valorização exagerada da sobrevivência africana afirmando que desejavam muito mais do que chorar as lembranças da África, queria dizer que estes intentavam, sim, integrar-se culturalmente e socialmente na nova sociedade. Ansiavam por ascensão social e econômica e não por certificações legais pelas quais pudessem ser tratados como um "problema" sociológico a ser resolvido pelo Estado, ou como oprimidos inermes implorando direitos especiais a aqueles que um dia lhes fizeram algum mal. Não é isto que vivemos a algum tempo, a total liberdade de ascensão social e econômica independentemente da cor do estofado? Quem não concorda é cego ou retardado.

Mais do que uma justiça racial histórica em favor dos negros, o imaginário da civilização brasileira urge buscar uma justiça que vise necessariamente à universalidade da estrutura humana. Só esta poderá dissolver, algum dia, os preconceitos individuais disseminados colocando-os sobre a égide de valores universais e retirando-os do desvio e estreiteza de consciência da diferenciação superficial de suas peles.

O homem do meio

Existe uma tendência no pensamento moderno em enquadrar o fluxo histórico sob termos peculiares onde, através de uma tríade de elementos – antigo, medievo e moderno -, tratados invariavelmente como pontos de uma linha contínua, impõe-se a tese nefanda de que caminhamos univocamente para uma gloriosa progressão evolutiva da história, consequentemente, da própria espécie humana. Este é um erro crasso de avaliação do percurso histórico e de sua descontinuidade inerente.

Quando encaramos a modernidade como uma das fases ternárias da pseudo evolução histórica do homem, tendemos a sedução reducionista das ideias progressistas que insistem, darwinianamente, em nos iludir ante a falsa norma de sobrevivência dos mais aptos, quando na realidade, se levarmos em conta aquilo que perdemos em vista daquilo que cremos ter ganho, houve, na verdade, uma persistência dos piores. Como Marx, que pretendia com seu discurso escatológico, mas não ilógico, embarcar nesta onda moderna tragando o senso histórico real e regurgitando-o como um bolo alimentar num futuro ideal. Não há tentação mais exígua para os homens que perderam a noção vertical do próprio tempo...

O que queremos dizer aqui com noção vertical do tempo nada mais é do que a simples sugestão de que, se não existe a progressão unitária da história humana em direção a um futuro ideal no tempo, com certeza existe a progressão real da humanidade – tomada em termos de civilização - na direção de um princípio transcendente na eternidade. Esta avaliação vem do fato de que, apenas a civilização do homem do meio resistiu ao vai e vem da decomposição cósmica das próprias civilizações. Aquilo que chamam tão depreciativamente medievo é exatamente o ponto central desta tríade que eleva e sustenta os dois pontos horizontais que, enganosamente, estão colocados pelos progressistas históricos como pontos alfa e ômega de uma linha temporal linear: o antigo e o moderno. Dizer medievo, ou homem do meio, neste sentido, é dizer homem cristão. E é este homem que representa a tal civilização que não se decompôs (pelo menos não seu íntimo), exatamente por conta da promessa de seu fundador, justamente, o princípio transcendente que atrai a história humana - logo, cada homem em particular - à eternidade.

Nesta perspectiva da noção vertical do tempo, não temos mais uma linha contínua e progressiva da história em direção a um aperfeiçoamento linear – antigo, medievo, moderno -, mas sim, um triangulo equilátero onde o antigo se eleva do horizonte à altura pelo medievo, enquanto o moderno declina desta altura ao terreno do qual o antigo foi resgatado, como num retorno ao baixo. O homem do meio é esta civilização que sustenta do alto, através do contato íntimo com a esfera do ilimitado, a realidade horizontal onde estão depositados antigos e modernos. Enquanto a

antiguidade foi assimilada pela graça através da existência do homem do meio, a modernidade – decadência surgida nas entranhas do próprio homem do meio - é rebaixada justamente por rebaixar a tudo conforme sua tendência egofânica10, darwiniana e idealística da história.